

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 038/2024
Data: 08/05/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	5
CABOTAGEM É DESTAQUE EM EVENTO NA RECEITA FEDERAL, EM SANTOS	5
PORTO DE SANTOS VAI INVESTIR R\$ 333,7 MILHÕES EM OBRAS EM SANTOS.....	6
MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS PREVÊ AJUDA A PORTO GAÚCHO.....	7
SANTOS E SEUS APITOS.....	9
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	10
LULA VEM A AL AUTORIZAR R\$ 565 MILHÕES PARA TRECHO 5 DO CANAL DO SERTÃO.....	10
APÓS MUITA POLÊMICA, GOVERNO APROVA PROJETO ORIGINAL QUE EXTINGUE FAIXAS SALARIAIS DE PMS E BOMBEIROS....	11
ZPE CEARÁ ULTRAPASSA 85 MILHÕES DE TONELADAS DE CARGAS MOVIMENTADAS	13
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	14
MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024 ATINGE 302,9 MILHÕES DE TONELADAS	14
ANTAQ PERMITE A FLEXIBILIZAÇÃO DOS ESQUEMAS OPERACIONAIS DE EBNS QUE OPERAM NO RS DEVIDO ÀS CHUVAS NA REGIÃO.....	16
AGÊNCIA REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O ARRENDAMENTO DO TERMINAL MCP01, LOCALIZADO NO PORTO DE SANTANA (AP).....	17
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	18
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS APRESENTA MEDIDAS EMERGENCIAIS PARA O RIO GRANDE DO SUL	18
GOVERNO FEDERAL INAUGURA OBRA DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO	19
GLO EM PORTOS E AEROPORTOS É PRORROGADA PELO PRESIDENTE LULA POR 30 DIAS	21
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS GARANTE UMA SÉRIE DE MEDIDAS AO POVO ATINGIDO PELAS FORTES CHUVAS NO RIO GRANDE DO SUL	22
COMPLEXO DO PECÉM SE DESTACA COM PROJETOS DE HIDROGÊNIO VERDE	23
SILVIO COSTA FILHO DISCUTE PLANO DE INVESTIMENTOS PARA O AEROPORTO DE FORTALEZA	24
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	25
MINISTRO RENAN FILHO ANUNCIA LANÇAMENTO DO EDITAL DE DUPLICAÇÃO NA BR-381/MG	25
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES FAZ PLANO EMERGENCIAL PARA GARANTIR ABASTECIMENTO DO RS, DIZ MINISTRO	25
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES RECEBE COMITIVA ITALIANA PARA DISCUTIR INVESTIMENTOS E PARCERIAS NO SETOR FERROVIÁRIO	27
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES LANÇA CONSULTA PÚBLICA PARA PLANOS SETORIAIS FERROVIÁRIO E RODOVIÁRIO	28
RIO GRANDE DO SUL RECEBERÁ CERCA DE R\$1 BILHÃO A MAIS PARA RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	29
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PROMOVE AMPLO DEBATE SOBRE A VIABILIDADE DA FERROVIA EF-170, A FERROGRÃO.....	30
CHUVAS NO RS: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES VAI ATUAR NA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS ESTADUAIS	30
PORTAL PORTO GENTE	32
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS RECEBE DOAÇÕES PARA AS VÍTIMAS DAS ENCHENTES NO RS.....	32
BE NEWS – BRASIL EXPORT	32
EDITORIAL – CABOTAGEM EM ALTA.....	32
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	33
Arroz 1	33
Arroz 2	33
Arroz 3	33
Arroz 4	34
Arroz 5	34
De mudança.....	34
REGIÃO SUL - GOVERNO ANUNCIA LIBERAÇÃO PARA TRÁFEGO DE VEÍCULOS NAS ROTAS ASSISTENCIAIS	34
REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS INICIA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO PARA VÍTIMAS NO RS	35
NACIONAL - MARINHA ENVIA MAIOR NAVIO DA ESQUADRA AO RS PARA AUXILIAR AÇÕES	36
NACIONAL - CONSELHO DO BRASIL EXPORT SE REÚNE COM EMBAIXADORES DE OUTROS PAÍSES	37
INOVAÇÃO - ANTT PROMOVE WORKSHOP SOBRE PESAGEM DE FLUXO LIVRE EM RODOVIAS	38
NACIONAL - MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES NO 1º TRIMESTRE CRESCE 20% EM RELAÇÃO A 2023	39
REGIÃO SUL - DEFINIÇÃO SOBRE CONTROLE DO PORTO DE ITAJAÍ SAI ATÉ SEXTA-FEIRA.....	40
REGIÃO SUDESTE - ACS É PALCO DE JULGAMENTO INÉDITO DO TRIBUNAL MARÍTIMO.....	41
BE NEWS – BRASIL EXPORT – Dia 07/05/2024	42
EDITORIAL – A RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE NO RIO GRANDE DO SUL	42



NACIONAL - HUB – CURTAS.....	43
<i>Esperando a água baixar 1</i>	43
<i>Esperando a água baixar 2</i>	43
<i>Esperando a água baixar 3</i>	43
<i>Portos públicos 1</i>	43
<i>Portos públicos 2</i>	43
REGIÃO SUL - LULA ANUNCIA R\$ 1 BILHÃO PARA RECONSTRUÇÃO DE ESTRADAS NO RS	43
NACIONAL - GOVERNO CRIA GRUPO DE TRABALHO PARA RECUPERAR MALHA AÉREA DO RS	44
REGIÃO SUL - ATIVIDADES NO AEROPORTO DE PORTO ALEGRE E NO PORTO DE PELOTAS ESTÃO SUSPENSAS.....	45
REGIÃO SUDESTE - AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS RECEBE DOAÇÕES PARA AS VÍTIMAS DAS ENCHENTES	46
REGIÃO SUDESTE - PALESTRA E PAINÉIS SOBRE DIREITO MARÍTIMO ABREM EVENTO DA ABDM EM SANTOS.....	47
PORTO DO RIO DE JANEIRO - GOVERNO INAUGURA 1ª FASE DE MODERNIZAÇÃO DO CAIS GAMBOA	47
REGIÃO SUDESTE - COSTA FILHO RECEBE PLEITOS DA CLASSE EMPRESARIAL NA FIRJAN	48
NORDESTE EXPORT - GOVERNADOR DO CEARÁ CONFIRMA PARTICIPAÇÃO NO NORDESTE EXPORT 2024.....	49
MERCOSUL - MINISTRO DIZ QUE NÃO HAVERÁ AUMENTO NA TARIFA DE ENERGIA EM ITAIPU	50
JORNAL O GLOBO – RJ.....	51
BC APERTA FREIO E REDUZ SELIC PARA 10,50%; DECISÃO DIVIDIU DIRETORES INDICADOS POR LULA E BOLSONARO.....	51
SENADO APROVA ANTECIPAÇÃO DE R\$ 15 BI EM DESPESAS E FACILITA ACORDO SOBRE VETOS NO CONGRESSO.....	53
BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 9 BILHÕES EM ABRIL	54
LATAM ANUNCIA MALHA EMERGENCIAL COM 46 VOOS EXTRAS PARA ATENDER O RIO GRANDE DO SUL	56
TOFFOLI ANTECIPA VOTO E PÔE EM AÇÃO PLANO B DO GOVERNO LULA PARA LIBERAR POLÍTICOS EM ESTATAIS	56
GOVERNO ANUNCIA R\$ 10,5 BI PARA MAIS DE 2 MIL ÔNIBUS ELÉTRICOS NO NOVO PAC.....	58
INUNDAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL AFETAM MAIS DE 80% DA ATIVIDADE ECONÔMICA DO ESTADO, DIZ FIERGS	58
STF TEM PLACAR DE 5x2 PARA CONSIDERAR LEI DAS ESTATAIS CONSTITUCIONAL; JULGAMENTO SERÁ RETOMADO NA QUINTA-FEIRA	59
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	61
PETROBRAS PODE COMPRAR BRASKEM E SAIR DEPOIS, SE NÃO HOUVER OUTRO COMPRADOR AGORA, DIZ PRATES	62
NÃO VAI SER AUMENTANDO OS CUSTOS DO TRABALHO QUE VAMOS COMBATER O DESEMPREGO, DIZ ABIT.....	63
‘QUEREMOS VER PROGRESSO FISCAL PARA PENSAR EM UM AUMENTO DA NOTA DO BRASIL’, DIZ DIRETOR DA FITCH	64
PETROBRAS APROXIMA ESTALEIROS BRASILEIROS E ESTRANGEIROS NOS EUA PARA TRAZER PRODUÇÃO AO BRASIL	67
COTEMINAS TEM DÍVIDA COM SHEIN, GESTORAS E MAIS DE 15 BANCOS, INCLUINDO BB, FIBRA E PINE	70
BRASIL TEM SUPERÁVIT COMERCIAL DE US\$ 9 BILHÕES EM ABRIL	71
REONERAÇÃO DA FOLHA VAI ELEVAR FRETE E INFLAÇÃO OU DEMITIR PESSOAS, DIZ ASSOCIAÇÃO DE TRANSPORTES	71
CHINA ANUNCIA TER LANÇADO O MAIOR NAVIO PORTA-CONTÊNERES ELÉTRICO DO MUNDO.....	74
COTEMINAS, DE JOSUÉ GOMES DA SILVA, PEDE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	75
VALOR ECONÔMICO (SP).....	76
ALVO DE CRÍTICAS, PADILHA RETOMA OFENSIVA PARA APROXIMAR MINISTROS DA ESPLANADA DE LÍDERES DA BASE ALIADA.....	76
TOCHA OLÍMPICA CHEGA A MARSELHA COM SEGURANÇA MÁXIMA	77
MÚCIO PRORROGA EFEITOS DA PORTARIA SOBRE USO DAS FORÇAS ARMADAS PARA GLO EM ALGUNS PORTOS DO PAÍS	78
A DISPUTA JUDICIAL DE RUBENS OMETTO, DONO DA COSAN, CONTRA A ANP PARA LIBERAR O GASODUTO DA COMPASS.....	78
RIO GRANDE DO SUL AINDA TEM 41 RODOVIAS COM BLOQUEIOS; GOVERNO FEDERAL ESTUDA AMPLIAR MALHA AÉREA.....	81
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	82
MINERADORAS REGISTRAM ALTA NO 1º TRIMESTRE E CRITICAM IMPOSTO SELETIVO	82
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	84
CBC RECONDUZ SILVIO VASCO CAMPOS JORGE PARA MAIS UM BIÊNIO	84
CLASSNK LANÇA NOVO RELATÓRIO DE INSIGHTS SOBRE COMBUSTÍVEIS ALTERNATIVOS	84
FROTA DE CONTÊNERES ATINGE CAPACIDADE RECORDE	85
MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024 ATINGE 302,9 MILHÕES DE TONELADAS	86
RIO MAGUARI CONCLUI SÉRIE DE 6 REBOCADORES AZIMUTAIS PARA SVITZER	87
ABIARROZ CONSIDERA CEDO PARA DIMENSIONAR PERDAS E IMPACTOS LOGÍSTICOS NO RS	88
CANAL EXTERNO DE SUAPE AGUARDA HOMOLOGAÇÃO PARA 20 METROS	89
PORTO ITAPOÁ BATE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO EM ABRIL	89
ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL - PORTOS RS INFORMA SOBRE FUNCIONAMENTO DE SUAS UNIDADES	90
PORTOS AMAZÔNICOS FORAM OS MAIORES EXPORTADORES DE MILHO NO PRIMEIRO TRIMESTRE	90
ARTIGO - EQUIDADE NO MERCADO MARÍTIMO PRECISA AVANÇAR.....	91
ARTIGO - COMO PREVENIR CIBERATAQUES E CONSTRUIR RESILIÊNCIA DIGITAL PARA SETOR DE LOGÍSTICA	92
AMRJ LANÇOU LICITAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA ‘NPA MANGARATIBA’	94
DESCARBONIZAÇÃO TAMBÉM PASSA POR EMBARCAÇÕES EXISTENTES, APONTA ABIMAQ	95
EMPRESAS DA CABOTAGEM DISPONIBILIZAM NAVIOS PARA TRANSPORTE DE DOAÇÕES AO RS	95



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 038/2024
Página 4 de 112
Data: 08/05/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

MARINHA PREPARA ENVIO DO 'NAM ATLÂNTICO' PARA APOIAR POPULAÇÃO DO RS	96
RIO GRANDE SEGUE COM OPERAÇÕES NORMAIS, INFORMA PORTOS RS	96
BALANÇO DO FMM TEM R\$ 1,3 BILHÃO CONTRATADOS E LISTA 23 OBRAS EM ANDAMENTO	97
BNDES PROMETE DIALOGAR SOBRE DESCONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS PARA FORMAÇÃO DE OFICIAIS MERCANTE	98
ARTIGO - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM AÇÃO: TRANSFORMANDO O SHIPPING HOJE	99
PRÊMIO PORTOS E NAVIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL TEM INSCRIÇÕES ABERTAS ATÉ 5 DE JUNHO	101
ATUALIZAÇÃO DO IDA, DESCARBONIZAÇÃO E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS SÃO TEMAS DO ECOBRASIL 2024, NOS DIAS 19 E 20 DE JUNHO	102
ABS APROVA TECNOLOGIAS AUTÔNOMAS PARA PLATAFORMAS OFFSHORE	103
OTC PREMIA PETROBRAS POR REVITALIZAÇÃO DE CAMPOS MADUROS	103
A ULTRACARGO, ANUNCIA A CHEGADA DE MARLOS TAVARES PARA O CARGO DE DIRETOR COMERCIAL DA EMPRESA.	104
PPSA CONTRATA A B3 PARA REALIZAR LEILÕES DE ÓLEO E GÁS NATURAL DA UNIÃO	105
PORTORIO E MPOR INAUGURAM AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE TRECHO DO CAIS MAIS ANTIGO DO PORTO DO RIO	106
DNV INFORMA AUMENTO CONSTANTE CONSTRUÇÃO NAVAL COM COMBÚSTIVEIS ALTERNATIVOS	107
CHINA COMPLETA PRIMEIRA RECICLAGEM DE CO2 EMITIDO POR UM NAVIO PORTA-CONTÊINERES	107
ANTAQ INICIA CONSULTA PÚBLICA PARA REGULAMENTAR REVISÃO DE CONTRATOS DE ARRENDAMENTO	108
VAST E WILSON SONS INAUGURAM NOVO ATRACADOURO DE REBOCADORES NO PORTO DO AÇU	108
PETROCITY RECEBE PRIORIDADE PARA EMISSÃO DE DEBÊNTURES INCENTIVADAS PARA TUP NO ES	109
AGENTES DEFENDEM POLÍTICAS CLARAS PARA COMBUSTÍVEIS E AMBIÇÃO NO PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA	110
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	112
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	112



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CABOTAGEM É DESTAQUE EM EVENTO NA RECEITA FEDERAL, EM SANTOS

Encontro Porto & Mar acontece nesta quarta-feira (8), às 14h

Por: *Bárbara Farias*



Encontro Porto & Mar acontece nesta quarta (8), em Santos Foto: Alexander Ferraz/AT

A Lei Federal 14.301/2022 (BR do Mar) instituiu o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem, mas alavancar a navegação entre os portos do País passa por vencer desafios, como a regulamentação do marco legal, a vantagem econômico-financeira do longo curso, definições sobre empresas brasileiras de navegação (EBNs) e a destinação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Esses temas serão discutidos durante o Encontro Porto & Mar, que o Grupo Tribuna promove nesta quarta (8), a partir das 14 horas, no auditório da Receita Federal, em Santos, com estacionamento gratuito no local (Avenida Bernardino de Campos, 17).

Ampliação

O Governo Federal instituiu o BR do Mar com o objetivo de ampliar de 11% para 30% a participação da cabotagem na matriz logística e aumentar o transporte de contêineres para 2 milhões de TEU (unidade padrão de um contêiner de 20 pés), subindo em 40% a capacidade da frota marítima dedicada ao transporte doméstico de cargas até 2025. A lei flexibiliza o afretamento de embarcações estrangeiras para cabotagem.

A Tribuna ouviu alguns convidados do encontro do Encontro Porto & Mar. A diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Flávia Takafashi, apontou que a cabotagem cresceu 2,98% no primeiro trimestre do ano, comparado a igual período de 2023 e que o modal vem impulsionando a economia brasileira. “O modal pode estimular o investimento em infraestrutura portuária, simplificação de processos documentais e aduaneiros para liberação de cargas e a regulamentação para atrair embarcações e rotas estratégicas”.

O advogado especialista em Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro Thiago Miller afirmou que é preciso definir questões relacionadas às EBNs. “Recentemente, a Antaq autorizou EBN a operar na cabotagem somente com embarcação afretada por empresa estrangeira, respaldada pela Lei 14.301/2022. Lembro que a lei passou a definir como EBN pessoa jurídica com sede no País que faz transporte aquaviário, autorizada a operar com embarcações próprias ou afretadas. Esse posicionamento mostra que o marco legal estabelece uma nova política setorial que já surte alguns efeitos”.

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, comentou que “para incentivar a cabotagem, no início da nossa gestão, foram instituídas tarifas especiais, reduzidas, com o apoio do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor)”.

Oportunidades

O vice-presidente de Relações Governamentais da Maersk na América Latina, Danilo Veras, cuja companhia opera cabotagem no Brasil por meio da empresa Aliança, avaliou que “a indústria e o



varejo nacionais podem ampliar as suas oportunidades integrando o modal à sua cadeia logística no transporte de cargas domésticas, feeder (carga com origem ou destino final no exterior) ou transporte entre portos do Mercosul e brasileiros”.

Danilo ressaltou que entre os desafios a superar estão a busca por redução de custos operacionais, a gestão da operação frente às intempéries climáticas em algumas regiões do País e melhorias na infraestrutura.

“O BR do Mar tenta endereçar alguns desses pontos importantes para o setor, no entanto, entendemos que a redução de custos para a cabotagem merece mais atenção”.

Cruzeiros

A cabotagem também abrange o turismo de cruzeiros no País. O presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil), Marco Ferraz, disse que o setor se preocupa com a competitividade do Brasil frente aos outros destinos que se destacam globalmente.

“O que inclui a necessidade de melhorar os custos de operação, infraestrutura, regulação, desenvolvimento de novos destinos e a sustentabilidade. Este é um tema prioritário para o nosso setor e precisa estar presente em todos os debates e iniciativas”, detalha Ferraz.

Infraestrutura

Representantes do setor portuário afirmam que a ampliar a infraestrutura nos portos é fundamental para dar espaço à cabotagem, que hoje representa apenas 11% da matriz logística no País.

“A nossa preocupação é não haver aumento da capacidade da infraestrutura, que normalmente dá prioridade ao longo curso”, afirmou o diretor-executivo da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), Luís Fernando Resano.

Complementando, ele afirma que uma das dificuldades do setor é “a falta de marítimos para tripular os navios de bandeira brasileira”. Compartilha da mesma visão o presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), Mário Povia. “Sabemos que a navegação de longo curso deixa mais recursos com o terminal portuário, portanto, é importante que haja capacidade disponível nos portos para que a cabotagem não seja preterida”.

O diretor-presidente da Santos Brasil, Antonio Carlos Sepúlveda, disse que o fluxo de cabotagem representa em média 20% da movimentação total da companhia.

“A demanda por espaço para carga de cabotagem e carga feeder é crescente e deve aumentar com o aprofundamento do canal do Porto de Santos. Por isso, seguiremos investindo para ter capacidade disponível para os armadores que desejarem sofisticar a sua logística, integrando os serviços de cabotagem aos serviços de longo curso”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 08/05/2024

PORTO DE SANTOS VAI INVESTIR R\$ 333,7 MILHÕES EM OBRAS EM SANTOS

Valor é o total gasto com compensações em nove anos

Por: Bárbara Farias

Empresas arrendatárias do Porto já converteram para a cidade de Santos R\$ 333,7 milhões em compensações por impacto de vizinhança nos últimos nove anos, que poderão chegar a R\$ 362,7 milhões até o final de 2024. Isso representa 80,8% do total destinado à Prefeitura em recursos dessa natureza que são aplicados em obras como policlínicas, escolas, praças, nas áreas social, ambiental, de mobilidade urbana, segurança, entre outras. O aporte dessa origem também é destinado ao Fundo de Desenvolvimento Urbano do Município de Santos (Fundurb).



Inaugurada neste ano, a Policlínica do Estuário recebeu recurso de compensação de impacto de vizinhança repassado por empresa portuária Foto: Vanessa Rodrigues/ AT

A Tribuna teve acesso ao histórico do Município que aponta a evolução anual das compensações destinadas pelos terminais portuários no período de 2015 a 2024. Enquanto no primeiro ano as compensações somaram aproximadamente R\$ 9,4 milhões, o montante mais alto na série histórica foi atingido em 2023, com R\$ 76,4 milhões. Nos anos de pandemia da Covid-19 houve um decréscimo, sendo o valor mais baixo, de R\$ 27,9 milhões, registrado em 2020. Em 2024, até o momento, a soma de compensações obtidas atinge R\$ 5 milhões. Veja no destaque abaixo a lista de obras realizadas em andamento com esses recursos.

“Como o Porto de Santos é o nosso principal vetor econômico e, também, o maior causador de eventuais impactos urbanos, é natural que a Comissão Municipal de Análise de Impacto de Vizinhança (Comaiv) se debruce muito mais nesses estudos da atividade portuária”, explicou o secretário de Desenvolvimento Urbano de Santos (Sedurb), Glaucus Farinello.

O recolhimento desses recursos é possível graças à Lei Complementar nº 793/2013, que foi regulamentada em 2015. Desde então, a Comaiv analisou 35 Estudos Prévios de Impacto de Vizinhança (EIV) de terminais portuários.

Farinello disse que “os leilões de concessões e arrendamentos de áreas no Porto de Santos já preveem o EIV como uma condicionante do licenciamento municipal”. As compensações são formalizadas junto à Prefeitura por meio do Termo de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras e/ou Compensatórias (Trimmc).

O secretário observou que, por meio da Comaiv, houve um avanço na resolução de conflitos na relação Porto-Cidade. “Muita gente diz que o Porto está de costas para a Cidade, na verdade não está. A Comaiv foi um facilitador. A gente tem avançado muito no diálogo com a Autoridade Portuária e com as empresas”.

Por região

Quanto à destinação das compensações por região, a Zona Central lidera com R\$ 101,6 milhões (37%); Plurirregional, R\$ 86,5 milhões (31%); Zona Noroeste, R\$ 54,5 milhões (20%); Zona Intermediária, R\$ 14,7 milhões (5%); Área Continental, R\$ 8,7 milhões (3%); Morros, R\$ 7,8 milhões (3%); e Orla, R\$ 1,8 milhão (1%).

Por TEA

Na destinação por tema, educação encabeça a lista somando R\$ 63,9 milhões (23%), seguido de desenvolvimento urbano/ambiental (R\$ 55,6 milhões, 20%), saúde (R\$ 46,4 milhões, 17%), mobilidade (R\$ 21,5 milhões, 8%), equipamentos urbanos (R\$ 17,8 milhões, 6%), tecnologia (R\$ 14,9 milhões, 5%); desenvolvimento social (R\$ 14 milhões, 5%); segurança (R\$ 6,9 milhões, 3%). Em outras áreas somadas, foram R\$ 34,5 milhões (13%).

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 07/05/2024

MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS PREVÊ AJUDA A PORTO GAÚCHO

Sílvio Costa Filho diz que é preciso avaliar danos na área portuária, mas assumiu compromisso de investimento

Por: *ATribuna.com.br* e *Estadão Conteúdo*



Instalações do Porto de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, ficaram completamente alagadas, impedindo operações desde quarta-feira Foto: Divulgação/Comunicação

Portos-RS O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, prometeu, ontem, ajuda do Governo Federal para o Porto de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O complexo está fechado desde a última quarta-feira por causa da enchente que assola a região, com nível da água cinco metros acima do normal e sem previsão de voltar a operar. Costa Filho esteve em

Porto Alegre no último domingo.

“Nesse momento, ele não está operando. A gente está trabalhando para esperar a água baixar e ver qual foi o tamanho do dano causado. Mas, ontem (domingo), eu já falei com o governador Eduardo Leite (PSDB). Nós vamos desenhar um investimento para o Porto. É um porto que cabe ao Governo do Estado, mas é um compromisso do Governo (Federal) de a gente ajudar a melhorar a infraestrutura do porto”, disse o ministro durante inauguração de obra no Porto do Rio de Janeiro.

Durante o evento na capital fluminense, Costa Filho disse que o momento vivido no Rio Grande do Sul é “desafiador”, que era “hora de poder estar junto” e apoiar a população da região.

No domingo, durante visita à capital do Rio Grande do Sul, o ministro disse que se reuniu com representantes de empresas e operadores dos modais portuários e aeroportuários e fechou um pacote de ações que beneficiarão impactados com a tragédia climática.

Dos setores portuários e de navegação, Costa Filho conseguiu importante cooperação na destinação de mantimentos e no envio para os municípios necessitados, além de doação de recurso financeiro, que será realizado por empresas que operam na PortosRio. Para o ministro, “todos os recursos, produtos e serviços que forem oferecidos são fundamentais para salvar vidas e levar um pouco de bem-estar à população do Sul”.

Áreas atingidas

Mobilizados em atender ao povo do Rio Grande do Sul e demais regiões atingidas pelas enchentes, no domingo, Costa Filho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e uma comitiva de ministros visitaram o estado para anunciar uma série de ações cujo objetivo é minimizar os impactos e levar ajuda aos moradores.

“Estamos avançando com um conjunto de ações na área aeroportuária, que irão ajudar no transporte de cargas com insumos, medicamentos, alimentos, entre outros suprimentos poder atender à população do Rio Grande do Sul neste momento tão desafiador que vive o estado. É hora de unidade para ajudar o Brasil”, garantiu Costa Filho.

Grupo de trabalho

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), sob orientação da Casa Civil, criou um grupo de trabalho e apresentou medidas para avaliação de danos e definição de ações de investimentos para a retomada de operações dos portos, aeroportos e hidrovias do Rio Grande do Sul.

Ontem, o MPor realizou mais uma reunião de trabalho junto à concessionária do Fraport Brasil S.A. do Aeroporto Internacional Salgado Filho, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Infraero, ABR Aeroportos do Brasil, além da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e representantes da Superintendência de Portos e Hidrovias do Estado do Rio Grande do Sul (PortosRS).

“O presidente Lula está empenhado em realizar investimentos nos portos, em contribuir para a agenda aeroportuária, aumentar os investimentos em nossas rodovias e também nas estradas estaduais”, destacou o ministro Silvio Costa Filho.

Na reunião, a PortosRS informou que tem adotado medidas para mitigar os efeitos das inundações em suas operações e nas comunidades locais.

A instituição destacou que permanece mobilizada diante da enchente que afeta o Porto de Porto Alegre e os demais municípios da Região Metropolitana. Enquanto perdurarem os efeitos do aumento do nível do Guaíba, as operações na unidade continuarão suspensas.

A Portos RS também é responsável pela administração dos portos de Rio Grande e Pelotas. Ambas as unidades seguem operando. No entanto, a Autoridade Portuária diz estar atenta e monitorando a situação, uma vez que ambas estão na rota de escoamento das águas para o Oceano Atlântico, ocorrendo exclusivamente pelos Molhes da Barra do Rio Grande.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 07/05/2024

SANTOS E SEUS APITOS

Enquanto mensagens se acumulam, custos aumentam e cargas ficam no chão

Por: Leonardo Levy



Foto: Aleksandro Ferraz/AT

Sou nascido e criado em Santos e o início da minha carreira no setor portuário foi marcado por um som. Poderia ter sido o barulho das ondas chegando à mureta da Ponta da Praia. Mas, ao invés disso, o som que tenho em minha memória mais vibrante é o de um estridente e obsoleto apito de rádio Nextel. Eram os clientes, que, desesperados com o caos logístico da época, ligavam insistentemente para os agentes marítimos, que, como eu, tentavam o impossível para atender às

necessidades dos importadores e exportadores do nosso país.

Tirando as ligações via rádio, é curioso perceber que os problemas vividos à época são ainda os mesmos enfrentados hoje no Porto de Santos: calado inadequado às frotas navais mais modernas, navios fora de janela, rolagem de carga por várias semanas seguidas e preços crescentes devido à falta de capacidade. Investimentos planejados para os próximos quatro anos, pelos três terminais especializados em contêineres, ajudarão a diminuir, mas não resolverão por completo esses problemas. Até lá, o apito de rádio, agora em versão mensagem de texto, continuará ocupando as telas e mentes dos profissionais de comércio exterior do País.

Enquanto mensagens se acumulam, custos aumentam e cargas ficam no chão, não podemos esquecer de pensar Santos como pilar central da logística brasileira. A Costa Leste da América do Sul precisa de um Hub Port - um grande porto concentrador de carga. Na Costa Oeste do continente, já existem ao menos três países que disputam esse papel para a carga containerizada: o México, o Panamá e o Peru. Todos com portos já aptos a receberem, com poucas restrições, navios de 366m ou maiores.

O Brasil e Santos são os candidatos naturais para um Hub Port na região. Portos concentradores de cargas têm a função de aumentar a eficiência da cadeia logística, evitando atrasos e custos mais altos. Aos que torcem o nariz por imaginarem eventuais atrasos que pudessem ser causados pelo transbordo de cargas, explico: portos concentradores de carga têm melhor produtividade, em função de grande escala de suas operações; melhor integração entre terminal portuário e linhas de navegação, resultante de um fluxo mais eficiente de informações; melhor utilização das embarcações



em função da adequação de seu tamanho a rotas maiores/ menores; e isolamento de eventuais problemas operacionais ou climáticos a trechos específicos.

Se Santos tivesse as condições necessárias, teria hoje a capacidade de atrair mais de 1,5 milhão de contêineres embarcados/descarregados de forma direta dentro e fora do País. Toda essa carga seria transbordada diretamente no Porto, sem impactar o sistema viário, gerando economia, mais empregos e mais eficiência para todos os elos da cadeia. As principais alavancas para que esta visão se torne realidade são: um canal de acesso com profundidade de, ao menos, 17 metros e a existência de terminais de grande porte, capazes de operar navios com 10k-12k movimentos por escala e com alto grau de confiabilidade em suas operações.

Tal como na Europa ou na costa Oeste do continente, portos, muitas vezes distantes um do outro, competem entre si. Santos, com todo seu potencial, corre o risco de ser progressivamente substituído por outro porto – inclusive fora do País – se não tivermos planejamento e ações certas no curto e médio prazo.

Enquanto isso, a certeza que temos é a de permanência de custos mais altos, perda de competitividade e agentes marítimos preocupados com os apitos das mensagens de texto, sem tempo para escutar o som das ondas da Ponta da Praia.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 07/05/2024

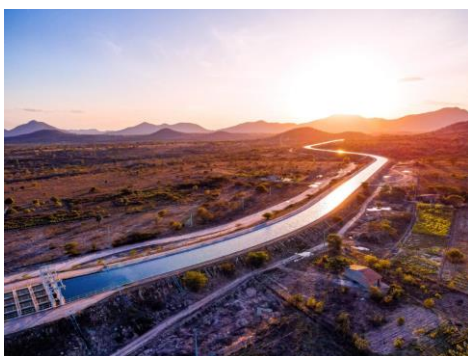


MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

LULA VEM A AL AUTORIZAR R\$ 565 MILHÕES PARA TRECHO 5 DO CANAL DO SERTÃO

Novo trecho do Canal do Sertão terá 26,6 km e abastecerá municípios do Sertão alagoano

Por Vanessa Siqueira



Fase 5 do Canal do Sertão vai beneficiar municípios do Agreste e Bacia Leiteira de Alagoas. Foto: Paulo Soares / Agência Alagoas

O presidente Lula confirmou a vinda a Alagoas na próxima quinta-feira (9), onde anunciará um investimento de mais de R\$ 500 milhões para as obras do trecho 5 do Canal do Sertão. As obras do novo trecho devem beneficiar moradores dos municípios de Monteirópolis, São José da Tapera e Olho D'Água das Flores, situados no Sertão de Alagoas.

Na solenidade, marcada para acontecer na cidade de São José da Tapera, às 16h, o presidente Lula e o governador de Alagoas, Paulo Dantas, assinam a autorização para a quinta etapa da obra, que vai se estender do km 123,4 ao km 150. As obras estão inclusas no PAC 3, do Governo Federal, e estão orçadas em R\$ 565.951.268,60.

Considerada a maior obra de infraestrutura hídrica do estado e uma das maiores do Nordeste, as obras foram iniciadas em 1992, pelo governo do estado, e anos depois passou a integrar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O Canal do Sertão é abastecido com as águas do Lago Moxotó, localizado na divisa com a Bahia, que é formado pelo represamento do Rio São Francisco, no município de Delmiro Gouveia, com vazão de 32m³/s. O primeiro trecho, de 65 km, foi inaugurado pela então presidente Dilma Rousseff em 2013.

O Canal do Sertão alagoano foi projetado para ter oito trechos, com um total de 250 quilômetros. Quando completo, terá potencial para atender 1 milhão de alagoanos em 42 municípios. Segundo o Governo Federal, todo o empreendimento, incluindo obras complementares, já recebeu mais de R\$ 2,3 bilhões de recursos.

Dados da Secretaria de Estado da Infraestrutura de Alagoas (Seinfra), responsável pela obra, mostram que a quinta fase da obra contempla 26,6 quilômetros de extensão e vai melhorar o abastecimento da região do Agreste e da Bacia Leiteira, dando condições de irrigar cerca de três mil hectares. Quando estiver concluída, a obra de infraestrutura hídrica alcançará a marca de 250 Km de extensão, ligando Delmiro Gouveia, que fica no Sertão, a Arapiraca, no Agreste do estado.

Canal do Sertão beneficia agricultores e famílias

De acordo com a Seinfra, mais de mil agricultores já utilizam a água do Canal do Sertão para produzir. Já a Secretaria de Estado da Agricultura (Seagri) mantém em pleno funcionamento o “MIPAs”, um projeto de desenvolvimento rural visando à transformação ambiental e produtiva, um importante instrumento para geração de renda de agricultores familiares do Sertão alagoano.

O projeto também disponibiliza assistência técnica – equipe de implantação, formação e acompanhamento –, para tornar o Canal do Sertão um marco de desenvolvimento rural sustentável para famílias residentes na região de influência no Alto Sertão.

Segundo o governo estadual, em 2023, por exemplo, foram instalados 60 módulos nos municípios de Água Branca, Delmiro Gouveia e Olho D’Água do Casado, com investimento até o momento foi de aproximadamente R\$ 2 milhões.

O Canal do Sertão também tem conseguido proporcionar que famílias do semiárido alagoano, possam ter água potável disponível. A estimativa é que mais de 10 mil pessoas da região estejam sendo atendidas por 1.123 microssistemas, compostas por seis caixas d’água de 10 mil litros cada, que captam água do Canal e realizam a distribuição da água.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 08/05/2024

APÓS MUITA POLÊMICA, GOVERNO APROVA PROJETO ORIGINAL QUE EXTINGUE FAIXAS SALARIAIS DE PMS E BOMBEIROS

Oposição tentou alterar o projeto para antecipar em um ano as faixas salariais, mas não teve força para derrubar a proposta do Governo

Por Márcio Didier



Deputados do Governo e da oposição debateram no plenário por mais de quatro horas. Foto: Peu Ricardo

Depois de dois meses de debate, idas e vindas de substitutivos à proposta original na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), o Governo saiu vitorioso e aprovou sem alterações o projeto que acaba com as faixas salariais dos policiais e bombeiros de forma escalonada até 2026. Em uma sessão tumultuada, que acabou descambiando para disputa entre bolsonaristas e petistas, o projeto foi aprovado em duas votações e segue para sanção da governadora

Raquel Lyra.

O fim do mecanismo, criado em 2017, pretende evitar pagamentos diferenciados para militares estaduais de mesma patente.

Além da extinção das faixas, foi aprovado o reajuste para os policiais, que, segundo o Governo, chegará a 26,77% em 2026 para os soldados e 19,30% para os cabos. Essa questão, inclusive, mostrou o descompasso da base governista com o próprio Governo. Durante toda a tramitação do projeto, foi alardeado que os reajustes seriam de 3,5% em 2024; 3,5%, em 2025; e 3%, em 2026, que seria bem abaixo do anunciado.

O dia começou com uma vitória da oposição na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ), com a derrubada do substitutivo da deputada Socorro Pimentel, que mantinha o teor da proposta inicial. Uma vitória de Pirro.



Deputados do Governo votam contra proposta da oposição de antecipar em um ano o fim das faixas. Foto: Peu Ricardo

À tarde, na sessão plenária, em meio a uma série de discursos inflamados, principalmente por parte dos deputados contrários à proposta, o Governo chegou à primeira vitória, ao derrubar o projeto substitutivo da oposição, que antecipava para 2025 o final de todas as faixas salariais da PM e Bombeiros.

Com isso, a própria oposição decidiu apoiar a proposta original, para tentar uma alteração na segunda votação. Foi então apresentada pela oposição uma nova emenda, mais uma vez derrubada pela base governista. Duas emendas que já haviam sido acordadas entre os deputados para serem acatadas também foram derrubadas pela base governistas, sob as vaias das galerias, lotadas de policiais e bombeiros.

Vitória do Governo

Sem mais alternativa para mudar o projeto e diante das derrotas em sequência, não houve outro caminho à oposição que não votar mais uma vez pela aprovação da proposta original do Governo, sob a alegação de que se a proposta fosse recusada, os policiais e bombeiros sairiam derrotados. No fundo, a oposição sabia que não tinha força alguma para derrubar a matéria.

Petistas x bolsonaristas

O clima de guerra que se esperava dentro do plenário da Alepe, não ocorreu. Apesar de os policiais lotarem as galerias, foram poucas as intervenções dos presentes. Vaiaram apenas alguns discursos dos governistas e centraram fogo no deputado petista João Paulo.

Em determinação momento da segunda votação, o deputado bolsonarista Abimael Santos fez um discurso cobrando um posicionamento dos deputados do PT, que votaram a favor do Governo.



Acesse aqui o Vídeo:

<https://movimentoeconomico.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Deputado-bolsonarista-ataca-o-PT-apos-voto-dos-deputados-a-favor-do-Governo.mp4>

“O PT está votando aqui contra os policiais e a favor de quem está nos presídios. Porque o PT só puxa para esse lado. O PT é o Partido dos

Trabalhadores que não trabalha. Bando de vagabundo”, disparou Abimael Santos, provocando a revolta dos deputados petistas.

João Paulo correu ao microfone e devolveu: “Respeito. Vagabundo é você. Vagabundo é você”. Em seguida, o presidente estadual do PT e deputado estadual Doriel Barros recriminou a fala de Abimael.

“Quero dizer ao deputado que aqui também tem um matuto. E quero dizer que Vossa Excelência não tem estatura e nem moral para falar do Partido dos Trabalhadores. Porque se tem um partido que mais defendeu os trabalhadores foi o PT”, colocou Dorial, sendo interrompido pelas galerias aos gritos de “Lula, ladrão, seu lugar é na prisão”.

Ao final da sessão os governistas saíram rápido, pelo acesso lateral do plenário e sem falar com a imprensa. Já os deputados opositores à proposta do Governo deram entrevista e se disseram preocupados com o futuro da relação do Governo com os policiais militares.

“Conversei com um policial que falou que está fazendo a Operação X. Indaguei o que era e ele fez um gesto cruzando os dois braços sobre o peito. Os policiais estão insatisfeitos e não sei como reagirão a esta proposta”, declarou Alberto Feitosa, um dos principais articuladores da oposição.

Governadora celebra

Pouco menos de duas horas depois da definição, a governadora Raquel Lyra celebrou o resultado da votação.

“A Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovou, nos dois turnos, por 41 votos a 1, o projeto de lei que extingue as faixas salariais e reestrutura as carreiras militares em Pernambuco. A gente estava muito confiante nessa vitória, porque trabalhamos mais de um ano para conseguir apresentar o melhor projeto. Tínhamos certeza que, ao final de tudo, contaríamos com a imensa maioria da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Ganham a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, dentro do nosso compromisso, através do Juntos Pela Segurança, de fortalecer as nossas forças operacionais de polícia”, destacou a governadora Raquel Lyra.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 08/05/2024

ZPE CEARÁ ULTRAPASSA 85 MILHÕES DE TONELADAS DE CARGAS MOVIMENTADAS

Ao todo, foram 85.530.982 toneladas que passaram pelos portões da free trade zone do Pecém, movimentando a economia estadual e consolidando a ZPE Ceará

Da Redação ME



Zona de Processamento de Exportação começou a funcionar em agosto de 2013, movimentando cargas diversas. Foto: Ascom ZPE Ceará/Divulgação

mil toneladas a mais.

Primeira Zona de Processamento de Exportação a entrar em operação no Brasil, a ZPE Ceará registrou um aumento de 3% na sua movimentação de cargas no Complexo de Pecém no primeiro trimestre deste ano. Ao todo, foram 2.377.621 toneladas de granéis sólidos (minérios), granéis líquidos (oxigênio e nitrogênio), contêineres e placas de aço. Em relação ao mesmo período do ano passado, foram cerca de 70

O resultado também foi responsável pela ZPE, concebida em em 22 de setembro de 2010, pela Lei Estadual nº 14.794/2010, mas que começou a funcionar em agosto de 2013, a alcançar outra marca histórica.

Nestes quase 11 anos de atividade, a free trade zone do Pecém superou as 85 milhões de toneladas de movimentação dentro do complexo que é uma joint venture formada pelo Governo do Estado do Ceará e o Porto de Roterdã. Ao todo, foram 85.530.982 toneladas que passaram pelos seus portões, movimentando a economia estadual.

Cargas em destaque

Somente no primeiro trimestre deste ano, a ZPE Ceará já movimentou 1.054.31 toneladas de minério de ferro, um crescimento de 19,7% na comparação com o mesmo período de 2023. O minério, inclusive, é o principal insumo para a produção da ArcelorMittal Pecém, siderúrgica instalada no Setor 1 da ZPE.

A segunda carga de maior movimentação nos três primeiros meses de 2024 foram as placas de aço produzidas pela siderúrgica, que corresponderam a 674.982 toneladas no período, montante 13,2% superior ao registrado no primeiro trimestre de 2023.

Outro grande destaque foi o carvão, com 622.387 toneladas movimentadas, mais que o dobro das 298.228 toneladas registradas entre janeiro e março do ano anterior, o que representa uma alta de 108,6%.



Com 6.182 hectares de área total, a free trade zone faz parte do Complexo do Pecém. Foto: Ascom ZPE Ceará/Divulgação

Estrutura da ZPE Ceará

A ZPE Ceará tem a sua Área de Despacho Aduaneiro (ADA) sediada a 6 km de distância do Porto do Pecém e a menos de 60 km do Aeroporto Internacional de Fortaleza. Com 6.182 hectares de área total, a free trade zone faz parte do Complexo

do Pecém, também formado pelo Porto do Pecém e área industrial.

É no Setor 2 da ZPE Ceará, uma área de mais de 1.900 hectares, que serão instalados os grandes projetos do Hub de Hidrogênio Verde do Ceará. As empresas que se instalam em uma ZPE, inclusive, têm acesso a tratamento tributário, cambial e administrativo especiais. Esses empreendimentos contam, ainda, com segurança jurídica e procedimentos burocráticos simplificados.

“Alcançar essa marca histórica diz muito sobre o trabalho de excelência que é desempenhado por todos que fazem parte da ZPE Ceará. Temos um time comprometido com a segurança e celeridade de nossas operações, além de um sistema próprio (Sica) bastante eficiente no controle das cargas. Tudo isso, aliado ao fato estarmos completamente integrados ao Porto do Pecém, faz da ZPE peça fundamental para o desenvolvimento econômico e para as relações comerciais do nosso Estado”, afirma o presidente da ZPE Ceará, Hélio Leitão.

* Com informações da Ascom ZPE Ceará

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 08/05/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024 ATINGE 302,9 MILHÕES DE TONELADAS

Crescimento de 5,2% nos primeiros três meses do ano foi puxado pela movimentação de granéis sólidos e de cargas containerizadas

Brasília, 08/05/2024 - O setor portuário apresentou um crescimento de 5,2% no primeiro trimestre do ano, segundo os dados do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Esse aumento foi puxado principalmente por cargas containerizadas e granéis sólidos.

Durante os três primeiros meses de 2024, foram movimentados 302,9 milhões de toneladas de cargas. No mesmo período de 2023 a movimentação havia atingido 287,9 milhões de toneladas. Entre os destaques estão o minério de ferro (+13,95%) e o açúcar (+83,08%).



Porto de Itapoá/Santa Catarina

Em março, a movimentação atingiu 104,1 milhões de toneladas, uma queda de 3,68% frente ao mesmo período de 2023.

Em relação às cargas containerizadas, a movimentação do trimestre atingiu 34,1 milhões de toneladas, um aumento de 20,3% em comparação com o mesmo período do ano passado, representando 3,1 milhões TEUs. Desse total, 23,2

milhões de toneladas foram movimentadas em longo curso e 10,5 milhões por cabotagem.

Os grânéis sólidos, que representam 57,7% do total de tudo que é movimentado, apresentaram crescimento de 6,43% frente aos primeiros três meses de 2023. Foram 174,6 milhões de toneladas registradas entre janeiro e março deste ano.

Por sua vez, grânéis líquidos e cargas gerais movimentaram 79,9 milhões de toneladas (- 0,46%) e 14,3 milhões de toneladas (- 6,4%) durante o trimestre, respectivamente.

Navegação

A movimentação de cargas de longo curso foi de 210,1 milhões de toneladas nos três primeiros meses de 2024, apresentando crescimento de 7,32% em comparação com o mesmo período do ano passado.

A cabotagem apresentou uma alta de 2,98% em comparação com o mesmo período do ano passado, atingindo uma movimentação de 72,7 milhões de toneladas. Já a cabotagem de contêineres cresceu 25,06% em comparação com o primeiro trimestre de 2023.

As operações de carga de apoio portuário e marítimo apresentaram crescimento de 9,74% no trimestre, totalizando 0,9 milhão de toneladas movimentadas. Enquanto a navegação interior decresceu 7,47% nos três primeiros meses do ano, atingindo uma movimentação de 19,2 milhões de toneladas.

Portos Públicos

Os portos públicos movimentaram 104,4 milhões de toneladas nos três primeiros meses de 2024. O número representa aumento de 6,62% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O porto com maior movimentação nos meses foi o de Santos, com 32,5 milhões de toneladas, registrando um aumento de 14,56% frente ao mesmo período de 2023.

Terminais Privados

Os Terminais de Uso Privado (TUPs) registraram 198,5 milhões de toneladas entre janeiro e março de 2024. O número representa um aumento de 4,47% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O TUP com maior movimentação entre janeiro e março deste ano, em comparação com 2023, foi o Terminal da Ilha Guaíba, localizado no Rio de Janeiro, com 6,4 milhões de toneladas movimentadas, um aumento de 33,47% se comparado aos três primeiros meses de 2023.

Painel Estatístico



O Painel Estatístico da ANTAQ pode ser acessado via smartphones e tablets, disponível no site da Agência. Na consulta eletrônica podem ser checados dados de transporte de longo curso, cabotagem, vias interiores, além da movimentação portuária de contêineres.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 08/05/2024

ANTAQ PERMITE A FLEXIBILIZAÇÃO DOS ESQUEMAS OPERACIONAIS DE EBNS QUE OPERAM NO RS DEVIDO ÀS CHUVAS NA REGIÃO



A autorização vai permitir a flexibilização por 60 dias, com possibilidade de prorrogação ou antecipação do prazo, caso haja solicitação por parte da empresa

Brasília, 07/05/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) permitiu, nesta terça-feira (7), que haja uma flexibilização temporária dos esquemas operacionais das Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs) que operam no Rio Grande do Sul e são reguladas pela ANTAQ.

O objetivo é atender às necessidades da região que é afetada pelos níveis extremos de chuvas em todo o estado, ocasionando impactos significativos nas condições de deslocamento das populações de vários municípios do Rio Grande do Sul.

A Agência permitiu que a flexibilização aconteça durante 60 dias. Esse prazo poderá ser prorrogado ou antecipado por solicitação da empresa e será avaliado pela ANTAQ.

Atualmente, na região existem 14 linhas de travessia, com 25 empresas autorizadas. Essas linhas são pertinentes ao transporte interestadual com Santa Catarina ou internacional, essencialmente com localidades argentinas.

Sobre a flexibilização

O pedido de flexibilização do esquema operacional deverá ser apresentado no site da ANTAQ, através do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) ou do Sistema de Outorgas Eletrônica (SOE) com informações sobre as alterações desejadas, incluindo eventual paralisação total dos serviços outorgados.

Em caso de aprovação do pedido de flexibilização, a empresa solicitante deve dar ampla divulgação ao fato, expondo o novo quadro de horários nos pontos de venda dos bilhetes, no convés das embarcações em operação e em faixas e cartazes ou banners nas proximidades dos pontos de embarque e desembarque, sem prejuízo do uso de outras formas de comunicação aos interessados.

A autorização da flexibilização do esquema operacional não implica em acréscimo de tempo ao termo de autorização outorgado, tratando-se de alterações circunstanciais e temporárias.

Ações conjuntas

A ANTAQ tem participado de reuniões com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e com a Portos RS, a autoridade portuária dos portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.

Nos encontros estão sendo acompanhados os impactos atuais nos portos e hidrovias locais. Além das ações que a Agência vem tomando, o Ministério também está encaminhando providências para

a Portos RS fazer um levantamento dos prejuízos que foram causados na infraestrutura portuária e nas hidrovias da região e a Portos RS tem adotado medidas para mitigar os efeitos das inundações em suas operações e nas comunidades locais.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 07/05/2024

AGÊNCIA REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O ARRENDAMENTO DO TERMINAL MCP01, LOCALIZADO NO PORTO DE SANTANA (AP)

O terminal vai movimentar e armazenar grãos sólidos vegetais. O investimento ao longo dos 25 anos do contrato será de R\$ 84,6 milhões. Consulta pública segue até quarta-feira (08/05)



Transmissão da audiência aconteceu no YouTube da ANTAQ

Brasília, 06/05/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, nesta quarta-feira (24), a Audiência Pública nº 07/2024, voltada ao recebimento de contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório para o arrendamento do terminal MCP01,

localizado no Porto de Santana (AP).

A área vai movimentar e armazenar grãos sólidos vegetais, especialmente cavaco de madeira. Ao todo o objetivo é que sejam investidos R\$ 84,6 milhões durante os 25 anos de contrato.

O diretor-geral da Agência, Eduardo Nery, relator do processo do terminal, destacou que com a previsão de investimentos será possível “criar um ciclo virtuoso para que o terminal ocasione em um porto mais moderno, desenvolvido, com mais movimentação de cargas e, com isso, mais capacidade”.

Ao todo a audiência pública teve cinco inscritos e cinco contribuições orais. O prazo para envio das contribuições vai até o dia 8 de maio de 2024.

Sobre a consulta pública

As minutas jurídicas e os documentos técnicos objeto do presente aviso de consulta pública estarão disponíveis no site da ANTAQ.

Serão consideradas pela Agência apenas as contribuições, subsídios e sugestões que tenham por objeto as minutas colocadas em consulta e audiência públicas. As contribuições podem ser dirigidas à ANTAQ até as 23h59 do dia 8 de maio de 2024, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico, não sendo aceitas contribuições por outros meios.

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos, exclusivamente através do e-mail: anexo_audiencia072024@antaq.gov.br, mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado. As contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) da Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 06/05/2024

 Presidência da República

 Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS APRESENTA MEDIDAS EMERGENCIAIS PARA O RIO GRANDE DO SUL

Titular da pasta se reuniu com representantes das companhias aéreas, Anac, operadores do aeroporto e portos do estado



Reunião no MPor sobre ações de socorro ao Rio Grande do Sul - Foto: Sérgio Frances

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), sob orientação da Casa Civil, apresentou medidas para avaliação de danos e definição de ações de investimentos para a retomada de operações dos portos, aeroportos e hidrovias do Rio Grande do Sul. Nesta segunda-feira (6), a Pasta realizou mais uma reunião de trabalho junto à concessionária do Fraport Brasil S.A do Aeroporto Internacional Salgado Filho, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Associação

Brasileira das Empresas Aéreas (Abea), Infraero, ABR Aeroportos do Brasil, além da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e representantes da Superintendência de Portos e Hidrovias do Estado do Rio Grande do Sul (Portos RS).

No modal aéreo, foram definidas ações prioritárias para auxiliar na recuperação dos serviços. Entre elas:

- 1 - Trabalhar para garantir a segurança do Aeroporto de Porto Alegre;**
- 2 - Realizar diagnósticos dos danos causados à infraestrutura aeroportuária;**
- 3 - Desenvolver uma estratégia logística para a cadeia de insumos, como combustível, água, medicamentos, alimentos, entre outros;**
- 4 - A Infraero disponibilizará funcionários para auxiliar no aeroporto;**
- 5 - Apresentar um plano de ampliação da malha aérea no Rio Grande do Sul em 24 horas.**

O ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, enfatizou o comprometimento do Governo Federal em minimizar os impactos das enchentes e fornecer assistência aos moradores. "O presidente Lula está empenhado em realizar investimentos nos portos, em contribuir para a agenda aeroportuária, aumentar os investimentos em nossas rodovias e também nas estradas estaduais, além de manter um diálogo fundamental entre o governo federal, o governo estadual, o Congresso Nacional e o Poder Judiciário. Este momento requer união. O Brasil precisa estar unido para ajudar o povo do Rio Grande do Sul", destacou.

O Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos, juntamente com as companhias aéreas e a Fraport Brasil trabalha integralmente para restabelecer as operações no aeroporto. Para minimizar os impactos na malha aérea do estado, a Anac e a Abea devem apresentar nos próximos

dias um plano para uma malha aérea essencial para atendimento do Rio Grande do Sul, de modo a restabelecer as operações logísticas fundamentais para a retomada da economia local.

Situação dos portos

O Ministério dos Portos e Aeroportos também realizou uma reunião com as autoridades portuárias dos portos do Rio Grande do Sul para acompanhar os impactos atuais. A Portos RS informou que tem adotado medidas para mitigar os efeitos das inundações em suas operações e nas comunidades locais. A instituição destacou que permanece mobilizada diante da enchente que afeta o Porto de Porto Alegre e os demais municípios da Região Metropolitana. Enquanto perdurarem os efeitos do aumento do nível do Lago Guaíba, as operações na unidade continuarão suspensas.

A Portos RS também é responsável pela administração dos portos de Rio Grande e Pelotas. Ambas as unidades seguem operando. No entanto, a Autoridade Portuária está atenta e monitorando a situação, uma vez que ambas estão na rota de escoamento das águas para o Oceano Atlântico, ocorrendo exclusivamente pelos Molhes da Barra do Rio Grande.

Acompanhe aqui as ações dos setores portuários e aeroportuários

<https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/relatorio-operacional-e-acoes-conjuntas-para-apoiar-povo-atingido-pelas-fortes-chuvas-no-rio-grande-do-sul>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 06/05/2024

GOVERNO FEDERAL INAUGURA OBRA DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Ministro Silvio Costa Filho fez visita técnica às instalações que receberam investimentos de cerca de R\$ 150 milhões



Com a conclusão das obras, será possível aumentar a profundidade dos berços de atracação de 8,5 metros para 13,5 metros - Foto: Eduardo Oliveira

Com investimentos de cerca de R\$ 150 milhões, o porto do Rio de Janeiro teve melhorias no trecho de 600 metros do Cais da Gamboa, aumentando a atratividade do porto e melhorando sua eficiência operacional.

As obras foram inauguradas nesta segunda-feira (6) e a cerimônia contou com a participação do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho que destacou a importância da modernização dos portos brasileiros não apenas para otimizar a logística e o transporte, mas também na geração de empregos e renda para o país. "Nós precisamos muito do setor produtivo que empreende no estado - Rio de Janeiro- para a gente fomentar empreendimentos e desburocratizar, para fazer com que o porto do Rio cresça e se desenvolva e sobretudo possa gerar emprego e renda no estado", destacou.

O Ministro ainda reforçou a importância da utilização do Fundo da Marinha Mercante (FMM), que é destinado gerar recursos para o desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileira. "É crucial apoiar a indústria naval do Rio de Janeiro. O Fundo da Marinha Mercante pode simplificar e agilizar empreendimentos, pois mais investimentos significam mais oportunidades de emprego e renda. Não há dúvidas de que o Rio possui um grande potencial", declarou, destacando o empenho de mais de R\$ 5 bilhões a empresas do setor no último ano, o que evidencia a confiança no crescimento econômico e na geração de empregos no estado.

Cais da Gamboa

O trecho do Cais da Gamboa que recebeu a intervenção é o mais antigo do Porto do Rio de Janeiro, inaugurado em 1910. Sua estrutura consistia em um muro com base de chapas metálicas e constituído de pedras de cantaria argamassadas, construído com as técnicas disponíveis na época. Segundo a autoridade Portuária, a modernização do cais é essencial para acompanhar as demandas atuais, porque a estrutura antiga não suportaria a execução de uma dragagem no local, mas com a conclusão dessas obras, será possível aumentar a profundidade dos berços de atracação de 8,5 metros para 13,5 metros. Isso possibilitará a operação de navios de maior porte, contribuindo para o turismo regional e também para a melhoria da eficiência operacional.



O Cais da Gamboa tem potencial para movimentar diversos tipos de carga geral e grãos, como trigo, ferro gusa, concentrado de zinco e cargas de apoio às atividades offshore, entre outros. Para o presidente da PortosRio, Francisco Martins, este marco representa um compromisso histórico da PortosRio com o desenvolvimento do Porto do Rio de Janeiro: “Há mais de duas décadas, não se via investimentos tão significativos em nossa infraestrutura portuária, desde a dragagem até a expansão e modernização do cais. Estamos empenhados em preparar nosso porto para os desafios e oportunidades do século XXI, garantindo sua competitividade e relevância no cenário nacional e internacional”.



Parcerias

O MPor e a PortosRio anunciaram parcerias estratégicas para impulsionar a modernização e eficiência operacional. Foi assinado um Termo de Intenções para formalização de uma cooperação técnica com o Parque Tecnológico do Iguaçu (PTI), visando à implementação de soluções tecnológicas para reforçar a segurança e modernizar as operações portuárias, especialmente no combate a ilícitos, nos projetos de infraestrutura e na descarbonização.

Além disso, também foi assinado outro Termo de Intenções para formalização de uma cooperação técnica com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o desenvolvimento de estudos e análises de mercado, para orientar o crescimento do complexo portuário e fundamentar futuros projetos de expansão e zoneamentos das áreas a serem exploradas.

Agenda

Pela manhã, Costa Filho participou do “Seminário Rio Empreende: Inovação e Desenvolvimento no Coração do Brasil” onde debateu sobre a importância da indústria, do comércio e dos serviços na economia.

Chuvvas

O ministro de Portos e Aeroportos enfatizou o compromisso do Governo Federal em proteger a vida da população afetada pelas intensas chuvas no Rio Grande do Sul. Ele destacou a colaboração dos setores portuários e de navegação no fornecimento de suprimentos e na distribuição para os municípios necessitados, juntamente com a generosa contribuição financeira de empresas operadoras na região de PortosRio. Segundo o ministro Silvio Costa Filho, “todos os recursos, produtos e serviços oferecidos são essenciais para salvar vidas e proporcionar algum conforto à população do Sul”.

Acompanhe aqui as ações dos setores portuários e aeroportuários

<https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/relatorio-operacional-e-acoes-conjuntas-para-apoiar-povo-atingido-pelas-fortes-chuvas-no-rio-grande-do-sul>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 06/05/2024

GLO EM PORTOS E AEROPORTOS É PRORROGADA PELO PRESIDENTE LULA POR 30 DIAS

Iniciada em novembro de 2023, ação coordenada pelas forças de segurança apreendeu 172,3 toneladas de drogas; Até agora, 11,2 mil fiscalizações em embarcações e 107,6 mil cargas foram inspecionadas



Operações para ampliar a segurança em portos e aeroportos foram prorrogadas pelo presidente Lula - Foto: Divulgação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prorrogou por mais 30 dias o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em cinco áreas que incluem portos e aeroportos. Com a decisão, a intensificação no trabalho de monitoramento e inteligência se dará até 4 de junho de 2024. A prorrogação das medidas vai de encontro com o parecer

assinado pelos ministros da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e da Defesa, José Múcio Monteiro, e com a concordância do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Na prática, a GLO permite que o Governo Federal, por meio das Forças Armadas, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, atue de forma coordenada em ações no Porto do Rio de Janeiro, Porto de Itaguaí (RJ) e Porto de Santos (SP), bem como no Aeroporto do Galeão, no Rio, e no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. A medida tem validade apenas em territórios federais.

Desde novembro do ano passado, quando foi implementada, 172,3 toneladas de drogas foram apreendidas, sendo 12,4 toneladas de cocaína e 5,4 toneladas de pasta-base de cocaína. Um total de 282 armas foram apreendidas (entre elas 30 fuzis), 3.178 pessoas foram presas e houve 11,2 mil fiscalizações em embarcações e 107,6 mil cargas inspecionadas, além de 7,8 mil contêineres vistoriados. O valor empregado em diárias e custos operacionais ficou em R\$ 215,6 milhões, divididos entre Polícia Federal (R\$ 3,2 milhões), Força Nacional (R\$ 1,5 milhão), Forças Armadas (R\$ 182 milhões) e Polícia Rodoviária Federal (R\$ 28 milhões).

A sugestão de prorrogação da operação para o combate ao crime organizado leva em consideração a avaliação dos bons resultados alcançados por todos os órgãos envolvidos. No âmbito da promoção da segurança aquaviária, o Ministério de Portos e Aeroportos juntamente com o Ministério da Justiça e Segurança Pública tem promovido o cumprimento do Código Internacional de Proteção para Navios e Instalações Portuárias (Código ISPS), especialmente junto aos portos públicos organizados, considerando sua importância para a prevenção do tráfico e outros delitos.

O Ministério de Portos e Aeroportos vê como uma medida positiva a adoção de operações de Garantia de Lei e de Ordem (GLO), as quais estão sob coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Defesa, uma vez que permitiu a intensificação de operações de combate ao crime organizado nos portos e aeroportos, sem quaisquer prejuízos à operação regular dessas infraestruturas.

Números da GLO

» 3.178 pessoas presas



- » 172,3 toneladas de drogas apreendidas
 - » 282 armas apreendidas, sendo 30 fuzis
 - » 11,2 mil munições apreendidas, sendo 10 granadas
 - » 3.178 pessoas presas
 - » 468,4 mil revistas e vistorias em veículos
 - » 824,6 mil revistas em cidadãos
 - » 11,2 mil fiscalizações em embarcações
 - » 107,6 mil cargas inspecionadas
 - » 7,8 mil contêineres vistoriados
 - » 553,1 mil bagagens inspecionadas
 - » 31 mil ativos apreendidos ou retidos, resultando no valor estimado de R\$ 116,4 milhões
- Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF*
Data: 06/05/2024

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS GARANTE UMA SÉRIE DE MEDIDAS AO POVO ATINGIDO PELAS FORTES CHUVAS NO RIO GRANDE DO SUL

Neste domingo, o ministro da pasta, Silvio Costa Filho, junto com o presidente Lula, visita o estado onde realizará anúncios importantes

Para minimizar os impactos provocados pelas fortes enchentes que assolam as cidades do Rio Grande do Sul, auxiliar no salvamento de vidas e no transporte de ajuda humanitária aos moradores das regiões atingidas, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, junto com representantes de empresas e operadores dos modais portuários e aeroportuários, fechou um pacote de ações que beneficiarão milhões de brasileiros impactados com a tragédia climática.

Dos setores portuários e de navegação, o ministro conseguiu importante cooperação na destinação de mantimentos e no envio para os municípios necessitados, além de doação de recurso financeiro, que será realizado por empresas que operam na PortosRio. Para o ministro Silvio Costa Filho, “todos os recursos, produtos e serviços que forem oferecidos são fundamentais para salvar vidas e levar um pouco de bem-estar à população do Sul”.

No transporte aéreo, as principais companhias brasileiras se colocaram à disposição para transportar gratuitamente os mantimentos arrecadados em toda parte do país. Adicionalmente, devido às condições meteorológicas adversas na região e em decorrência do fechamento do aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, as aéreas estão possibilitando a remarcação de voos sem taxas para a capital e outras cidades da região. Para ter acesso ao benefício, é importante que o passageiro entre em contato com a companhia por meio de seus canais de atendimento.

Visita às áreas atingidas

Mobilizados em atender ao povo do Rio Grande do Sul e demais regiões atingidas pelas enchentes, neste domingo (5), Costa Filho, o presidente Lula e uma comitiva de ministros visitarão o estado para anunciar uma série de ações cujo objetivo é minimizar os impactos e levar ajuda aos moradores. “Estamos avançando com um conjunto de ações na área aeroportuária, que irão ajudar no transporte de cargas com insumos, medicamentos, alimentos, entre outros suprimentos poder atender à

população do RS neste momento tão desafiador que vive o estado. É hora de unidade para ajudar o Brasil”, garantiu Costa Filho.

O presidente Lula destacou que “o governo federal está em diálogo permanente com o governo do Rio Grande do Sul e com as prefeituras para apoiar a região no que for necessário”. Segundo ele, o governo “não medirá esforços para ajudar os municípios que sofrem com as chuvas e salvar vidas”.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 05/05/2024

COMPLEXO DO PECÉM SE DESTACA COM PROJETOS DE HIDROGÊNIO VERDE

Ministro Silvio Costa Filho realizou visita técnica ao Porto como abrigo dos primeiros projetos do setor no país



Visita ao complexo do Pecém - Foto: Vosmar Rosa

Nesta sexta-feira (6), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Sandro de Ávila, realizaram uma visita técnica ao Complexo Portuário do Pecém. O local, com mais de 19 mil hectares de área, possui infraestrutura robusta e localização geográfica privilegiada, destacando-se como a casa do Hidrogênio Verde (H2V) no Brasil, abrigando os primeiros projetos do setor no país.

O objetivo da visita foi conhecer os projetos voltados para energias renováveis, a fim de servirem como exemplos para outras autoridades portuárias. É importante destacar que o Brasil tem o compromisso de aumentar suas capacidades no campo das energias renováveis, visando garantir a preservação ambiental e proporcionar mais qualidade de vida à população.

Durante a visita, Silvio Costa Filho ressaltou a importância estratégica do porto como um hub de excelência, possibilitando um canal direto, por exemplo, com a região da Europa, viabilizando o transporte e exportação do referido produto para lá. "Eu não tenho dúvidas de que o Porto do Pecém será uma referência mundial em hidrogênio verde, e queremos exportar essa tecnologia para os países europeus e demais interessados, o que estimulará ainda mais o crescimento econômico da região", disse.

Alex Sandro de Ávila destacou os investimentos no complexo em relação a projetos de energias renováveis, especialmente o Hidrogênio Verde. "É um excelente hub para permitir um canal direto, por exemplo, com a região da Europa. Estamos investindo na proposta econômico-financeira para permitir que tenha um custo acessível e, assim, posicionar o Brasil na vanguarda da competitividade no fornecimento de energia renovável, como o hidrogênio verde, para o mundo", disse.

Infraestrutura de ponta

O Complexo do Pecém é composto por três grandes frentes: a Área Industrial, que abriga algumas das principais unidades fabris do Nordeste brasileiro; o Porto do Pecém, um terminal offshore de classe mundial; e a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) Ceará, a primeira a operar no Brasil, que possui uma nova área de mais de 1.900 hectares para receber novos investimentos. É nessa área que serão instaladas as empresas que produzirão H2V no Pecém.

Atualmente, o complexo conta com seis pré-contratos assinados, somando cerca de US\$ 8 bilhões em investimentos até 2030. Isso deve duplicar a quantidade de empregos diretos e indiretos na região, que atualmente é de 80 mil.

Para receber as empresas que produzirão hidrogênio verde no Pecém, a estrutura do Complexo e do Porto será modernizada. Para isso, será criado um corredor de utilidades por onde circularão os

duto de amônia, gás natural, hidrogênio, água e a rede de energia elétrica. O píer 2 e o terminal de múltiplas utilidades devem passar por adaptações para a operação de amônia e outros derivados do hidrogênio verde.

"Nesse processo de instalação do hub de H2V, estamos nos preparando para produzir e exportar o hidrogênio, enquanto o Porto de Roterdã se prepara para receber e distribuir pelo mercado europeu", destaca o presidente do Complexo do Pecém, Hugo Figueirêdo. O Porto do Pecém e o Porto de Roterdã constituirão a rota de exportação/importação de H2V mais próxima entre a América do Sul e a Europa.

Números

Importante destacar que o Porto do Pecém registrou crescimento na movimentação de 18% no primeiro trimestre, em comparação ao mesmo período do ano passado. Ao total, foram 4,4 milhões de toneladas de cargas de janeiro a março de 2024.

Entre os principais produtos movimentados, destacam-se minérios, cereais, combustíveis minerais, ferro fundido, plásticos e bebidas em cabotagem. Na navegação em longo curso, foram transportados combustíveis minerais, máquinas, frutas e sal.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 03/05/2024

SILVIO COSTA FILHO DISCUTE PLANO DE INVESTIMENTOS PARA O AEROPORTO DE FORTALEZA

Ao lado do governador Elmano de Freitas, ministro vistoriou obras realizadas pela concessionária na ordem de R\$1,6 bi



Ao lado do governador Elmano de Freitas, ministro vistoriou obras realizadas pela concessionária na ordem de R\$1,6 bi - Foto: Vosmar Rosa/MPor

Um dos aeroportos mais modernos do país, o Aeroporto Internacional de Fortaleza (CE), teve sua estrutura vistoriada na manhã desta sexta-feira (3) pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. Em visita ao estado, Costa Filho esteve ao

lado do governador local, Elmano de Freitas, e de representantes da concessionária do terminal para inspecionar as últimas intervenções realizadas no sítio aeroportuário.

A operadora Fraport opera o Aeroporto Internacional de Fortaleza desde o início de 2018 e já concluiu as principais etapas de intervenções em sua infraestrutura. Com investimentos da ordem de R\$ 1,6 bilhões, foram concluídas a ampliação do terminal de passageiros, ampliação de salas de embarque, nova área de check-in, novo acesso viário, modernização do sistema de operação, entre outras intervenções.

Em seu discurso, Silvio Costa Filho ressaltou o comprometimento do Governo Federal durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no impulsionamento do desenvolvimento econômico e na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população brasileira. "As melhorias dos serviços e de infraestrutura contribuíram para um cenário de crescimento econômico na região, além da geração de emprego e renda para a população. O empenho do Governo Federal é para aprimorar os serviços públicos, visando atender de forma mais eficiente às necessidades da sociedade", destacou.

Dados

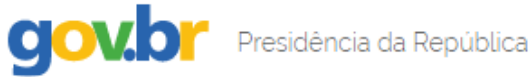
Os recursos aplicados têm dado resultados positivos ao setor aéreo. No primeiro trimestre deste ano, o terminal de Fortaleza apresentou recorde no número de passageiros transportados no mercado



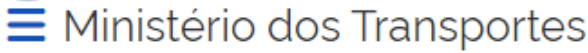
internacional. De janeiro a março de 2024, mais de 100 mil pessoas embarcaram em cerca de 550 pousos e decolagens internacionais na capital cearense. O aumento foi de mais de 50% em relação ao mesmo período de 2023, quando cerca de 66 mil turistas passaram pelo terminal.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 03/05/2024



Presidência da República



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MINISTRO RENAN FILHO ANUNCIA LANÇAMENTO DO EDITAL DE DUPLICAÇÃO NA BR-381/MG

As obras serão feitas ao longo de 18 quilômetros para aumentar a capacidade da rodovia na saída da capital mineira, Belo Horizonte

O Ministério dos Transportes, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), publicou no Diário Oficial da União (DOU), nesta quarta-feira (8), o edital para contratação de elaboração do projeto e execução das obras de duplicação, restauração e melhoramentos na BR-381/MG. A previsão de investimentos é de R\$ 399,7 milhões. Confira o edital neste link.

A duplicação do trecho do lote 8A atende a uma demanda antiga da população mineira, em uma área conhecida pela alta incidência de acidentes. A proximidade ao centro de Belo Horizonte também traz uma importância à obra em relação à integração social e aumento do turismo: a estrada interliga cidades históricas como Ouro Preto, Mariana e Sabará.

A BR-381/MG tem papel crucial no transporte de pessoas e mercadorias entre a cidade e os municípios vizinhos, além da relevância no contexto do sistema viário brasileiro, possibilitando a conexão entre diversos estados e facilitando o escoamento de produtos agropecuários, minerais e de matriz industrial. A duplicação da rodovia tem o potencial de alavancar o desenvolvimento social e econômico da região.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 08/05/2024

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES FAZ PLANO EMERGENCIAL PARA GARANTIR ABASTECIMENTO DO RS, DIZ MINISTRO

Segundo Renan Filho, chamados caminhos assistenciais vão assegurar fluxo de veículos com suprimentos, comida, oxigênio e combustível necessários ao atendimento da população

Com mais de 330 cidades duramente atingidas pelo alto volume de chuvas que caiu sobre o território gaúcho nos últimos dias, o Ministério dos Transportes desenvolveu um plano emergencial para reestabelecer em 48 horas o fluxo viário em rotas estratégicas para assegurar o atendimento da população e impedir o desabastecimento do estado com itens essenciais.

"Esses caminhos assistenciais são para garantir salvamento e abastecimento do estado, sobretudo com oxigênio e remédio, comida e água, além da chegada de combustível, para não haver outras paralisações nesta crise e intensificarem ainda mais o sofrimento do povo gaúcho neste momento", informou o ministro. "É um plano de trabalho com prioridades a serem adotadas em 48 horas", completou.

Com mais de 330 cidades duramente atingidas pelo alto volume de chuvas que caiu sobre o território gaúcho nos últimos dias, o Ministério dos Transportes desenvolveu um plano emergencial para

reestabelecer em 48 horas o fluxo viário em rotas estratégicas para assegurar o atendimento da população e impedir o desabastecimento do estado com itens essenciais.

"Esses caminhos assistenciais são para garantir salvamento e abastecimento do estado, sobretudo com oxigênio e remédio, comida e água, além da chegada de combustível, para não haver outras paralisações nesta crise e intensificarem ainda mais o sofrimento do povo gaúcho neste momento", informou o ministro. "É um plano de trabalho com prioridades a serem adotadas em 48 horas", completou.



Caminhos assistenciais para passagem de veículos de resgate estão sendo construídos em pedra pelo DNIT - FOTO: Luiz Siqueira/MT

De acordo com Renan Filho, o que chama atenção nesse desastre no Rio Grande do Sul – "episódio único na história do país" – é a amplitude, a velocidade com que as águas subiram e a demora no escoamento, o que dificulta o dimensionamento da crise e o atendimento com celeridade. "Então a prioridade agora é salvar vidas, liberar vias para a passagem de equipes de resgate e pronto socorro e, depois, pensarmos na reconstrução", listou.

Em reunião com parlamentares ontem (7) na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o ministro ainda informou que cerca de R\$ 1 bilhão será destinado pelo Governo Federal à reconstrução de rodovias federais, além do orçamento previamente destinado ao estado de R\$ 1,7 bilhão.

Liberações

Sob coordenação do Ministério dos Transportes, equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), de concessionárias e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) seguem em trabalho diuturno para restabelecer o fluxo viário.

Já estão liberados trechos das BRs-116/RS, entre Estância Velha a Nova Petrópolis; de Vacaria a Campestre da Serra; e de Caxias a São Marcos. Também foi restabelecido o fluxo na BR-392/RS, de Santa Maria a Caçapava do Sul, possibilitando o acesso ao Porto de Rio Grande, beneficiando a região de Pelotas.

Na BR-470, passagem liberada de Carlos Barbosa a Montenegro; na BR-386, a ponte sobre o rio Taquari, em Estrela e Lajeado também teve o fluxo de veículos retomado, assim como na BR-290, de Eldorado a Santa Maria, com construção de um bueiro. Já no caso da BR-158, de Santa Maria a Cruz Alta, o trânsito ainda ocorre com escolta, apenas para passagens de veículos emergenciais, pois ainda há risco no trajeto. Trânsito liberado também na BR-448, a Rodovia do Parque.

O ministro anunciou que ainda hoje será liberado o trânsito na BR-290, de Eldorado a Porto Alegre, permitindo o acesso até divisa do Brasil com Argentina, por onde passam 30% do comércio internacional do país; e a BR-116, para o sul, o acesso de Porto Alegre a Pelotas. “Desta forma, estará estabelecido o acesso à capital do estado”, disse. Por fim, até esta quarta-feira (8), serão realizadas ainda as seguintes liberações: na BR-116/RS, sentido norte do estado, no trecho do Viaduto da Scharlau, e a ponte sobre o Rio dos Sinos.

"O Ministério dos Transportes está, assim, incessantemente, trabalhando para que os desdobramentos dessa crise não sejam intensificados por uma crise geral de desabastecimento", concluiu Renan Filho.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 07/05/2024

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES RECEBE COMITIVA ITALIANA PARA DISCUTIR INVESTIMENTOS E PARCERIAS NO SETOR FERROVIÁRIO

A comitiva de empresários, representantes do governo e instituições financeiras italianas conheceu mais sobre os projetos ferroviários previstos no Novo PAC, como o corredor FICO-FIOL



Para o secretário Leonardo Ribeiro (c), cooperação entre os dois países pode contribuir para a modernização da infraestrutura ferroviária nacional - Foto: Pamela Santos/SNTF-MT

Equipe do Ministério dos Transportes recebeu, nesta segunda-feira (6), comitiva italiana para discutir oportunidades de investimento no setor ferroviário brasileiro. Participaram representantes de governos, empresas públicas, instituições financeiras e empresários da Itália, com o objetivo de conhecer as políticas públicas e iniciativas em andamento para o

desenvolvimento ferroviário no Brasil. O encontro também foi uma oportunidade para troca de experiências na busca por soluções inovadoras para o setor.

O secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, destacou o compromisso do Governo Federal com o desenvolvimento ferroviário nacional e reforçou a importância da colaboração entre o Executivo e o setor privado para o avanço dos empreendimentos. "Esse encontro foi fundamental para mostrarmos o potencial do Brasil nas ferrovias. A cooperação entre os dois países pode contribuir para a modernização da infraestrutura ferroviária brasileira e para a implementação de projetos que impulsionem o crescimento da economia", declarou Ribeiro.

Prioridades no PAC

A delegação italiana teve a oportunidade de conhecer os detalhes do Novo PAC, que prevê investimentos de R\$ 94 bilhões em ferrovias. Entre os principais projetos inclusos no programa, destacam-se as obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), fundamentais à conexão do centro do Brasil aos portos nacionais.

O transporte ferroviário de passageiros também esteve na pauta. O secretário Leonardo Ribeiro explicou aos visitantes italianos a meta do Ministério dos Transportes de ampliar a oferta de linhas à população. Seis trechos foram priorizados e os estudos de viabilidade estão em contratação: Pelotas (RS) a Rio Grande (RS); Londrina (PR) a Maringá (PR); Brasília (DF) a Luziânia (GO); Salvador (BA) a Feira de Santana (BA); Fortaleza (CE) a Sobral (CE) e São Luís (MA) a Itapecuru (MA).

O diretor de Planejamento da Infra S.A, Cristiano Della Gustina, aproveitou a ocasião para destacar a qualidade das ferrovias brasileiras e o trabalho que vem sendo realizado pela empresa pública para modernizar e ampliar a malha ferroviária do país.

O representante do Ministério das Relações Exteriores e da Cooperação Internacional da Itália, Carlo Romeo, salientou o interesse do país europeu em fortalecer a parceria com o Brasil no setor ferroviário. "Queremos que seja vantajoso para vocês e vantajoso para nossas empresas. O Brasil é obviamente a nossa primeira parada, uma das principais. Porque o Brasil é um país ao qual estamos ligados por décadas e décadas de amizade e laços históricos", concluiu Romeo.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 07/05/2024

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES LANÇA CONSULTA PÚBLICA PARA PLANOS SETORIAIS FERROVIÁRIO E RODOVIÁRIO

População poderá contribuir com sugestões através da plataforma Participa + Brasil de 8 de maio a 22 de junho



Lançamento da portaria para consulta pública dos Planos Setoriais contou com a participação de diversas entidades - FOTO: Carina Leão/MT

Em evento do Ministério dos Transportes conjunto com a Infra S.A., o secretário-executivo George Santoro assinou nesta terça-feira (7) a portaria que abre consulta pública sobre os Planos Setoriais Ferroviário e Rodoviário. As sugestões poderão ser feitas de 8 de maio a 22 de junho por meio da plataforma Participa + Brasil.

"Algumas mudanças foram feitas na metodologia que recebemos da gestão anterior. Executamos aperfeiçoamentos de consistência técnica e estatística. Tem muita coisa para melhorar e vamos fazer esses ajustes com contribuições tanto da sociedade civil organizada quanto acadêmicas", detalhou o secretário-executivo. Além de representantes da Infra S.A., a audiência também contou com a participação de entidades como Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Cargas (ANUT), da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários (ANTF), Associação Brasileira de Logística (ABRLOG), Universidade de Brasília (UnB), Tribunal de Contas da União (TCU), entre outras.

Ainda nas palavras de George Santoro, o ministério também se coloca à disposição para realizar debates com mais setores. E ressalta que a tendência é ter um trabalho cada vez mais sólido com a coleta de informações. "Vamos começar a desenvolver uma cultura de dados e em breve teremos uma portaria para normatizar isso. É preciso ter uma visão de longo prazo, ter discussões por regiões do país e ouvir empresários do setor produtivo, não só de logística, para tomarmos decisões de investimento para daqui a 30 anos", acrescentou.

Planejamento a longo prazo

Os Planos Setoriais Ferroviário e Rodoviário têm como objetivo definir as principais ações para o desenvolvimento do sistema nacional de transportes ao longo da próxima década, e integram o Plano Nacional de Logística (PNL) de 2035. A previsão é concluir a etapa de planejamento do PNL até outubro deste ano.

O espaço de diálogo amplo reforça o compromisso do Ministério dos Transportes com a transparência, ouvindo e dando espaço para a população apontar suas prioridades na formulação de políticas públicas. Além dos 45 dias disponíveis para envio de sugestões, a Subsecretaria de Fomento e Planejamento também está aberta para esclarecer dúvidas através do e-mail

participacao.planejamento@transportes.gov.br.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 07/05/2024

RIO GRANDE DO SUL RECEBERÁ CERCA DE R\$1 BILHÃO A MAIS PARA RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS

Ministro Renan Filho prevê que rotas emergenciais sejam restabelecidas em seis dias. A prioridade é liberar as conexões com Porto Alegre ao norte e sul do estado pelas BRs 116 e 290/RS



Reunião na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul recebeu bancada federal do estado - FOTO: Marcio Ferreira/MT

"Não falta recurso neste momento". A fala do foi ministro Renan Filho, em reunião na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, durante evento com mais de quatro horas de duração no plenário. O ministro dos Transportes retornou ao estado gaúcho no domingo (5) com a comitiva do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante o encontro, que contou também com a presença das bancadas federais do estado, o ministro destacou as ações sob responsabilidade da pasta. "A BR-116 para o sul, que faz uma conexão com a BR-290, será liberada no dia 12 deste mês. Ela também está com alagamento. A gente espera liberar todo o Complexo Scharlau e a ponte sobre o Rio dos Sinos até 10 de maio, também a ligação de Eldorado até Porto Alegre. O trabalho nessas rodovias é o que nós estamos chamando de caminhos assistenciais, o dia 12 é o nosso prazo.", anunciou.

Em entrevista a veículos locais de imprensa, o ministro Renan Filho também reforçou que os investimentos vão ser massivos para reparar o caos provocado pelas chuvas no estado. "A gente espera que os investimentos, só nas rodovias federais, passem de R\$ 1 bilhão, aqui no Rio Grande do Sul. Isso a mais, R\$ 1 bilhão só em virtude das chuvas. Já existia R\$ 1,7 bilhão, que o estado tem para fazer suas obras. A gente estava duplicando a BR-290, concluindo a duplicação da BR-160, fazendo a travessia de Ijuí", enumerou o ministro.

Dos trechos afetados pelos temporais, seis já foram liberados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Eles são:

- BR-116 (Estância Velha - Nova Petrópolis)
- BR-116 (Vacaria - Campestre da Serra)
- BR-116 (Caxias - São Marcos)
- BR-372 (Santa Maria - Caçapava do Sul)
- BR-470 (Carlos Barbosa - Montenegro)
- BR-386 (CCR Via Sul): Ponte Sul sobre Rios Taquari

Prioridades de trabalho

O ministro visitou durante a tarde um dos trechos de reparos prioritários na BR-290, entre as cidades de Eldorado e Santa Maria, setor conhecido como bueiro em Eldorado do Sul. O trecho é um dos vitais para a normalização do tráfego na região. "Esses caminhos serão feitos em pedra, a gente vai elevar o nível da pista para retirar as áreas alagadas. Por isso que só vai passar caminhão, salvamento, depois disso a gente só pode pensar numa liberação mais ampla quando as águas do Guaíba baixarem", destacou Renan Filho. Ainda sobre investimentos, o ministro recordou o histórico recente.

“O presidente Lula já tinha quadruplicado o investimento no Rio Grande do Sul. Para uma comparação rápida: em 2022, último ano do governo anterior, foi aplicado aqui cerca de R\$ 450 milhões. Ano passado nós aplicamos R\$ 1,3 bilhão. Ou seja, quase quatro vezes mais recursos para fazer as obras do estado andar em mais velocidade. Só que agora, com essa realidade, além das obras, nós vamos ter que aplicar muito mais recursos para o restabelecimento do funcionamento da malha viária daqui.”

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 07/05/2024

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PROMOVE AMPLO DEBATE SOBRE A VIABILIDADE DA FERROVIA EF-170, A FERROGRÃO

Evento, que terá duração de dois dias, começa nesta terça-feira (7), em Santarém (PA)

A Subsecretaria de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes promove, a partir desta terça-feira (7), em Santarém (PA), o Seminário Técnico sobre Viabilidade dos Aspectos Socioambientais da Ferrovia EF-170 (Ferrogrão).

O evento terá duração de dois dias e irá discutir, junto à sociedade civil, comunidades indígenas, acadêmicos e organizações não governamentais, temas como: Histórico e Impactos Socioambientais do Corredor Logístico Norte; O que é o projeto da Ferrogrão?, Direito à Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-fé, bem como Governança Territorial e Demarcação.

Cobertura da imprensa

Profissionais de imprensa poderão cobrir o evento sem necessidade de credenciamento prévio.

SERVIÇO

O quê: Seminário Técnico sobre Viabilidade dos Aspectos Socioambientais da Ferrovia EF-170 (Ferrogrão)

Quando: Terça-feira (7/05) e Quarta-feira (8/05), a partir das 8H

Local: Auditório Tapajós do Campus da Universidade Federal do Oeste do Pará - Rua Vera Paz, s/n, Bairro Salé, Santarém (PA)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 06/05/2024

CHUVAS NO RS: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES VAI ATUAR NA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS ESTADUAIS

Presidente Lula declarou que o governo federal, através do Ministério dos Transportes, vai ajudar a recuperar as estradas estaduais



Presidente Lula, ministro Renan Filho e comitiva sobrevoam regiões atingidas pelas chuvas intensas no Rio Grande do Sul - Foto: Ricardo Stuckert/PR

O ministro dos Transportes, Renan Filho, participou na manhã deste domingo (5) da comitiva do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que visita as regiões afetadas pelas chuvas intensas no Rio Grande do Sul. No total, 12 ministros, além dos presidentes Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União também foram a Porto Alegre (RS) para reunião sobre as medidas prioritárias adotadas pelos Executivos Federal e do estado. Até o momento, são 329 municípios gaúchos atingidos e 686.482 pessoas afetadas.

Em coletiva realizada neste domingo após sobrevoo das regiões atingidas, o presidente Lula reforçou que não medirá esforços para socorrer os atingidos e restabelecer as condições de trafegabilidade



da região. "Eu sei que tem muitas estradas estaduais que estão com problemas", disse o presidente se dirigindo ao governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. "Eu quero lhe dizer que não fique preocupado. O governo federal, através do Ministério dos Transportes, vai ajudar a você a recuperar as estradas estaduais", assegurou o presidente.

"Seguimos trabalhando e atentos às emergências no Rio Grande do Sul, um trabalho integrado entre o Governo Federal, do Estado e prefeituras. O presidente Lula determinou a nós, ministros, a dedicação total para mitigar os danos e garantir trafegabilidade em todo estado", declarou o ministro Renan Filho.

Na última sexta-feira (3), duas embarcações colidiram com a ponte do Guaíba em virtude das fortes chuvas e alagamento. O Ministério dos Transportes trabalhou em conjunto com a Marinha Brasileira, com o Ministério da Defesa e dos Portos e Aeroportos para garantir as condições necessárias à retiradas das duas embarcações da área. A operação já iniciou e está sendo bem-sucedida. "É por isso que trabalhar conjunta e solidariamente vai garantir que a gente consiga minimizar o sofrimento gaúcho nesse momento", ressaltou o ministro Renan Filho.

Pedágio

Diante do cenário de calamidade em todo o Rio Grande do Sul, e com o objetivo de ajudar o abastecimento e acesso as regiões mais afetadas, a CCR ViaSul informa que suspendeu a cobrança da tarifa em todas as praças de pedágio nas rodovias BR-101 (Três Cachoeiras), Freeway (Santo Antônio da Patrulha e Gravataí) e BR-386 (Montenegro, Paverama, Fontoura Xavier e Victor Graeff). A medida está em vigor desde 13h deste domingo.

Nas cabines de pagamento manual, faz-se necessária a parada para registro e isenção. No pagamento automático (tag), a isenção será feita automaticamente. Os motoristas devem evitar utilizar as rodovias neste período e, se necessário, procurar caminhos alternativos. Outras informações pelo Disque CCR ViaSul no 0800 000 0290 ou pelo WhatsApp (51) 3303-3858.

Nas BRs

As equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) estão atuando incessantemente para liberar os pontos com bloqueios nas rodovias federais sob sua administração no Rio Grande do Sul. Há trechos com interdição total, parcial ou operando com sistema de PARE e SIGA.

O último levantamento dos técnicos que atuam nas regiões afetadas aponta que na manhã deste domingo são 47 pontos interditados na BR-116/RS, 153/RS, 158/RS, 287/RS, 290/RS, 392/RS, 470/RS e 471/RS.

Desde o início das fortes chuvas na última segunda-feira (29/4) os cerca de 600 profissionais (servidores e terceirizados) que atuam no DNIT estado estão conseguindo desobstruir principalmente pontos com quedas de barreiras e atuando na recuperação do pavimento onde as condições climáticas são mais favoráveis. Contudo, em algumas regiões o clima está mais severo e o excesso de chuva e as inundações têm possibilitado ações emergenciais como a implantação de sinalização, alertando para a situação.

Confira os pontos interditados no link.

<https://www.gov.br/dnit/pt-br/central-de-conteudos/noticias-alerta-de-servicos/no-rio-grande-do-sul-dnit-trabalha-para-restabelecer-o-trafego-nas-rodovias-afetadas-pelas-fortes-chuvas-e-inundacoes-que-atingem-o-estado>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 05/05/2024

PORTAL PORTO GENTE

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS RECEBE DOAÇÕES PARA AS VÍTIMAS DAS ENCHENTES NO RS

Redação Portogente



Foto: Divulgação/APS

Materiais poderão ser entregues no centro de treinamento da APS

A Autoridade Portuária de Santos (APS) começa, nesta terça-feira (7/5), a partir do meio-dia, a receber doações para ajudar as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, atendendo convocação do Governo Federal por meio do Ministério dos Portos e Aeroportos. Serão arrecadados mantimentos e objetos a serem enviados às áreas afetadas.

Foi fornecida uma lista dos itens que as famílias vítimas da tragédia climática mais precisam:

- água potável;
- colchões;
- travesseiros;
- roupas de cama;
- cobertores;
- toalhas;
- material de limpeza;
- material de higiene pessoal; e
- alimentos não perecíveis.

Para tanto, foi montado um setor de recebimento e registro das doações na APS, com entrada pela portaria de seu Centro de Treinamento, ao lado do Museu do Porto, na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, sem número (em frente ao número 79), no Bairro do Macuco, em Santos. Os motoristas entrarão por uma porta, deixarão as doações e sairão por outra porta, de forma a agilizar as entregas.

Os terminais, sindicatos e empresas que atuam no Porto de Santos também vão contribuir por um sistema de envio de doações, em grandes quantidades, que está sendo organizado pela APS em parceria com os operadores. Novas informações a respeito serão divulgadas nos próximos dias.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 08/05/2024

O aumento significativo das operações de cabotagem no Brasil reflete um fortalecimento da economia nacional e evidencia a importância estratégica desse modal de transporte para o desenvolvimento do País.



Os dados divulgados nessa terça-feira, dia 7, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), com exclusividade ao BE News, revelam um crescimento expressivo na movimentação de contêineres na cabotagem, indicando um aumento de 18% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse cenário demonstra a crescente demanda por transporte marítimo de cargas entre os portos brasileiros, sinalizando uma retomada econômica e um maior dinamismo nas atividades industriais e comerciais.

É fundamental reconhecer a relevância da cabotagem como uma alternativa logística viável e eficiente, especialmente para o transporte de cargas entre as regiões do País. Além de contribuir para a redução dos custos logísticos e a diminuição da dependência do transporte rodoviário, a cabotagem promove a integração nacional e a descongestionamento das estradas, além de reduzir significativamente as emissões de carbono associadas ao transporte de cargas.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que o governo e o setor privado invistam na modernização e na expansão da infraestrutura portuária, visando aprimorar a eficiência e a capacidade operacional dos portos brasileiros. A realização de investimentos em equipamentos, tecnologias e melhorias na infraestrutura de acesso aos portos é fundamental para impulsionar ainda mais as operações de cabotagem e garantir sua sustentabilidade e competitividade a longo prazo.

Além disso, é necessário promover políticas públicas que incentivem o uso da cabotagem como uma opção logística estratégica para o transporte de cargas, por meio de incentivos fiscais, simplificação de procedimentos burocráticos e desenvolvimento de programas de capacitação e qualificação para os profissionais do setor.

O aumento das operações de cabotagem no Brasil representa uma oportunidade única para impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a integração nacional. Por isso, é fundamental que sejam adotadas medidas concretas para fortalecer e expandir essa importante operação de transporte, garantindo assim um futuro mais sustentável e próspero para o País.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

ARROZ 1

A fim de evitar uma escalada no preço do arroz, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) decidiu comprar o produto já industrializado e empacotado no mercado internacional. A medida foi anunciada pelo ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, nessa terça-feira. Ela se tornou necessária devido às enchentes no Rio Grande do Sul, estado que é responsável por 70% da produção nacional de arroz.

ARROZ 2

Segundo o ministro, perdas na lavoura, em armazéns alagados e, principalmente, a dificuldade logística para o escoamento do produto, com diversas rodovias interditadas, pode levar a uma situação de desabastecimento, elevando os preços no comércio. “O problema é que teremos perdas do que ainda está na lavoura, e algumas coisas que já estão nos armazéns, nos silos, que estão alagados. Além disso, a grande dificuldade é a infraestrutura logística de tirar do Rio Grande do Sul, neste momento, e levar para os centros consumidores”, explicou.

ARROZ 3

Os recursos para a compra pública de estoques de arroz empacotado serão viabilizados por meio da abertura de crédito extraordinário, explicou Fávaro. “Uma das medidas já está sendo preparada, uma medida provisória autorizando a Conab a fazer compras, na ordem de 1 milhão de toneladas, mas não é concorrer. A Conab não vai importar arroz e vender aos atacadistas, que são compradores dos produtos do agricultor. O primeiro momento é evitar desabastecimento, evitar especulação”, disse.

ARROZ 4

Inicialmente, a Conab deve realizar um leilão para adquirir 200 mil toneladas de arroz, que devem ser importados dos países vizinhos do Mercosul, como Argentina, Uruguai e Paraguai, e eventualmente da Bolívia. “Se a gente for rápido na importação, a gente mantém (o preço) estável”, afirmou o ministro.

ARROZ 5

O presidente Lula chegou a citar que seria preciso importar arroz e feijão, a fim de segurar os preços, mas somente a compra de arroz será necessária.

DE MUDANÇA

Um importante executivo do mercado de mineração - profissional de destaque nacional - está mudando de setor. Seu destino, agora, é o segmento industrial.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2024

REGIÃO SUL - GOVERNO ANUNCIA LIBERAÇÃO PARA TRÁFEGO DE VEÍCULOS NAS ROTAS ASSISTENCIAIS

Trechos estratégicos visam garantir fluxo viário para atendimentos e evitar desabastecimentos

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redenenews.com.br



De acordo com o último levantamento do Dnit realizado na noite de terça-feira, ainda havia 40 pontos interditados nas BRs 116, 153, 158, 287, 290, 392, 470 e 471 (Foto: Divulgação/DNIT)

O Governo Federal, através do Ministério dos Transportes e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), anunciou na terça-feira, dia 7, a liberação de algumas rodovias federais que foram impactadas pelos alagamentos no Rio Grande do Sul desde a última semana. Segundo o ministro Renan Filho, a frente de

trabalho segue em liberar os trechos de rodovias para permitir a melhor circulação rodoviária, principalmente para a ajuda de resgate e transporte de mantimentos.

Segundo o Dnit, em seu último levantamento realizado na noite de terça, há 40 pontos interditados nas BRs 116, 153, 158, 287, 290, 392, 470 e 471.

Também na terça, o Dnit informou que as equipes técnicas liberaram dois trechos da BR-290, ambos no município de Eldorado do Sul.

Ao todo, o Ministério dos Transportes anunciou que as chamadas rotas assistenciais, para recuperar o fluxo viário em locais estratégicos para garantir o atendimento à população e impedir o desabastecimento do estado.

“Esses caminhos assistenciais são para garantir salvamento e abastecimento do estado, sobretudo com oxigênio e remédio, comida e água, além da chegada de combustível, para não haver outras paralisações nesta crise e intensificarem ainda mais o sofrimento do povo gaúcho neste momento. É um plano de trabalho com prioridades a serem adotadas em 48 horas”, explicou o ministro Renan Filho.

A CCR ViaSul, concessionária responsável pela BR-386, liberou em caráter emergencial o trecho entre Marques de Souza e Fontoura Xavier. Segundo o Ministério, com essa liberação é possível percorrer o trajeto de Carazinho até a região de Lajeado, no km 350, na ponte sobre o rio Taquari.

Segundo a concessionária, existem pontos com bloqueio parcial na rodovia federal, onde agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) atuam no sistema siga e pare. Ainda não há previsão de liberação total da rodovia.

Flexibilização de EBNs

Na terça-feira, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) anunciou a permissão de flexibilização temporária dos esquemas operacionais das Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs) que operam no Rio Grande do Sul.

De acordo com a agência reguladora, o objetivo é atender as necessidades das regiões afetadas pelas fortes chuvas.



A agência permitiu que a flexibilização aconteça durante 60 dias. Esse prazo poderá ser prorrogado ou antecipado por solicitação da empresa e será avaliado pela Antaq.

O departamento de infraestrutura de transportes informou que suas equipes seguem trabalhando na BR-290, em Eldorado do Sul, mas que conseguiram liberar dois trechos

Atualmente, na região existem 14 linhas de travessia, com 25 empresas autorizadas. Essas linhas são pertinentes ao transporte

interestadual com Santa Catarina ou internacional, essencialmente com localidades argentinas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2024

REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS INICIA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO PARA VÍTIMAS NO RS

Esquema foi montado nesta terça-feira para o recebimento de mantimentos e demais produtos

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br



Para facilitar o processo de doação, um ponto de recebimento e registro foi estabelecido na APS, com acesso pela portaria do Centro de Treinamento, próximo ao Museu do Porto. Foto: Cássio Lyra/BE News

A Autoridade Portuária de Santos (APS) iniciou na terça-feira (7) uma campanha de doações para auxiliar as vítimas dos alagamentos causados pelo mau tempo no Rio Grande do Sul desde a semana passada. De acordo com a APS, a mobilização foi um pedido do Ministério de Portos

e Aeroportos para auxiliar com produtos e demais mantimentos para a população gaúcha.

A entrega está acontecendo ao lado do Museu do Porto de Santos, na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, bem próximo à sede da APS.

A companhia montou um esquema com a participação de colaboradores, que recolhem as doações para uma sala, onde é feito o cadastramento de quem realizou a contribuição, bem como o monitoramento de cada produto.

No primeiro dia de arrecadação, destacaram-se produtos como alimentos, itens de higiene pessoal e água potável, uma das principais demandas dos municípios gaúchos afetados por abastecimento.

Segundo explicou o diretor-presidente da Autoridade Portuária, Anderson Pomini, a iniciativa busca incentivar operadores, trabalhadores portuários e a comunidade a realizar essas doações. Após a aquisição do material, o transporte até o Rio Grande do Sul poderá ser feito pelo mar ou pela malha aérea.

“Esses produtos poderão ser encaminhados ao Sul através de navios, onde diversas empresas do Porto de Santos se colocaram à disposição para fazer o transporte por cabotagem desse material doado. Além disso, temos opções aéreas, seja com a Aeronáutica e também empresas aéreas privadas que se disponibilizaram para esse transporte de produtos”, explicou.

A doação seguirá por tempo indeterminado, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. Segundo Pomini, a campanha para doações seguirá de acordo com a necessidade que os municípios gaúchos precisem e também com o volume de material doado.

Conforme indicado pela APS, foi elaborada uma lista dos itens mais necessários para as famílias afetadas pela tragédia climática:

- Água potável;
- Colchões;
- Travesseiros;
- Roupas de cama;
- Cobertores;
- Toalhas;
- Materiais de limpeza;
- Produtos de higiene pessoal;
- Alimentos não perecíveis.

Para facilitar o processo de doação, um ponto de recebimento e registro foi estabelecido na APS, com acesso pela portaria do Centro de Treinamento, próximo ao Museu do Porto, na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, sem número (em frente ao número 79), no bairro Macuco, em Santos. Os motoristas poderão entrar por uma porta designada, deixar suas doações e sair por outra porta, agilizando assim o processo de entrega.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2024

NACIONAL - MARINHA ENVIA MAIOR NAVIO DA ESQUADRA AO RS PARA AUXILIAR AÇÕES

Navio Aeródromo Multipropósito Atlântico sai do Rio de Janeiro e segue até Rio Grande

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebene.com.br



O Atlântico vai transportar para o Rio Grande do Sul duas estações móveis para tratamento de água, com capacidade de produzir um total de 20 mil litros de água potável por hora. Foto: Divulgação/Marinha do Brasil

A Marinha do Brasil informou que o maior navio de guerra da esquadra brasileira e da América Latina vai se deslocar até o Rio Grande do Sul para auxiliar no atendimento e resgate de vítimas causadas pelas fortes chuvas e alagamentos que castigaram a

cidade na última semana. Trata-se do Navio Aeródromo Multipropósito (NAM) Atlântico (A-140), que sairá da Base Naval do Rio de Janeiro nesta quarta-feira, dia 8, com destino ao Porto do Rio Grande.

Conforme divulgou a Marinha, o Atlântico vai transportar para o Rio Grande do Sul duas estações móveis para tratamento de água, com capacidade de produzir um total de 20 mil litros de água potável por hora. Além disso, serão enviadas oito embarcações de médio e pequeno porte.

Vale lembrar que a corporação já enviou oito lanchas ao estado no dia 30 de abril, ampliando meios de transporte aquáticos para resgate da população ilhada em diversas partes do Rio Grande do Sul.

Também serão enviadas 40 viaturas e 200 militares para atuar na desobstrução das vias de acesso, além de equipes para atendimento médico, formado por médicos e enfermeiros. Além do Atlântico, a Marinha mobilizou o Navio Mearim e o Navio-Patrolha Oceânico Amazonas, equipado com três embarcações, que seguiram para o Rio Grande do Sul já na terça-feira (7). Já a Fragata Defensora transportará doações e suprimentos com partida prevista também para quarta-feira.

No ano passado, o Atlântico atuou também no resgate e atendimento de vítimas do temporal que atingiu o Litoral Norte de São Paulo, no mês de fevereiro. A embarcação transportou mantimentos e demais objetos e montou e utilizou a sua estrutura como um hospital de campanha.

Mais doações

A Força Aérea Brasileira (FAB) informou que a aeronave KC-30 decolou da Base Aérea de Guarulhos nesta terça-feira, em direção a Base Aérea de Canoas, transportando fardos de água, cestas básicas, colchões, cobertores e medicamentos.

Todas as doações e contribuições ocorreram através da campanha Todos Unidos Pelo Sul.

A campanha da FAB teve início ainda no dia 3 de maio e convocou a comunidade para participar da ação, doando roupas, colchonetes, água potável e gêneros alimentícios não-perecíveis. Os pontos de coleta seguem ativos, sendo eles: a Base Aérea do Galeão (RJ), a Base Aérea de São Paulo e a Base Aérea de Brasília (DF), que centralizarão as doações, das 8h às 18h.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2024

NACIONAL - CONSELHO DO BRASIL EXPORT SE REÚNE COM EMBAIXADORES DE OUTROS PAÍSES

Estarão em pauta a integração do grupo com mercados internacionais, o calendário dos próximos fóruns e os impactos da cheia no RS

Por YOUSEFE SIPP yousefe.sipp@redenews.com.br



O Conselho Nacional do Brasil Export vai alinhar detalhes sobre a realização de fóruns como o Centro-Oeste Export, Nordeste Export, Mercosul Export e o próprio Brasil Export. Foto: Divulgação

O Conselho Nacional do Grupo Brasil Export irá se reunir em Brasília (DF) nesta quarta-feira, dia 8, para discutir temas como a integração do Brasil Export com os mercados internacionais, o calendário dos próximos fóruns e os impactos dos

temporais recentes no Rio Grande do Sul.

O evento contará com a participação das principais autoridades do setor logístico e de infraestrutura, bem como dos embaixadores do Uruguai, Guillermo Valles Galmes; do Paraguai, Juan Ángel Delgado; e representantes das embaixadas da Argentina, do Panamá e da Noruega.

Durante a reunião, serão discutidos detalhes sobre a programação do Centro-Oeste Export 2024, que acontecerá nos próximos dias 16 e 17, em Goiânia (GO). O fórum regional é de grande importância, considerando a relevância agropecuária da região, que abriga três dos sete estados com maior valor bruto de produção. A escassez de armazéns para estocagem de commodities e a necessidade de investimentos em ferrovias serão temas centrais nas deliberações.

Outro ponto em pauta será o alinhamento para o Nordeste Export 2024, evento que ocorrerá em Fortaleza, Ceará, com o intuito de abordar os desafios e oportunidades do setor de logística, infraestrutura e transportes na região nordestina. Com nove estados e uma população significativa, o Nordeste busca aprimorar sua malha terrestre de transportes para otimizar o fluxo de mercadorias e promover o desenvolvimento econômico. O papel do transporte ferroviário, incluindo a expansão das linhas existentes e a implementação de short lines, será discutido entre as autoridades, visto sua importância para a região.

Também será debatida a organização do Mercosul Export 2024, evento que será realizado pelo Grupo Brasil Export no Uruguai. A iniciativa demonstra o compromisso do grupo em fortalecer as relações comerciais dentro do bloco do Mercosul. A colaboração com diplomatas e líderes estrangeiros tem como objetivo ampliar as oportunidades de negócios e destacar o Brasil como um parceiro comercial confiável e relevante na região da América do Sul.

Em resposta aos recentes temporais que assolaram o Rio Grande do Sul, com consequências devastadoras para a logística e infraestrutura do estado, será discutido o apoio do setor para auxiliar na recuperação e reconstrução da região. Com mais de 160 pontos de interdição em rodovias e problemas em ferrovias, além do fechamento do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, é crucial coordenar esforços para mitigar os danos e restabelecer a normalidade nas operações logísticas e de transporte.

Por fim, será anunciada a nova data para o fórum nacional em Brasília, oferecendo uma oportunidade para especialistas e autoridades discutirem os temas emergentes no setor logístico e de infraestrutura em nível nacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2024

INOVAÇÃO - ANTT PROMOVE WORKSHOP SOBRE PESAGEM DE FLUXO LIVRE EM RODOVIAS

Sandbox Regulatório fiscaliza e pesa veículos sem a necessidade de parada ou redução de velocidade

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebnews.com.br



Segundo o diretor da ANTT, Guilherme Theo Sampaio, as vantagens da operação das tecnologias de fluxo livre são diversas, trazendo o mínimo impacto possível na viagem dos usuários, reduzindo atrasos, evitando gastos desnecessários de combustível e reduzindo as emissões. Foto: Divulgação

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) realiza, nesta quarta-feira (7), a partir das 9 horas, o

workshop Sandbox Regulatório de Pesagem em Velocidade da Via, que trará palestras sobre tecnologias de fiscalização, monitoramento e controle de rodovias em fluxo livre.

SANDBOX REGULATÓRIO É UM TIPO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE PESOS DOS VEÍCULOS SEM QUE ELES DIMINUAM SUA VELOCIDADE

O objetivo do evento é apresentar os resultados parciais feitos pelo órgão sobre o Sandbox Regulatório, um po de fiscalização e controle de peso de veículos em movimento sem que eles necessitem diminuir a velocidade, o sistema chamado High Speed Weigh-inMoon – HS-WIM.

O evento será transmitido, ao vivo, pelo canal da TV BE News no Youtube(@tv_benews)

Nesta terça-feira (7), houve uma visita técnica da ANTT e convidados em Uberlândia (MG), onde já está em funcionamento o equipamento HS-WIM, implantado pela concessionária Ecovias do Cerrado.

Segundo o diretor da ANTT, Guilherme Theo Sampaio, as vantagens da operação das tecnologias de fluxo livre, como o HS-WIM, são diversas, trazendo o mínimo impacto possível na viagem dos usuários, reduzindo atrasos, evitando gastos desnecessários de combustível e reduzindo as emissões de gases poluentes e do efeito estufa. “Garantem, ainda, que os veículos sigam viagem sem interrupções e que os usuários que trafegam dentro dos requisitos legais não sejam abordados para a fiscalização”, explicou.

O primeiro painel, às 9h30, será sobre os resultados do Sandbox, mediado pelo diretor da ANTT, Guilherme Sampaio. Às 11h, há outro painel sobre tecnologias de pesagem e metrologia, moderado por Bruno Araújo, da Ecovias do Cerrado. Às 16h, serão contadas experiências do HS-WIM, com Felipe Ricardo, da ANTT e, por fim, os desafios regulatórios de implementação da tecnologia, com painel mediado por José Alves Amaral Filho, também da ANTT.

A programação completa pode ser conferida neste link: <http://bit.ly/3y9lp3D>.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2024

NACIONAL - MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES NO 1º TRIMESTRE CRESCE 20% EM RELAÇÃO A 2023

Levantamento realizado pela Antaq foi antecipado com exclusividade pelo telejornal BE News 19 horas

Por YOUSEFE SIPP yousefe.sipp@redebeneews.com.br



Nas importações, o Brasil recebeu 677 mil contêineres, uma alta de 19%. Nas exportações, a movimentação foi de 660 mil contêineres, registrando um crescimento de 20%. Foto: Claudio Neves/Portos do Paraná

O setor portuário brasileiro movimentou 34,1 milhões de toneladas em contêineres no primeiro trimestre deste ano. O volume representa um aumento de 20,3% em comparação com o mesmo período do ano passado. Os dados são da Agência Nacional de Transportes Aquaviários

(Antaq) e foram antecipados com exclusividade na edição de terça-feira, dia 7, do telejornal BE News 19 horas.

Nas importações, o Brasil recebeu 677 mil contêineres, indicando um aumento de 19%. Nas exportações, a movimentação foi de 660 mil contêineres, registrando um crescimento de 20%.



A terceira modalidade, a cabotagem, foi a que causou mais otimismo, segundo a Antaq. Trata-se da navegação doméstica entre os portos do país, com o transporte de 662 mil contêineres, o que representa um crescimento de 18% em relação aos primeiros meses de 2023.

A principal rota da cabotagem no país continua sendo a de Manaus até o Porto de Santos, sendo as cargas compostas principalmente por insumos do Polo Industrial. Outra rota importante é entre os portos de Itaquí, Pecém e Suape, com o transporte de combustíveis.

O diretor geral da Antaq, Eduardo Nery, acredita que o aumento na movimentação de contêineres está relacionado ao crescimento industrial do país. “Quando consideramos que os insumos que abastecem a cadeia industrial, como compostos químicos e orgânicos, aumentaram quase 90% em relação a 2023, é um sinal de que nossa indústria pode estar se reaquecendo. Além disso, observamos um crescimento de quase 30% na área de fibras, fios e tecidos, o que também indica um crescimento do setor”, afirmou Nery.

Comércio exterior

O Brasil registrou crescimento na corrente de comércio com quase todos os blocos mundiais, exceto com o Sudeste Asiático e o Oriente Médio. Foram enviados, por exemplo, 242 mil contêineres para a China, 231 mil para a União Europeia e 174 mil para a América do Norte.

Eduardo Nery também explicou que o aumento do comércio internacional foi impulsionado pelos insumos agrícolas, como café, açúcar e algodão. “O que podemos observar é que as políticas públicas do Ministério de Portos e Aeroportos, aliadas à atuação integrada com a Antaq, têm sido decisivas para que nossos portos possuam capacidade e infraestrutura suficientes para atender ao crescimento de carga, como vimos no primeiro trimestre, e esperamos que continue ao longo do ano”, disse o diretor geral.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2024

REGIÃO SUL - DEFINIÇÃO SOBRE CONTROLE DO PORTO DE ITAJAÍ SAI ATÉ SEXTA-FEIRA

Multinacional JBS negocia com a atual concessionária para operar no porto catarinense

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redenenews.com.br

O Porto de Itajaí é o principal do sul de Santa Catarina e o segundo maior do país em movimentação de contêineres, mas está sem movimentação desde janeiro de 2023

A JBS, multinacional brasileira do setor de alimentos, negocia com a Mada Araújo Asset Management a compra de cotas para assumir o controle do Porto de Itajaí (SC). Fontes em Brasília (DF) ouvidas pelo BE News na noite de terça-feira (7) confirmaram que o desno do complexo portuário será definido até sexta-feira, dia 10.

A reportagem apurou que a negociação só depende da aprovação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Caso obtenha o aval, vai operar o porto em parceria com a armadora francesa de transporte marítimo e containerização CMACGM.

De acordo com essas fontes, o grupo estaria interessado principalmente em fazer o transbordo da Braskarne, da marca Seara, também pertencente à JBS, que opera um terminal portuário em Itajaí.

Segundo a coluna da jornalista Dagmara Spautz, do portal NSC Total, a negociação ocorre de forma sigilosa há cerca de dois meses, acompanhada pela Antaq. A expectativa é de que, se a negociação se confirmar, o terminal volte a receber navios entre julho e agosto deste ano.

Ainda de acordo com a coluna, os valores ainda não foram divulgados e a Mada já teria feito uma consulta à Antaq sobre a transferência de cotas. A empresa, que assumiu o porto no início do ano

em um contrato de concessão temporária, ainda não conseguiu reativar as operações do cais catarinense.

No Governo, essa transação é considerada uma solução para a situação de Itajaí, que está há um ano e meio sem receber contêineres desde o término do contrato com a APM Terminals em dezembro de 2022. Desde então, o porto não mantém mais linhas regulares de navios. Até o momento, JBS, Mada Araújo Asset Management e a administração do Porto do Itajaí não comentaram a negociação.

A Antaq informou, em nota que “não recebeu a referida comunicação”.

A JBS atua no ramo de processamento de carnes bovina, suína, ovina, de frango, de peixe e plant-based. Tem cerca de 250 mil colaboradores e 500 unidades (entre fábricas e escritórios) em mais de 20 países, em cinco continentes e atende mais de 275 mil clientes em aproximadamente 190 países.

Histórico

O Porto de Itajaí é o principal do sul de Santa Catarina e o segundo maior do país em movimentação de contêineres. Os principais produtos exportados são madeira, pisos cerâmicos, máquinas, açúcar, papel e fumo, e os principais produtos importados são trigo, produtos químicos, motores, têxteis, papel e pisos cerâmicos.

O cais está sem movimentação desde janeiro de 2023. A APM Terminals, que pertence ao grupo Maersk, deixou a administração do local após o encerramento do contrato, em dezembro de 2022. Desde então, ele segue inoperante.

A empresa holandesa chegou a assinar um contrato temporário até junho do ano passado, mas não quis renovar. Um contrato temporário com a Mada foi feito de maneira emergencial no fim do ano passado até 2025, até que um leilão definitivo de arrendamento seja feito.

A concessão definitiva será feita por 35 anos. No dia 23 de abril foi feita uma audiência pública pela Antaq. Segundo o órgão, a previsão é que o edital seja lançado ainda neste ano, com leilão previsto para janeiro de 2025.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2024

REGIÃO SUDESTE - ACS É PALCO DE JULGAMENTO INÉDITO DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Foi a primeira sessão realizada pela corte fora de sua sede, no Rio de Janeiro

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Na sessão inédita, cinco casos foram julgados. As ocorrências envolviam naufrágios, colisões e exposições a risco, situações que impactam a segurança da navegação

A Associação Comercial de Santos (ACS) recebeu nesta terça-feira (7) a primeira sessão de um julgamento realizado pelo Tribunal Marítimo fora de sua sede, no Rio de Janeiro.

O evento fez parte da celebração de 90 anos do órgão, que é vinculado à Marinha do Brasil e Auxiliar do Poder Judiciário em casos relacionados à segurança da navegação no país.



Na sessão inédita, cinco casos de diferentes regiões do Brasil foram julgados. As ocorrências envolviam naufrágios, colisões e exposições a risco, situações que impactam a segurança da navegação.

Os julgamentos, além de aproximarem a experiência ao público presente, mostraram a abrangência nacional do tribunal, que também age, ocasionalmente, em casos internacionais quando há envolvimento de embarcações com bandeira brasileira.

Segundo o vice-almirante Ralph Dias, que também é vice-presidente do tribunal, o pioneirismo de Santos em trazer um julgamento do órgão para a cidade chamou a atenção de outros municípios do Brasil, também ligados à atividade portuária. Por isso, ainda de acordo com ele, o Tribunal Marítimo itinerante pode virar uma realidade mais frequente, com mais sessões fora de sua sede.

“Já temos um planejamento para descolar o Tribunal Marítimo para outras regiões, como Recife, São Luis, Manaus, cidades sensíveis à atividade marítima e que entendem a importância dela para o desenvolvimento do país”, citou.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/05/2024*

BE NEWS – BRASIL EXPORT – DIA 07/05/2024

EDITORIAL – A RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE NO RIO GRANDE DO SUL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Após o atendimento emergencial às vítimas das tragédias que assolam o Rio Grande do Sul, causadas pelas fortes chuvas e as consequentes cheias de rios e alagamentos de áreas urbanas, é crucial direcionar esforços para a retomada dos serviços essenciais, dentre os quais a normalização da infraestrutura de transportes desponta como uma prioridade incontestável.

A liberação dos aeroportos e das estradas assume uma relevância singular, pois viabiliza o fluxo de ajuda humanitária e o deslocamento de recursos essenciais para as áreas afetadas. Em situações de calamidade, a rápida reabilitação dessas vias de acesso é fundamental para garantir que o apoio chegue de maneira ágil e eficaz à população necessitada.

Nesse sentido, os esforços conjuntos do Governo Federal, das companhias aéreas, das concessionárias e de órgãos reguladores são louváveis e devem ser intensificados. A criação de grupos de trabalho, como o estabelecido na reunião dessa segunda-feira no Ministério de Portos e Aeroportos, em Brasília, representa um passo importante na coordenação de ações para a recuperação da infraestrutura de transporte e a retomada das operações aeroportuárias.

É imperativo que sejam adotadas medidas ágeis e eficientes para garantir a segurança dos aeroportos, diagnosticar e reparar os danos causados à infraestrutura aeroportuária e desenvolver estratégias logísticas para o fornecimento de insumos essenciais às comunidades atingidas. Além disso, a ampliação da malha aérea e a busca por alternativas para a operação de voos em aeroportos regionais são iniciativas que merecem ser exploradas para mitigar os impactos na mobilidade e na economia local.

A recuperação das áreas afetadas no Rio Grande do Sul requer uma atuação conjunta e coordenada de todos os envolvidos, com foco na reconstrução das estruturas de transporte e na garantia de acesso a serviços básicos e assistência às comunidades atingidas. Somente dessa forma será possível superar os desafios decorrentes das adversidades climáticas e promover a reconstrução das regiões afetadas.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/05/2024*

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

ESPERANDO A ÁGUA BAIXAR 1

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou nessa segunda-feira, dia 6, que terá de aguardar a água baixar para apurar os danos causados pela chuva no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre. Ainda não se sabe quando a instalação será reaberta. Assim, a solução será utilizar outros aeroportos do Rio Grande do Sul para a operação de linhas aéreas, estratégicas para a entrega de mantimentos, remédios e equipamentos necessários à reconstrução do estado, atingido fortemente por intensas chuvas, que causaram cheias dos rios e grandes alagamentos.

ESPERANDO A ÁGUA BAIXAR 2

No total, o Rio Grande do Sul tem 12 aeroportos, dos quais 11 – que são regionais – continuam em operação. Apenas o Salgado Filho, que responde por cerca de 90% dos voos locais, está inativo devido ao alagamento de suas instalações. O Ministério de Portos e Aeroportos acredita que ao menos 40% das operações aéreas possam ser atendidas pelas unidades regionais.

ESPERANDO A ÁGUA BAIXAR 3

O Porto de Porto Alegre também permanece fechado. Segundo Silvio Costa Filho, o nível das águas no local chegou a 5 metros e será preciso verificar o quanto suas estruturas foram danificadas, antes que suas atividades sejam retomadas. “A princípio, a estrutura está muito debilitada, fragilizada. A gente vai precisar fazer um novo porto no estado do Rio Grande do Sul. Estamos esperando também a água baixar, mas já há sinal de deterioração”, explicou.

ORTOS PÚBLICOS 1

A consulta pública sobre os processos de revisão extraordinária das concessões de portos públicos foi aberta nessa segunda-feira, dia 6, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o órgão regulador do setor. Os interessados vão poder se manifestar até o próximo dia 19 de junho. As regras para essa revisão constam da Resolução Antaq n. 85, de 2022. Também está sendo reavaliado o regulamento do mecanismo de proposta apoiada (Resolução Antaq n. 61, de 2021), que possibilita a alteração de pontos dos contratos de concessão, como investimentos previstos.

PORTOS PÚBLICOS 2

As contribuições à consulta pública poderão ser feitas por um formulário eletrônico disponível no site da Antaq.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 07/05/2024

REGIÃO SUL - LULA ANUNCIA R\$ 1 BILHÃO PARA RECONSTRUÇÃO DE ESTRADAS NO RS

Prioridade é liberar as conexões com Porto Alegre ao norte e sul do estado pelas BRs 116 e 290 do estado

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O presidente Lula anunciou a liberação de recursos no Palácio do Planalto, ao lado dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou na segunda-feira, dia 6, em Brasília (DF), a liberação de R\$ 1 bilhão para a recuperação das rodovias federais no Rio Grande do Sul. O ministro dos Transportes, Renan Filho, prevê que rotas emergenciais sejam restabelecidas em seis dias. De acordo com ele, a prioridade é liberar as



conexões com Porto Alegre ao norte e sul do estado pelas BRs 116 e 290 do estado.

No Palácio do Planalto, Lula também assinou um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para dar celeridade às medidas de recuperação do Rio Grande do Sul. O documento foi assinado ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

“Nós vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que a gente contribua com a recuperação do estado do Rio Grande do Sul, com a melhoria da vida das pessoas, e facilitar, naquilo que a gente puder facilitar, obviamente que dentro da lei, a vida do povo gaúcho. Esse é o primeiro de um grande número de atos que vamos fazer em benefício dos nossos irmãos do Rio Grande do Sul”, disse o presidente. Além de Lira e Pacheco, estiveram presentes alguns ministros e o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin.

Por meio do decreto do documento, o Governo Federal pode excluir da meta fiscal as despesas realizadas por meio do crédito extraordinário para auxiliar o Rio Grande do Sul a se recuperar do desastre climático. O decreto também pede que o estado de calamidade pública permaneça até o dia 31 de dezembro. A medida foi aprovada pela Câmara dos Deputados também na segunda-feira, durante sessão deliberativa extraordinária. Agora o Senado precisa analisar o texto.

Comissão

Rodrigo Pacheco anunciou uma Comissão na Casa para discutir a reconstrução do Rio Grande do Sul. O grupo será composto por oito senadores para discutir a recomposição do estado. Ainda não foi definido qual texto será debatido, por exemplo. O presidente do Congresso não descarta que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe reservar um “orçamento de guerra” para calamidades públicas, apresentada pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE) inicie a discussão no colegiado.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, explicou que no decreto aprovado pela Câmara a exclusão dos gastos da meta fiscal vai limitar as despesas da calamidade pública. “Esse decreto nos dá segurança jurídica, transparência e controle dos públicos. Significa a possibilidade real, a partir da aprovação pelo Congresso Nacional, que possamos a partir daí ter excepcionalidades na Lei de Responsabilidade Fiscal para socorrer no aspecto orçamentário, financeiros e com incentivos e benefícios o estado do Rio Grande do Sul”, afirmou após reunião com o presidente Lula no Palácio do Planalto.

De acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente Lula vai propor medidas econômicas para o Rio Grande do Sul na próxima quarta-feira, dia 8. “Estamos trabalhando em outras frentes importantes e queremos construir esse trabalho o mais rapidamente possível. Tudo dando certo, submeto para o presidente [Lula] amanhã alguns cenários para quarta-feira definirmos”, declarou Haddad.

Segundo Haddad, algumas ações podem ser feitas pelo governo. Entre elas estão adiar a cobrança de impostos para empresas; criar linhas de créditos para as famílias e para os municípios e medidas para acelerar a quitação dos débitos do Rio Grande do Sul com a União.

De acordo com a última atualização da Defesa Civil do Rio Grande do Sul, subiu para 85 o número de mortos no estado. Quatro óbitos estão sendo investigados. Há 201,5 mil pessoas fora de casa. O estado registra 134 desaparecidos e 339 feridos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/05/2024

NACIONAL - GOVERNO CRIA GRUPO DE TRABALHO PARA RECUPERAR MALHA AÉREA DO RS

Ministro Silvio Costa Filho se reuniu com representantes dos setores de portos e aeroportos em Brasília

Por **MARÍLIA SENA** marilia.sena@redebeneews.com.br



Ministro convocou reunião na sede do Ministério, em Brasília, após cumprir agenda no Rio de Janeiro durante o dia (Foto: Divulgação/MPor)

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, se reuniu na noite de segunda-feira, dia 6, com representantes dos setores portuário, aeroportuário e hidroviário para debater a logística e o enfrentamento da tragédia que ocorre no Rio Grande do Sul. Ao lado de instituições, foi definido a criação de um grupo de trabalho a fim de minimizar os impactos, principalmente na operação de voos e recuperar a aviação do estado.

A reunião, realizada em Brasília, reuniu representantes da concessionária Fraport, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Infraero, ABR Aeroportos do Brasil, além da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e da Portos RS.

No encontro, foram pontuadas cinco ações de trabalho, visando acelerar o planejamento de minimizar os impactos aos moradores do Rio Grande do Sul. São eles:

- 1 – Trabalhar para garantir a segurança do Aeroporto de Porto Alegre;
- 2 – Realizar diagnósticos dos danos causados à infraestrutura aeroportuária;
- 3 – Desenvolver uma estratégia logística para a cadeia de insumos, como combustível, água, medicamentos, alimentos, entre outros;
- 4 – Disponibilizar, por meio da Infraero, funcionários para auxiliar no aeroporto;
- 5 – Apresentar um plano de ampliação da malha aérea no Rio Grande do Sul em 24 horas.

“Estamos empenhados em realizar investimentos nos portos, em contribuir para a agenda aeroportuária, aumentar os investimentos em nossas rodovias e também nas estradas estaduais, além de manter um diálogo fundamental entre o Governo Federal, o Governo Estadual, o Congresso Nacional e o Poder Judiciário. Este momento requer união. O Brasil precisa estar unido para ajudar o povo do Rio Grande do Sul”, disse o ministro.

O Governo Federal juntamente com as companhias aéreas e a Fraport trabalham para restabelecer as operações no aeroporto o quanto antes.

“Para minimizar os impactos na malha aérea do estado, a Anac e a Abear devem apresentar nos próximos dias um plano para que os voos que chegariam em Porto Alegre possa ser operado em aeroportos regionais do estado, de modo a restabelecer as operações logísticas fundamentais para a retomada da economia local”, segundo anunciou o MPor.

De acordo com o CEO da Fraport, Andrea Pal, a previsão de data de retomada das operações do aeroporto vai depender da estabilização de menor nível da água nas instalações.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 07/05/2024

REGIÃO SUL - ATIVIDADES NO AEROPORTO DE PORTO ALEGRE E NO PORTO DE PELOTAS ESTÃO SUSPENSAS

Paralisação foi anunciada pelas autoridades na segunda-feira, em virtude dos alagamentos em vários

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebeneews.com.br



O Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, seguirá fechado para operação de voos por tempo indeterminado, conforme anunciou a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) na segunda-feira (6). No mesmo dia, a Portos RS, Autoridade Portuária dos portos públicos do Rio Grande do Sul, comunicou a suspensão das atividades do Porto de Pelotas. As medidas ocorrem em razão dos alagamentos no estado causados pelas fortes chuvas da semana passada.

A Fraport, concessionária que administra o aeroporto da capital gaúcha, emitiu um comunicado (Notam), a fim de seguir a legislação aeroportuária, com data final de 30 de maio. "Trata-se de um documento, reconhecido internacionalmente, que tem a finalidade de divulgar alterações e restrições temporárias que possam ter impacto nas operações aéreas. Este aviso se destina às empresas e instituições relacionadas à aviação e pode ser alterado a qualquer momento. Esclarecemos que não há previsão de retomada das operações".

Na segunda-feira, a concessionária disponibilizou imagens de diversas áreas do aeroporto. Locais como a pista para pousos e decolagens, bem como o saguão do terminal de passageiros, completamente tomados pela água.

O aeroporto está fechado desde o dia 3 de maio, quando as principais vias de acesso ao terminal ficaram alagadas em razão ao nível de elevação do Lago Guaíba, que ultrapassou os 5 metros.

Os aeroportos localizados nos municípios de Passo Fundo, Caxias do Sul, Pelotas e Santo Ângelo estão com operação normal, mas podem ser impactados pelas condições meteorológicas no estado.

Portos

O Porto de Pelotas suspendeu as atividades nesta segunda-feira, segundo anunciou a Portos RS. No complexo, é realizada a principal operação é o embarque de toras de madeira para a fábrica da CMPC, em Guaíba, para a produção de celulose.

A unidade de Porto Alegre é a que se encontra mais afetada em razão das chuvas e da elevação do Lago Guaíba. As operações seguem suspensas e sem previsão de retomada.

O Porto do Rio Grande, o principal complexo portuário do estado, está operando normalmente, entretanto, sua situação está sendo monitorada pela Autoridade Portuária.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/05/2024

REGIÃO SUDESTE - AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS RECEBE DOAÇÕES PARA AS VÍTIMAS DAS ENCHENTES

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

A Autoridade Portuária de Santos (APS) inicia a partir do meio-dia desta terça-feira, dia 7, uma campanha de doações para auxiliar as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, em resposta à convocação do Governo Federal através do Ministério dos Portos e Aeroportos. Serão recolhidos mantimentos e itens essenciais para serem enviados às regiões afetadas.

Conforme indicado pela APS, foi elaborada uma lista dos itens mais necessários para as famílias afetadas pela tragédia climática:

- Água potável;
- Colchões;
- Travesseiros;
- Roupas de cama;
- Cobertores;
- Toalhas;
- Materiais de limpeza;
- Produtos de higiene pessoal;
- Alimentos não perecíveis.

Para facilitar o processo de doação, um ponto de recebimento e registro foi estabelecido na APS, com acesso pela portaria do Centro de Treinamento, próximo ao Museu do Porto, na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, sem número (em frente ao número 79), no bairro Macuco, em Santos. Os motoristas poderão entrar por uma porta designada, deixar suas doações e sair por outra porta, agilizando assim o processo de entrega.

Além disso, os terminais, sindicatos e empresas operando no Porto de Santos também contribuirão através de um sistema de envio de doações em grandes volumes, organizado em parceria com a APS. Mais informações serão divulgadas nos próximos dias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/05/2024

REGIÃO SUDESTE - PALESTRA E PAINÉIS SOBRE DIREITO MARÍTIMO ABREM EVENTO DA ABDM EM SANTOS

Atividade prossegue com a primeira sessão de julgamento do Tribunal Marítimo fora do Rio de Janeiro

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa.pimentel@redenenews.com.br

A Associação Comercial de Santos (ACS) recebeu na segunda-feira (6) o evento promovido pela Associação Brasileira do Direito Marítimo (ABDM), que celebra os 90 anos do Tribunal Marítimo.

O encontro continua nesta terça-feira (6) e marca um momento histórico do órgão: a primeira sessão de julgamento do Tribunal Marítimo fora da sua sede, no Rio de Janeiro.

No primeiro dia, a programação teve dois painéis de debate sobre temas relacionados ao Direito Marítimo, como os efeitos dos acórdãos do Tribunal Marítimo nas decisões judiciais e Direito Internacional.

A abertura contou com uma palestra do almirante Ralph Dias, que é vice-presidente do Tribunal Marítimo. Ele explicou a atuação do órgão, que é autônomo, vinculado à Marinha do Brasil e auxiliar do Poder Judiciário, e tem como principal objetivo atuar na segurança da navegação e do meio ambiente.

Já nesta terça-feira, a partir das 9h, ocorre a sessão do Tribunal Marítimo, que será transmitida no canal da TV BE News no Youtube (@tv_benews).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/05/2024

PORTO DO RIO DE JANEIRO - GOVERNO INAUGURA 1ª FASE DE MODERNIZAÇÃO DO CAIS GAMBOA

Ministro Silvio Costa Filho afirmou que licitação da 2ª fase e dragagem dos berços serão publicados em junho

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redenenews.com.br



O Cais da Gamboa tem potencial para movimentar diversos tipos de carga geral e granéis, como trigo, ferro gusa, concentrado de zinco e cargas de apoio às atividades offshore

A PortosRio e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) inauguraram nesta segunda-feira (6) a primeira fase da ampliação e modernização do Cais Gamboa, trecho localizado no Porto do Rio de Janeiro. Durante a solenidade, com a participação do



ministro Silvio Costa Filho, a Autoridade Portuária e o MPor anunciaram parcerias visando a modernização e eficiência das operações portuárias.

O trecho do Cais da Gamboa que recebeu a intervenção é o mais antigo do Porto do Rio de Janeiro, inaugurado em 1910. Sua estrutura consistia em um muro com base de chapas metálicas e constituído de pedras de cantaria argamassadas, construído com as técnicas disponíveis na época.

Segundo a Autoridade Portuária, a modernização do cais é essencial para acompanhar as demandas atuais, porque a estrutura antiga não suportaria a execução de uma dragagem no local, mas com a conclusão dessas obras, será possível aumentar a profundidade dos berços de atracação de 8,5 metros para 13,5 metros. Isso vai possibilitar a operação de navios de maior porte.

O Cais da Gamboa tem potencial para movimentar diversos tipos de carga geral e grânéis, como trigo, ferro gusa, concentrado de zinco e cargas de apoio às atividades offshore, entre outros.

“Nós precisamos muito do setor produtivo que empreende no estado -Rio de Janeiro- para a gente fomentar empreendimentos e desburocratizar, para fazer com que o porto do Rio cresça e se desenvolva e sobretudo possa gerar emprego e renda no estado”, comentou o ministro Silvio Costa Filho.

Já o diretor-presidente da PortosRio, Francisco Martins, destacou os investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento econômico da região.

“Há mais de duas décadas, não se via investimentos tão significativos em nossa infraestrutura portuária, desde a dragagem até a expansão e modernização do cais. Estamos empenhados em preparar nosso porto para os desafios e oportunidades do século XXI, garantindo sua competitividade e relevância no cenário nacional e internacional”, analisou.

Futuro

Durante a solenidade, o ministro Silvio Costa Filho revelou que haverá mais investimentos visando a infraestrutura do Porto de Rio de Janeiro, referindo-se a segunda fase de ampliação do Cais Gamboa, bem como a dragagem dos berços para 13,5 metros.

Segundo o ministro, a licitação para as duas obras deverá ser publicadas no mês de junho, com a previsão de R\$ 350 milhões em investimentos.

Parcerias

Durante a solenidade, a PortosRio e o Ministério de Portos anunciaram parcerias estratégicas para impulsionar a modernização e eficiência operacional.

Foi assinado um Termo de Intenções para formalização de uma cooperação técnica com o Parque Tecnológico do Iguazu (PTI), visando à implementação de soluções tecnológicas para reforçar a segurança e modernizar as operações portuárias, especialmente no combate a ilícitos, nos projetos de infraestrutura e na descarbonização.

Além disso, também foi assinado outro Termo de Intenções para formalização de uma cooperação técnica com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o desenvolvimento de estudos e análises de mercado, para orientar o crescimento do complexo portuário e fundamentar futuros projetos de expansão e zoneamentos das áreas a serem exploradas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/05/2024

REGIÃO SUDESTE - COSTA FILHO RECEBE PLEITOS DA CLASSE EMPRESARIAL NA FIRJAN

Investimentos no porto e demanda dos aeroportos do Rio foram temas na reunião

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redenenews.com.br

Em sua passagem pelo Rio de Janeiro, Silvio Costa Filho se reuniu com empresários de diversos setores e regiões do estado na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), onde foi recebido pelo presidente da instituição, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira.

Durante o encontro, o presidente da Firjan pontuou ao ministro a necessidade de melhorias nos acessos terrestres e aquaviários ao Porto do Rio de Janeiro. Além disso, pediu para que sejam reativadas as operações do Porto do Forno, em Arraial do Cabo, local que possui enorme importância para o desenvolvimento local.

O ministro se colocou à disposição para discutir os interesses do Rio de Janeiro e ressaltou os avanços da economia brasileira, o que faz aumentar o interesse de investidores internacionais no país.

Junto aos pleitos, Vieira destacou a importância do apoio à operação coordenada entre o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, o Galeão, e o Aeroporto Santos Dumont, que é defendido pela Firjan.

“O Estado precisa estar totalmente alinhado com o setor produtivo para que os investimentos sejam feitos a fim de gerar emprego e renda para a população”, destacou.

Em sua fala, Costa Filho anunciou que o Porto do Rio de Janeiro receberá investimentos de cerca de R\$ 1 bilhão nos próximos três anos. O ministro revelou que o Aeroporto Santos Dumont receberá R\$ 170 em obras de melhorias, além de revitalização de terminais regionais, como o de Campos, na região Norte do estado.

O encontro contou com a presença de Julio Lopes, deputado federal; Francisco Martins, presidente da PortosRio; Alexandre Monteiro, presidente da Rio Galeão; e Murilo Junqueira, presidente do Conselho de Administração do Aeroporto de Cabo Frio.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/05/2024

NORDESTE EXPORT - GOVERNADOR DO CEARÁ CONFIRMA PARTICIPAÇÃO NO NORDESTE EXPORT 2024

Chefe do Executivo estadual se reuniu com dirigentes do Grupo Brasil Export na manhã dessa segunda-feira, dia 6, em Fortaleza

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Diretores e conselheiros do Brasil Export foram recebidos pelo governador do Ceará, Elmano de Freitas, e na sequência, pelo presidente do Banco do Nordeste e ex-governador de Pernambuco, Paulo Câmara

O governador do Ceará, Elmano de Freitas, confirmou sua presença na próxima edição do Nordeste Export – Fórum Regional de Logística, Infraestrutura e Transportes. A resposta foi dada durante reunião em Fortaleza (CE) nessa segunda-feira, dia 6, entre a autoridade e dirigentes do Grupo Brasil Export, responsável pelo evento.

Destinado a debater o desenvolvimento da infraestrutura de transportes e do comércio exterior na região, o Nordeste Export deste ano será realizado na capital cearense nos próximos dias 20 e 21 de junho. O fórum ocorrerá na sede da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), reunindo empresários e autoridades locais.

O Governo do Ceará é o responsável pela gestão do principal complexo portuário do estado, o de Pecém. A instalação vem se destacando tanto pela movimentação de cargas – fechou 2023 com uma operação de 482,9 mil TEU, uma alta de 16% – como por seus projetos de produção e exportação de hidrogênio verde, combustível estratégico para o processo de transição energética global.

Também nessa segunda-feira, confirmou a participação no seminário o presidente do Banco do Nordeste, Paulo Câmara, que é ex-governador de Pernambuco. Ele se reuniu com dirigentes e conselheiros do Brasil Export também em Fortaleza. Atualmente, a instituição financeira tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento da infraestrutura de transportes da região, financiando empreendimentos do setor, como no caso dos novos aeroportos nordestinos.

As reuniões com o governador do Ceará e o presidente do Banco do Nordeste integram a agenda da diretoria do Grupo Brasil Export em Fortaleza. Participam o CEO Fabrício Julião e o diretor comercial, Marcio Delfim, além do presidente do Conselho do Nordeste Export, Aluísio de Souza Sobreira. Eles estão na capital tratando dos preparativos dessa próxima edição do fórum.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/05/2024

MERCOSUL - MINISTRO DIZ QUE NÃO HAVERÁ AUMENTO NA TARIFA DE ENERGIA EM ITAIPU

Segundo o titular da pasta de Minas e Energia, Alexandre Silveira, uma solução será negociada com o governo paraguaio

Por [YOUSEFE SIPP \[yousefe.sipp@redenenews.com.br\]\(mailto:yousefe.sipp@redenenews.com.br\)](mailto:yousefe.sipp@redenenews.com.br)



Alexandre Silveira viajará ao Paraguai nesta terça-feira, dia 7, para negociar uma tarifa que seja mais compatível com as necessidades e capacidades econômicas do Brasil

O Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou na segunda-feira, dia 6, que a pasta está empenhada em evitar o aumento do preço da tarifa de energia proveniente da hidrelétrica binacional de Itaipu, localizada na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. “Estamos enviando ao Congresso Nacional uma medida provisória para reduzir a tarifa de energia nos próximos 60 dias. Essa redução, de 4%, representa um grande esforço do Governo para estabilizar as tarifas elétricas”, informou.

O tema vem sendo discutido com cautela entre os dois governos, visto que o Paraguai busca um reajuste tarifário significativo. A proposta é elevar a

tarifa da usina de Itaipu Binacional de US\$17,66/kW para US\$22/kW por mês. Alexandre Silveira mencionou que viajará ao Paraguai nesta terça-feira, dia 7, e que buscará negociar uma tarifa que seja mais compatível com as necessidades e capacidades econômicas do Brasil.

“O presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) decidiu que não aumentaremos a tarifa de energia para os consumidores brasileiros. Vamos dialogar com o Paraguai para encontrar uma solução que atenda aos interesses de ambos os países”, declarou Silveira.

Embora a produção de energia seja dividida igualmente entre os dois países, o Brasil compra uma parte extra da energia do país vizinho porque o Paraguai não consegue usar tudo que gera. Portanto, se a tarifa aumentar, o Paraguai arca cada mais dinheiro.

O ministro também expressou a importância de romper com o ciclo de ajustes com o Paraguai e afirmou que a equipe técnica está empenhada em encontrar uma solução definitiva que preserve a soberania de ambos os países. “Queremos chegar a uma solução estruturante para evitar negociações quase anuais”, disse Silveira.

Rio Grande do Sul

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, deputado federal Danilo Forte (União-CE), divulgou em nota que planeja apresentar projeto de lei que destina recursos excedentes da Itaipu Binacional para priorizar a recuperação socioambiental do Rio Grande do Sul, em função dos prejuízos no estado devido às fortes chuvas. A proposta é em colaboração com o deputado Alceu Moreira (MDB-RS).

Silveira também comentou sobre a situação no Rio Grande do Sul, ressaltando que o governo está mobilizando esforços para minimizar os impactos das chuvas e garantir o abastecimento de energia na região.

O ministro enfatizou a importância do diálogo e da cooperação entre os países para enfrentar desafios energéticos e climáticos, destacando a necessidade de sensibilizar os membros do G20 para cumprir os acordos internacionais sobre redução de emissões de carbono.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/05/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

BC APERTA FREIO E REDUZ SELIC PARA 10,50%; DECISÃO DIVIDIU DIRETORES INDICADOS POR LULA E BOLSONARO

Redução no ritmo de corte de juros ocorre após aumento de incertezas fiscais e externas

Por Thaís Barcellos — Brasília



Diretores do Banco Central, que integram o Comitê de Política Monetária (Copom) — Foto: Divulgação/BC

Com mais dúvidas sobre a inflação e as contas públicas, o Banco Central (BC) decidiu puxar o freio e reduzir o ritmo de corte de juros nesta quarta-feira, por 5 votos a 4. O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC cortou a Taxa Selic — os juros básicos da economia — em 0,25 ponto porcentual, de 10,75% para 10,50% ao ano. O novo nível da Selic é o mais baixo desde dezembro de 2021 (9,25%). A opção pelo corte de 0,25 pp ocorre após seis reduções consecutivas de 0,50 pp desde o início do ciclo alívio da Selic, em agosto do ano passado.



A decisão foi dividida entre os nove membros do comitê, colocando em lados opostos os diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Gabriel Galípolo, Paulo Picchetti, Ailton Aquino e Rodrigo Teixeira) e os componentes que estavam na gestão Jair Bolsonaro, incluindo o presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Além de pisar no freio, o comitê também não deu nenhuma indicação sobre o futuro da taxa básica de juros. Essa é a primeira vez desde agosto, quando começou o ciclo de queda, que o BC não sinaliza o que pretende fazer na reunião seguinte. No comunicado da decisão, o Copom citou que o cenário global incerto e o cenário doméstico marcado por resiliência na atividade e expectativas desancoradas demandam maior cautela.

Apesar de contrariar a indicação dada pelo Copom na reunião anterior, em março, de mais uma queda da Selic de 0,50 ponto porcentual, a redução mais modesta já era esperada pela maior parte do mercado financeiro desde meados de abril.

De um total de 94 bancos e gestoras consultadas pelo Valor Data, 60 projetavam um corte de 0,25 ponto porcentual nesta reunião, enquanto o resto estimava uma redução de 0,50, conforme sinalizado previamente pelo BC em março.

Em meados de abril, em evento do FMI, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, reagiu a notícias negativas sobre a situação fiscal no Brasil e à inflação dos Estados Unidos, que levaram a um salto no dólar, e indicou que o BC deveria optar por uma marcha mais lenta se não houvesse diminuição da incerteza. Caso houvesse alívio, Campos Neto havia apontado que o comitê poderia seguir o plano traçado de ao menos mais um recuo de 0,50 ponto.

A declaração ocorreu na semana em que o governo brasileiro alterou as metas fiscais de 2025 em diante, prevendo alvos menos ambiciosos, o que segundo Campos Neto aumentou o cenário de incerteza sobre o controle fiscal no Brasil. Desde lá, porém, o mercado acalmou, o dólar recuou e novos dados de inflação local foram mais favoráveis, o que mantinha a redução de 0,50 ponto em jogo.

Por outro lado, desde o Copom de março, houve aumento nas expectativas de inflação para 2025, ano em que o BC está focado para trazer a inflação para a meta. No Boletim Focus, a projeção para o IPCA - índice oficial de inflação - passou de 3,52% para 3,64%, contra o centro da meta de 3,0%. Além disso, os dados de mercado de trabalho continuaram fortes, mantendo o receio sobre os impactos nos preços de serviços, outra preocupação da instituição. A inflação este ano ainda deve sofrer com as consequências provocadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

As projeções oficiais de inflação do BC subiram desde março. Para este ano, houve um salto de 3,5% para 3,8%, enquanto, para 2025, o aumento foi de 3,2% para 3,3%. Em relação à atividade econômica, o Copom avaliou que os dados estão mais dinâmicos do que o esperado, o que, na prática, pode gerar mais pressão inflacionária. No exterior, o BC considerou que o cenário está mais adverso em função da incerteza com a política monetária nos EUA e com a velocidade da queda da inflação no mundo.

"Os bancos centrais das principais economias permanecem determinados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas em um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho. O Comitê avalia que o cenário segue exigindo cautela por parte de países emergentes."

No comunicado de hoje, o BC ainda disse que acompanhou com "atenção" os eventos recentes da política fiscal e os impactos sobre a política monetária. E fez um alerta: "O Comitê reafirma que uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida contribui para a ancoragem das expectativas de inflação e para a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros, consequentemente impactando a política monetária."

A divisão entre os membros do comitê também já era esperada, uma vez que o diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, já havia defendido que o Copom não deveria se “emocionar muito” com flutuações de curto prazo do mercado financeiro. Galípolo foi um dos primeiros diretores a ser indicado por Lula e é o mais cotado para assumir o cargo de Campos Neto, cujo mandato termina no fim deste ano.

Com o freio na queda de juros, o BC abre novo flanco no embate com o Palácio do Planalto, que tem feito críticas abertas à gestão de Campos Neto desde o início do terceiro mandato. No Ministério da Fazenda, a avaliação é de que havia espaço para uma queda mais forte, já que o cenário melhorou desde meados de abril. Mas a queda de 0,25 ponto já estava na conta, uma vez que Campos Neto não “voltou” atrás em suas declarações.

No comunicado de hoje, o BC também deu "especial ênfase" ao compromisso com a meta de inflação: "O Comitê também reforça, com especial ênfase, que a extensão e a adequação de ajustes futuros na taxa de juros serão ditadas pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta".

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/05/2024

SENADO APROVA ANTECIPAÇÃO DE R\$ 15 BI EM DESPESAS E FACILITA ACORDO SOBRE VETOS NO CONGRESSO

Dispositivo está incluído em projeto que recria o DPVAT e flexibiliza o arcabouço fiscal, como parte de um acordo entre governo e Congresso na votação de vetos no orçamento

Por Lauriberto Pompeu — Brasília



Jaques Wagner, líder do governo no Senado, e Rodrigo Pacheco durante votação de projeto das saidinhas — Foto: Jeferson Rudy/Agência Senado

O Senado aprovou, por 41 votos a 28, nesta quarta-feira um projeto de lei porque antecipa R\$ 15,7 bilhões em despesas neste ano. O dispositivo foi incluído no projeto de lei que recria o seguro DPVAT (Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres). A ideia é que o valor faça parte de um acordo entre governo e Congresso na análise de vetos presidenciais no orçamento.

Como não passou por mudanças em relação ao que foi aprovado pelos deputados, o projeto agora é enviado para a sanção ou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Esse valor será incorporado à base de cálculo do arcabouço fiscal e poderá ser usado todos os anos com acréscimo da inflação. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), é o relator do texto. A decisão de não alterar o texto passou pela necessidade de acelerar a aprovação e evitar que o projeto voltasse para a Câmara.

A margem para o aumento de despesas faz parte de uma estratégia do governo para atender diversas pressões por mais gastos. Uma delas é a movimentação do Congresso para derrubar o veto feito pelo Palácio do Planalto em R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão. O governo tenta ainda chegar a um acordo para que o veto seja mantido parcialmente, com a preservação de R\$ 3,6 bilhões para o manejo de parlamentares.

— É para encaixar o acordo feito com a Câmara e com o Senado, precisava ter alguma coisa. A única coisa que se tem é fazer uma lei e antecipar a arrecadação. Agora, provavelmente se alguém quiser saber, desses R\$ 15 bilhões, uma parte é para o acordo que foi feito na emenda, mas o restante vai ser consumido muito provavelmente na questão do Rio Grande do Sul – disse Jaques Wagner.



Após sucessivos adiamentos a pedido da base governista, uma sessão do Congresso para analisar vetos está marcada para a quinta-feira da semana que vem.

Além desse veto na quantidade das emendas de comissão também estão previstas outras votações, como sobre os vetos em um calendário de liberação de emendas e no projeto que restringia a "sadinha" dos presos.

O texto atual do arcabouço fiscal permite ao governo federal ampliar as despesas neste ano caso haja a avaliação de que a previsão de receitas é melhor que a arrecadação do ano passado.

Essa ampliação, pelas regras de hoje, será feita a partir do relatório de avaliação de receitas e despesas a ser divulgado no dia 22 de maio. Pelo projeto aprovado, há uma antecipação dessa liberação com base no relatório divulgado no dia 22 de março. Além disso, dispensa a análise do Congresso sobre o destino da verba, atribuindo essa definição para um ato do Poder Executivo.

Além de Wagner, a aprovação da iniciativa contou com a articulação do senador Davi Alcolumbre (União-AP), que é o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ex-presidente do Senado, ele deseja voltar ao comando da Casa no ano que vem e quer ter o apoio do governo. Por conta disso, o parlamentar se empenhou para fazer o texto ser aprovado.

Alcolumbre orientou pelo União Brasil na votação feita no plenário.

— Reconhecendo a importância desse ajuste que está sendo feito no arcabouço fiscal para equilibrar as contas do Estado brasileiro e partindo da premissa da construção política das duas Casas, do Senado e da Câmara dos Deputados, em relação à sessão do Congresso Nacional que vai se realizar no dia de amanhã, para cumprir o compromisso com a Câmara dos Deputados, o União Brasil no Senado vota "sim".

Por outro lado, a medida contou com a resistência da oposição, que se manifestou contra a volta do seguro e criticou a medida de antecipar o volume de despesas.

De acordo com o líder do governo, a taxa de pagamento do seguro ficaria em torno de R\$ 50,00. O valor ainda será definido pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Por outro lado, Wagner anunciou que o governo vai atender, por meio de veto parcial, um pedido de mudança feito pelo senador Alan Rick (União-AC), que solicitou a retirada do trecho que pune o motorista que atrasa o pagamento do seguro. De acordo com o texto atual, o atraso acarretará em multa de R\$ 195,23 e o desconto de cinco pontos na Carteira Nacional de Habilitação.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 08/05/2024

BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 9 BILHÕES EM ABRIL

Resultado é 13,7% maior que em igual período do ano passado e o segundo melhor para o mês
Por Agência Brasil — Brasília

Apesar da queda de preços da soja, do ferro e do petróleo, o superávit da balança comercial subiu em abril. No mês passado, o país exportou US\$ 9,041 bilhões a mais do que importou, segundo dados divulgados nesta quarta-feira pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

O resultado representa alta de 13,7% em relação ao mesmo mês do ano passado e é o segundo melhor para meses de abril, só perdendo para o recorde de abril de 2021, de US\$ 9,963 bilhões.



Petróleo e açúcar puxaram volume exportado em abril — Foto: Divulgação Porto de Santos via Agência Brasil

A balança comercial acumula superávit de US\$ 27,736 bilhões nos quatro primeiros meses de 2024. Esse é o maior resultado para o período desde o início da série histórica, em 1989. O valor representa alta de 17,7% em relação aos mesmos meses do ano passado.

Em relação ao resultado mensal, as exportações cresceram em ritmo maior do que as importações. Em abril, o Brasil vendeu US\$ 30,92 bilhões para o exterior, aumento de 5,7% em relação ao mesmo mês de 2023. As compras do exterior somaram US\$ 21,879 bilhões, alta de 2,2%.

Parte dessa alta se deve ao maior número de dias úteis em abril deste ano, porque, em 2024, o feriado prolongado da Semana Santa caiu em março.

Do lado das exportações, a alta no volume de petróleo, de açúcar e de combustíveis foram os principais fatores para a alta. Esse aumento ajudou a compensar a queda na exportação de soja, cuja safra terminou, e de veículos automotores, afetados pela crise na Argentina.

Do lado das importações, o recuo nas aquisições de fertilizantes e derivados e de compostos químicos foi o principal responsável por conter a alta nas compras externas.

Após baterem recorde em 2022, após o início da guerra entre Rússia e Ucrânia, as commodities recuam desde a metade de 2023. O preço do minério de ferro, que vinha subindo há alguns meses, caiu por causa da desaceleração econômica da China, a principal compradora do produto.

No mês passado, o volume de mercadorias exportadas subiu 22,5%, puxados pelo maior número de dias úteis e pelo petróleo, enquanto os preços caíram 6,8% em média na comparação com o mesmo mês do ano passado. Nas importações, a quantidade comprada subiu 24,8%, impulsionada pela recuperação da economia, mas os preços médios recuaram 8,1%.

Rio Grande do Sul

Em relação às enchentes no Rio Grande do Sul, o diretor de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Herlon Brandão, explicou que o desastre climático só se refletirá na balança comercial a partir de maio. Segundo ele, como a maior parte da safra de soja foi colhida, os efeitos ainda precisam ser avaliados, não só de produtos afetados como do impacto sobre a estrutura de escoamento das exportações do estado.

Brandão destacou que o Rio Grande do Sul é o sexto maior estado exportador do país, representando 6,6% de todo o valor vendido pelo Brasil ao exterior no ano passado. O produto mais exportado pelo Rio Grande do Sul é a soja, que concentra 18% do total vendido ao exterior.

Estimativa

Em abril, o governo revisou para baixo a projeção de superávit comercial para este ano. A estimativa caiu de US\$ 94,4 bilhões para US\$ 73,5 bilhões, queda de 25,7% em relação a 2023. A próxima projeção será divulgada em julho.

Segundo o MDIC, as exportações cairão 2,1%, encerrando o ano em US\$ 332,6 bilhões. As importações subirão 7,6% e fecharão o ano em US\$ 259,1 bilhões. As compras do exterior deverão subir por causa da recuperação da economia, que aumenta o consumo, num cenário de preços internacionais menos voláteis do que no início do conflito entre Rússia e Ucrânia.

As previsões estão mais pessimistas que as do mercado financeiro. O boletim Focus, pesquisa com analistas de mercado divulgada toda semana pelo Banco Central, projeta superávit de US\$ 79,75 bilhões neste ano.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/05/2024

LATAM ANUNCIA MALHA EMERGENCIAL COM 46 VOOS EXTRAS PARA ATENDER O RIO GRANDE DO SUL

Azul também terá malha emergencial, com 18 voos extras até o dia 14 de maio

Por Mariana Barbosa



Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, está alagado com os temporais que atingem o Rio Grande do Sul — Foto: Divulgação / Fraport

A LATAM vai realizar 46 voos extras por semana entre São Paulo (SP) e os aeroportos de Caxias do Sul (RS), Jaguaruna (ao sul de SC) e Florianópolis (SC) a partir desta sexta-feira (10), como parte de um plano emergencial para apoiar o Rio Grande do Sul em meio às fortes chuvas que inundou 80% dos municípios do estado, com 100 mortes confirmadas.

As chuvas alagaram a pista do aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, levando a suspensão das operações na capital do estado até o dia 30 de maio.

Hoje a Latam tem 10 voos diários entre Guarulhos-Florianópolis-Guarulhos e irá acrescentar mais 4 voos (dois em cada sentido). A rota GRU-Jaguaruna-GRU passará de 2 voos para 4 voos diários.

A empresa tem hoje 10 voos semanais na rota Congonhas-Caxias do Sul-Congonhas. E vai adicionar mais 4 voos semanais (ida e volta) entre Guarulhos e Caxias do Sul. Cidade localizada na Serra Gaúcha, a 135 quilômetros de Porto Alegre, Caxias do Sul está com a operação limitada por medida cautelar, mas a ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) estuda liberar as operações de forma emergencial. Se confirmada a medida, a Latam pretende adicionar outros 10 voos extras por semana.

Os voos da malha emergencial serão realizados com jatos Airbus A321 (capacidade para até 216 passageiros) e A320 (capacidade para até 174 passageiros).

Em nota, a empresa afirmou que novas medidas “com meios próprios ou de parceiros” poderão ser adotadas “para manter o Rio Grande do Sul conectado a todo o Brasil”.

A Azul também lançou uma malha emergencial, com 18 voos extras entre os dias 9 e 14 de maio. Os voos partem de Viracopos, em Campinas, para as cidades de Santo Angelo e Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Também haverá voos de Curitiba, no Paraná, para Uruguaiana (RS). A malha extra será operada com o turboélice ATR-72, de 70 lugares.

A Gol, que está em recuperação judicial nos Estados Unidos e enfrenta restrições de capacidade, com dezenas de aviões parados por falta de manutenção, ainda não definiu se fará voos adicionais.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/05/2024

TOFFOLI ANTECIPA VOTO E PÕE EM AÇÃO PLANO B DO GOVERNO LULA PARA LIBERAR POLÍTICOS EM ESTATAIS

Ministro do STF defendeu manutenção das indicações já feitas pela administração petista até aqui
Por Rafael Moraes Moura — Brasília



Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli — Foto: Nelson Júnior/STF

Em uma solução costurada com o Palácio do Planalto, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli decidiu antecipar o voto no julgamento que trata das restrições a políticos no comando de empresas públicas e propôs uma solução intermediária para manter de pé as indicações feitas pelo governo Lula até aqui.

Com o plenário dividido sobre a validade da Lei das Estatais, e o julgamento com o placar provisório de 1 a 1, Toffoli propôs um “plano B”, nos termos desejados pelo Planalto: mesmo votando pela validade da lei, sancionada por Michel Temer em 2016 para impedir o loteamento político da Petrobras, defendeu a manutenção das indicações políticas feitas pela administração petista durante os 14 meses em que esteve em vigor a liminar do ex-ministro Ricardo Lewandowski.

Em março do ano passado, Lewandowski derrubou a quarentena obrigatória de três anos para dirigentes partidários e pessoas que tenham trabalhado no comando de campanhas eleitorais assumirem cargos de direção em estatais. Agora, o plenário do Supremo decide se mantém ou não de pé a liminar de Lewandowski, ao analisar se a Lei das Estatais viola a Constituição.

“Gostaria de antecipar uma posição minha. O Congresso Nacional tem o direito de estabelecer requisitos e elegibilidades. Não é questão de quem é melhor ou pior para gerir. É se a lei aprovada pelo Legislativo é constitucional ou não. Eu não vejo inconstitucionalidade na lei, posso até posteriormente discutir eventual proporcionalidade do tempo de quarentena”, iniciou Toffoli, que tentado fazer uma série de acenos a Lula desde que o petista retornou à Presidência da República.

“Ao mesmo tempo, assim como nós fazemos em vários outros casos, e aí não é modulação, é questão da boa-fé, todos os atos praticados durante a vigência da liminar, eu entendo hígidos. Então, o meu voto, adiantando posição e depois farei a formulação por escrito, hoje eu já adianto o meu posicionamento, o meu posicionamento é pela constitucionalidade e pela hígidez da lei, mantidas as nomeações ocorridas durante a vigência da liminar, sem prejuízo de discutir eventual proporcionalidade do tempo de quarentena.”

Por conta da liminar de Lewandowski, políticos como o ex-governador de Pernambuco Paulo Câmara e uma série de secretários e ministros puderam ser nomeados para conselhos de empresas estatais. Câmara, por exemplo, assumiu a presidência do banco do Nordeste duas semanas depois da liminar. Depois de se aposentar e deixar o Supremo, Lewandowski se tornou ministro da Justiça de Lula.

Para que a liminar de Lewandowski continue em vigor e trechos da Lei das Estatais sejam considerados inconstitucionais, são necessários mais cinco votos a favor – o que é considerado difícil nas contas do próprio Palácio do Planalto.

Por isso, conforme antecipou o blog, os articuladores de Lula junto ao Supremo vêm tentando emplacar uma solução alternativa entre os ministros para o caso de a liminar cair: a de modular seus efeitos, mantendo as nomeações que foram feitas nos 14 meses em que a decisão esteve em vigor, sob o argumento de que essas pessoas assumiram os cargos quando as restrições estavam afastadas.

Foi essa a solução intermediária que foi apresentada por Toffoli na sessão desta quarta-feira.

Este não é o primeiro e certamente não será o último aceno de Toffoli a Lula.

Com Lula em ascensão nas pesquisas eleitorais, durante a campanha de 2022, o ministro já havia feito um reposicionamento de sua imagem e buscado uma reaproximação com o petista – deixou de chamar o golpe militar de “movimento de 1964” para defini-lo como “desastre”.

Os dois se afastaram durante o período em que Toffoli chefiou o Supremo, entre 2018 e 2020, em meio ao avanço das investigações da Lava-Jato contra Lula.

Naquela época, Toffoli não autorizou Lula a ir a São Bernardo para ir ao enterro do irmão Vavá, limitando-se a permitir que o petista se reunisse com familiares num quartel próximo, o que provocou uma profunda mágoa no presidente. Mas, desde que Lula se reabilitou politicamente, Toffoli tem tentado se redimir de várias formas.

Em setembro do ano passado, ao anular as provas do acordo de leniência da Odebrecht, o ministro do STF chegou a afirmar que a prisão de Lula foi um dos “maiores erros judiciais da História do Brasil”. A Lei das Estatais é mais um dos capítulos da relação entre os dois.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 08/05/2024

GOVERNO ANUNCIA R\$ 10,5 BI PARA MAIS DE 2 MIL ÔNIBUS ELÉTRICOS NO NOVO PAC

Montante destinado à renovação de frota no país é o maior nessa leva de anúncios do programa
Por Alice Cravo — Brasília

O governo federal anunciou nesta quarta-feira a aquisição de mais de 2 mil ônibus elétricos para descarbonizar a mobilidade em cidades brasileiras, além de automóveis do modelo Euro 6, mais sustentável, em nova seleção do PAC. Ao todo, serão investidos R\$ 10,5 bilhões na renovação de frota, o maior valor nessa leva de anúncios.



Ônibus elétrico em teste em São José dos Campos (SP) — Foto: Edilson Dantas / Agência O Globo

Ao todo, o governo vai investir R\$ 18,3 bilhões nas áreas: Abastecimento de Água – Rural; Periferia Viva - Urbanização de Favelas; Prevenção a Desastres Naturais; Contenção de Encostas; Regularização Fundiária; e Renovação de Frota.

O governo vai investir em 2.529 ônibus elétricos, 2.782 Euro 6 e 39 veículos sob trilhos para renovar a frota e equipamentos do transporte urbano brasileiro. O

objetivo é reduzir as emissões de CO2.

- Abastecimento de Água: R\$ 400 milhões para 247 cidades
- Periferia Viva - Urbanização de Favelas: R\$ 5,2 bilhões para 48 cidades
- Prevenção a Desastres Naturais: Contenção de Encostas: R\$ 1,7 bilhão para 91 cidades
- Regularização Fundiária: R\$ 313 milhões para 196 cidades
- Renovação de Frota: R\$ 10,5 bilhões para 98 cidades

Fonte: O Globo - RJ
Data: 08/05/2024

INUNDAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL AFETAM MAIS DE 80% DA ATIVIDADE ECONÔMICA DO ESTADO, DIZ FIERGS

Estudo preliminar mostra que 67% dos municípios do estado foram atingidos

Por Eliane Oliveira — Brasília



Parte do Rio Grande do Sul foi atingida por inundações — Foto: Divulgação/Exército Brasileiro

As enchentes afetaram mais de 80% da atividade econômica do Rio Grande do Sul, segundo estimativa da Federação das Indústrias do estado, a Fiergs. A entidade informou, nesta quarta-feira, que 67% dos municípios gaúchos foram atingidos, mas ainda não é possível fazer projeções numéricas sobre os prejuízos na produção.

— As perdas econômicas são inestimáveis no momento. Uma infinidade de empresas teve suas dependências completamente comprometidas. Além dos danos gigantescos de capital, os problemas logísticos devem afetar de forma significativa todas as cadeias econômicas do estado — disse o presidente em exercício da Fiergs, Arildo Bennech Oliveira.

Um estudo preliminar realizado pela Unidade de Estudos Econômicos (UEE) da entidade aponta que os 336 municípios atingidos pelas chuvas correspondem a mais de 80% da atividade econômica do Estado. De forma geral, a expectativa é que o estado de calamidade no estado, além das perdas humanas, causou prejuízos econômicos vultosos: estão nas cidades afetadas 86,4% dos estabelecimentos industriais, 87,2% dos empregos, 89,1% das exportações da indústria de transformação e 83,3% da arrecadação de ICMS com atividades industriais.

Oliveira ressaltou que haverá graves problemas de infraestrutura a serem enfrentados. Ele afirmou que, em boa parte dos casos, não será apenas necessário realizar o trabalho de desobstrução, mas de reconstrução de estradas, pontes, vias férreas e até mesmo o principal aeroporto, que está com suas instalações comprometidas. Como consequência inevitável ao caos instalado, muitos postos de trabalho deverão ser fechados se medidas excepcionais não forem implementadas pelos governantes.

Os locais mais atingidos incluem alguns dos principais polos industriais do Rio Grande do Sul. Na Região da Serra, que emprega 115 mil pessoas na indústria, destaca-se a produção nos segmentos metalmeccânico (veículos, máquinas, produtos de metal) e móveis. Já na Região Metropolitana, com 127 mil empregados no setor, estão os segmentos metalmeccânico (veículos, autopeças, máquinas), derivados do petróleo e alimentos.

No Vale dos Sinos, que ocupa 160 mil industriários, encontra-se a produção de calçados. No Vale do Rio Pardo, a força está em alimentos (carnes, massas) e tabaco, enquanto no Vale do Taquari, alimentos (carnes), calçados e químicos.

Em função dessas dificuldades, a entidade, em audiência esta semana por vídeo com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, solicitou a adoção de medidas emergenciais de apoio a indústrias e trabalhadores atingidos.

Entre outras sugestões, a Fiergs pede redução da jornada de trabalho e salário, suspensão temporária do contrato de trabalho, antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas e suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/05/2024

STF TEM PLACAR DE 5X2 PARA CONSIDERAR LEI DAS ESTATAIS CONSTITUCIONAL; JULGAMENTO SERÁ RETOMADO NA QUINTA-FEIRA

Ministros decidem se mantém decisão de Ricardo Lewandowski que suspendeu trechos da lei

Por Daniel Gullino — Brasília



Plenário do STF durante sessão — Foto: Gustavo Moreno/STF/04-04-2024

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem cinco votos a dois para considerar constitucionais as restrições para indicação de políticos para a direção de empresas estatais que foram estabelecidas pela Lei das Estatais, de 2016. O julgamento foi interrompido e será retomado na quinta-feira.

Os ministros estão avaliando se mantêm ou derrubam uma decisão do ministro aposentado Ricardo Lewandowski, que em março de 2023 suspendeu trechos da Lei das Estatais.

Até agora, cinco ministros defenderam rever a decisão de Lewandowski: André Mendonça, Dias Toffoli, Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso. Flávio Dino acompanhou o relator parcialmente.

No início da sessão, Dias Toffoli adiantou seu voto e defendeu a constitucionalidade da lei. Toffoli, contudo, votou para que as nomeações feitas durante a vigência da liminar de Lewandowski continuem valendo.

— Não vejo inconstitucionalidade na lei. Posso até, posteriormente, discutir eventual proporcionalidade do tempo de quarentena — afirmou, acrescentando: — Todos os atos praticados durante a vigência da liminar eu entendo hígidos.

Essa posição também foi defendida pelos demais ministros favoráveis à lei. Isso significa que, caso essa posição seja vencedora, as pessoas que não se enquadram na lei, mas foram nomeadas desde março de 2023 até o fim do julgamento, poderão permanecer no cargo.

— Agora, passado tanto tempo, as pessoas já estão exercendo o cargo há mais de um ano, eu acho que nós criaríamos uma instabilidade indesejável, afetando o princípio da continuidade do serviço público — afirmou Barroso.

Apesar de defender a validade da lei, Nunes Marques também sugeriu uma redução no período de quarentena que políticos precisam passar antes de serem indicados, de três anos para 21 meses.

— Penso que o prazo de 36 meses se apresenta desproporcional aos fins moralizantes visados pela legislação — argumentou o ministro.

Flávio Dino concordou com Lewandowski ao considerar inconstitucional o trecho da lei que impede a nomeação de pessoas que tenham atuado, dentro desse prazo de três anos, em partidos ou campanha eleitorais.

— Não vejo como nós possamos punir uma pessoa por integrar um partido político e exercer um direito fundamental — declarou. — Nós vamos agora dizer que o cidadão ou cidadã que exerce o direito fundamental está impedido de exercer outro direito.

O ministro divergiu parcialmente do relator, contudo, ao considerar que ministros de Estado e seus equivalentes (secretários estaduais e municipais) não podem ser indicados para empresas subordinadas às suas pastas. Lewandowski votou para liberar a indicação dessas pessoas para quaisquer cargos.

Divergência sobre resultado de empresas

No início da sessão desta quarta, André Mendonça o voto que já havia dado em dezembro e fez uma relação entre a entrada em vigor da lei e a melhora no resultado das estatais.



— O que para mim não paira dúvidas é: a lei das estatais foi fundamental para a melhoria da qualidade da governança pública, foi fundamental para a prevenção de ilícitos nesse âmbito, foi fundamental para, a partir disso, termos resultados melhores dessas empresas. E penso que é preocupante, embora não se possa fazer ainda uma correlação específica, uma redução já dos resultados a partir de 2023

Entretanto, Gilmar Mendes e Flávio Dino questionaram essa relação. Para Gilmar, essa melhora no resultado tem relação com outros fatores, como a recuperação da economia após a crise de 2015.

— Razões que me levam a concluir que não há relação de causalidade imediata, direta e necessária entre a entrada em vigor da lei e a melhora do resultado líquido das empresas estatais. Ao invés, me parece, essa oscilação de resultado líquido é muito melhor explicada pela retomada da atividade econômica após período de forte recessão.

Dino citou, em tom de brincadeira, uma coincidência entre o fim da rede social Orkut e o aumento da longevidade para argumentar que nem sempre é possível estabelecer uma relação de causalidade entre dois acontecimentos.

— Me lembrei de uma passagem muito curiosa em que há a seguinte correlação lógica. Um estudo que foi feito nos Estados (mostrou) que, simultaneamente ao fim do Orkut, a longevidade das pessoas tinha aumentado. A conclusão foi: o fim do Orkut aumenta a idade média das pessoas. Então realmente é necessário ter cuidado com as relações de causalidade.

Governo atuou por suspensão

No ano passado, o governo federal atuou para suspender o julgamento. Na época, a Corte estava com apenas 10 ministros, com um cenário considerado desfavorável para o Executivo, que deseja a flexibilização das indicações. Agora, o ministro Flávio Dino, que tomou posse em fevereiro, poderá participar.

Se o STF derrubar a liminar e decidir manter as regras previstas na Lei das Estatais, pelo menos 18 indicações políticas para postos de direção ou em conselhos de estatais poderão ser derrubadas, de acordo com levantamento feito pelo GLOBO em dezembro. O levantamento mostra ainda que cerca de 40 pessoas que estão em conselhos de administração podem ser afetadas.

A Lei das Estatais proíbe que uma pessoa que atuou nos últimos três anos como participante de estrutura decisória de partido político, ou em trabalho vinculado a organização de campanha eleitoral, seja nomeada para o conselho diretor ou diretoria de estatais.

Em março de 2023, Lewandowski, hoje aposentado do STF e ministro da Justiça, considerou esse trecho inconstitucional e proibiu apenas a manutenção do vínculo partidário a partir do momento em que a pessoa assume o cargo de diretor ou conselheiro. Além disso, também suspendeu outro trecho, que impede que ministro de Estado e secretários sejam indicados para a diretoria e conselho das estatais.

Para Lewandowski, apesar das regras da Lei das Estatais tentarem evitar o aparelhamento político das empresas, na verdade "acabaram por estabelecer discriminações desarrazoadas e desproporcionais – por isso mesmo inconstitucionais – contra aqueles que atuam, legitimamente, na esfera governamental ou partidária". O ministro atendeu a um pedido do PCdoB.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/05/2024

PETROBRAS PODE COMPRAR BRASKEM E SAIR DEPOIS, SE NÃO HOVER OUTRO COMPRADOR AGORA, DIZ PRATES

De acordo com o presidente da estatal, plano é, no final do processo, ficar com 50% do capital votante da petroquímica e ter uma gestão compartilhada

Por Gabriel Vasconcelos (Broadcast)

HOUSTON - O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, afirmou nesta quarta-feira, 8, que, se não surgir um comprador para a fatia da Novonor (ex-Odebrecht) na Braskem, a estatal pode realizar a compra e “sair” em seguida. Prates sugeriu que o objetivo da estatal é igualar a participação na Braskem com um novo sócio experiente no setor, para exercer um controle compartilhado na petroquímica. Um eventual exercício de compra da fatia à venda, para a qual a Petrobras tem preferência, seria, portanto, uma medida excepcional, mas possível.

Ele fez as afirmações ao canal especializado EPBR. Na segunda-feira, a Adnoc, de Abu Dhabi, que havia feito uma proposta pela fatia da Novonor na Braskem, anunciou a desistência do negócio. Em viagem aos Estados Unidos, Prates chegou a minimizar o acontecido e disse que novas propostas virão.

“Fizemos nosso dever de casa, nossa due diligence, a auditoria dos ativos, todo esse trabalho muito meticuloso. Sabemos tudo de Braskem e estamos prontos para fazer o nosso movimento. E, não havendo comprador, podemos até eventualmente fazer a aquisição e sair de novo, fazer um ‘farmout’ de participação nós mesmos. Ou podemos, obviamente, assistir a esse processo, participar dele e não exercer a opção (de compra) ao final, em função de o sócio ser adequado e das proporções e acordos serem satisfatórios para nós”, disse Prates.



Antes, Prates foi explícito ao dizer que a Petrobras tem hoje pouco menos da metade do capital votante da Braskem (36,1% do capital total da Braskem e 47% do capital votante) e planeja “ir até a metade” para que um novo sócio chegue em igualdade de condições com a estatal.

Segundo Prates, esta é a chance de a Petrobras ter um controle compartilhado na Braskem Foto: Pedro Kirilos/Estadão

“É a chance de colocarmos, no mínimo, um co-controle nessa empresa, que é muito importante para nós, na nossa visão de gestão atual, liderada pelo presidente Lula”, disse Prates, destacando a orientação de Lula de sua gestão “analisar seriamente petro-gás-bio-química”.

“Seguindo essa diretriz, estamos olhando para esse processo da Braskem como uma oportunidade de igualar com quem vier, ficar ‘fifty-fifty’, e a partir daí ter a empresa revitalizada, renovada. Para isso precisamos que esse sócio tenha capacidade financeira indiscutível, além de capacidade técnica, intimidade com esse setor de petroquímica, no mínimo igual ou maior que a nossa”, afirmou.

Relação com Adnoc

Prates definiu a relação da Petrobras com a Adnoc como “excelente” e disse haver outras coisas em discussão com a empresa dos Emirados Árabes. Ele citou, para além das negociações que vinham acontecendo entre o grupo e a Novonor, possibilidades diretas com a Petrobras, como parcerias tecnológicas, avaliação de atividades em exploração e produção de petróleo e gás e interesse em subsidiárias na questão de fertilizantes.

Segundo ele, a desistência da Adnoc do negócio com a Braskem não tem a ver com o passivo ambiental em Maceió, onde houve afundamento do solo próximo a minas de sal-gema. Prates definiu essa questão como “já bem macerada”

“Acho que foi decisão deles mesmos, tendo feito outras aquisições talvez mais rápidas, houve uma aquisição importante de um grupo turco, talvez queiram dar um tempo para digerir as coisas. Ele também citou a dinâmica de passivos tributários que aparecem no balanço das empresas no Brasil e costuma ser judicializado, assustando empresas com cultura contábil diferente. “Isso aparece como uma coisa instável, um pouco preocupante”, disse.

* O repórter viajou a convite da Petrobras

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 08/05/2024

NÃO VAI SER AUMENTANDO OS CUSTOS DO TRABALHO QUE VAMOS COMBATER O DESEMPREGO, DIZ ABIT

Para Fernando Pimentel, diretor-superintendente da associação do setor têxtil, a suspensão da desoneração da folha de pagamentos pode provocar desemprego, aumento da informalidade e aumento de custos para as empresas

Por *Carlos Eduardo Valim*



Fernando Valente Pimentel, diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit). Foto: Abit/Divulgação

Entrevista com

Fernando Pimentel - Diretor-superintendente da Abit

O setor têxtil é um dos 17 que serão impactados pela liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin, que suspendeu a desoneração da folha de pagamentos. O ministro atendeu a um pedido da Advocacia Geral da União para derrubar a desoneração, que foi aprovada pelo Congresso e valeria até 2027.

Se essa liminar não for derrubada ou não houver algum acordo, as empresas já terão de recolher a alíquota cheia da contribuição patronal no próximo dia 20. Segundo o diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel, as companhias não estão preparadas para fazer esse pagamento agora, uma vez que a reoneração não estava prevista em suas estruturas de custos e preços de produtos e serviços ofertados.

A desoneração da folha de pagamentos beneficia milhares de empresas que empregam mais de 9 milhões de pessoas. Estimativa feita pela União Geral dos Trabalhadores (UGT) apontam para a possibilidade de perda de mais mais um milhão desses empregos caso a desoneração seja realmente derrubada.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Como o setor têxtil está vendo essa discussão toda sobre a reoneração da folha de pagamentos?

Foi colocado um ator novo no processo. Agora, não só o Congresso e o governo estão na discussão. O Congresso aprova, o governo veta, e daí ainda entra o STF no meio. Por outro lado, o Congresso está reagindo de maneira muito veemente. É preciso tomar muito cuidado com esses movimentos todos, porque o Congresso representa a vontade do povo. Eles são eleitos pela população. E essa discussão acontece desde março do ano passado. Não podemos ser surpreendidos pela necessidade de pagamento com uma decisão do STF. Estamos trabalhando agora para resolver esse imbróglio, com uma opção que não penalize as empresas.

Como se dá o impacto para os negócios?

As empresas terão os seus orçamentos afetados. É um impacto até mesmo para setores que trabalham com investimentos de longo prazo, como a construção civil. Esse é o quadro que estamos vivenciando, precisando lidar com o imprevisto. O Brasil não precisa aumentar mais a insegurança

no ambiente de negócios. Temos de seguir um caminho de redução dos custos de emprego formal no Brasil.

Com um aumento de custos de impostos, qual será o efeito para a economia como um todo?

Todo mundo reclama com razão que o grau de informalidade é grande na economia brasileira. Não vai ser aumentando os custos do trabalho formal que vamos combater o desemprego e outras condições de trabalho informal. O Brasil precisa pensar na questão da produtividade das pessoas. Existe um desafio ainda que precisa ser visto pelo prisma de novas formas de trabalho que têm surgido. Nesse contexto, não podemos retroceder nos esforços de formalização de empresas.

O governo alega que a política de desoneração não atingiu o objetivo de criação de empregos, e que o custo foi alto para os resultados alcançados. Qual a sua avaliação?

No nosso setor têxtil, por exemplo, o aumento dos postos de trabalho depende de crescimento econômico. Essa é uma boa legislação, que acelera o processo de contratação formal de funcionários, quando a economia cresce. E, quando o ciclo econômico, é mais baixo, a desoneração ajusta o custo do emprego para manter a competitividade. Tem de se pensar em todo o custo do emprego, não apenas o salário, mas todo o custo para a empresa. A boa legislação acelera o emprego formal, e é positiva para o País, governo, e para a sociedade. Nós vemos que, com o custo do emprego formal alto, a criação de muitas empresas MEI (microempreendedor individual) para atender a formas de contratação menos onerosas e formalizadas para as empresas.

Então, a desoneração ajudou nos últimos anos?

Enquanto não temos uma política mais ampla para a economia como um todo, de desonerar as contratações, a iniciativa gerou postos formais. Houve uma perspectiva positiva. Num momento de grande concorrência internacional, com mudanças das cadeias de suprimentos globais, não podemos vulnerabilizar uma cadeia de produção no Brasil.

Existe o risco de aumento da informalidade com a volta da alíquota cheia?

Infelizmente, existe o risco do desemprego, da informalização e do aumento de custos. Estamos procurando uma solução de consenso que preserve o que foi aprovado pelo Congresso Nacional. Tudo isso envolve um processo muito grave de negociação.

Alguns parlamentares falam do adiamento da reoneração em pelo menos 90 dias, para que se negocie mais a questão. Isso ajuda?

As empresas não têm como pagar diretamente o imposto cheio já no dia 20. Como ficam os contratos de venda de produtos já feitos, como os pedidos colocados e já produzidos considerando-se uma estrutura de custos diferente? Elas não estão preparadas para pagar já agora.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/05/2024

‘QUEREMOS VER PROGRESSO FISCAL PARA PENSAR EM UM AUMENTO DA NOTA DO BRASIL’, DIZ DIRETOR DA FITCH

Para Todd Martinez, arcabouço fiscal e medidas de arrecadação do governo ainda são insuficientes para estabilizar a dívida do governo brasileiro

Por Alvaro Gribel



Todd Martinez é diretor sênior da agência Fitch Ratings, responsável pela análise e classificação de créditos soberanos na América Latina. Foto: Fitch

Entrevista com Todd Martinez - Diretor sênior da agência de rating Fitch

BRASÍLIA - A agência de classificação de risco Fitch ainda quer ver progressos na área fiscal para melhorar o rating brasileiro, ao contrário da Moody's, que na semana passada alterou para positiva a perspectiva da nota do País. Em conversa exclusiva com o Estadão, o diretor sênior da



agência, Todd Martinez, responsável pela análise de países da América Latina, disse que ainda não enxerga um cenário de estabilização da dívida pública nos próximos anos, e que esse é um dos principais entraves para o Brasil.

Por um lado, o País vem surpreendendo no crescimento do PIB, o que ajuda a aumentar a arrecadação e a melhorar a relação da dívida sobre o tamanho da nossa economia. Mas, por outro, as medidas de aumento de receitas pelo governo ainda parecem insuficientes para vencer o desafio fiscal.

“Para que a gente seja mais otimista para um aumento da nota, precisamos ter maior confiança sobre a consolidação fiscal, que ela seja suficiente para estabilizar a dívida”, disse Martinez.

A Fitch melhorou a nota do Brasil de BB- para BB em julho de 2023, ainda a dois níveis do grau de investimento, e manteve a perspectiva estável em dezembro. Segundo Martinez uma nova revisão deve ser anunciada nos próximos dois meses. Ele também entende que o governo deveria propor medidas para alterar os pisos da saúde e da educação, assim como a indexação do salário mínimo, que aumentam a rigidez do processo orçamentário.

Martinez disse as alterações nas metas fiscais para os próximos anos aproximam os números do governo ao cenário da agência, mas diz que o que chamou a atenção foi a facilidade com que o arcabouço fiscal foi alterado. “Parece que o arcabouço não consegue de fato ancorar as expectativas de médio prazo, e as projeções podem ser facilmente alteradas. Mesmo durante o ano corrente, é fácil mudar”, afirmou.

O cenário de juros altos nos EUA por mais tempo é outro complicador para o Brasil, porque pode obrigar o BC brasileiro a reduzir o ritmo de cortes da Selic. Isso teria impacto no crescimento do PIB e também na rolagem da dívida pelo governo brasileiro.

Veja abaixo os principais pontos da entrevista.

A Fitch esteve recentemente no Brasil para uma reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Como foi essa conversa?

Tivemos um encontro com o ministro no início de abril. Por muitos anos nós mantemos uma relação muito forte de diálogo com autoridades brasileiras, de diferentes governos, e felizmente isso continua agora. Tivemos várias reuniões com o setor público, do Executivo, membros do Congresso e do Banco Central.

Em dezembro o rating do Brasil foi mantido em BB, a dois degraus do grau de investimento. Esse é o cenário atualizado da agência?

Sim, em julho nós melhoramos a nota de BB- para BB. E mantivemos o rating em dezembro, com perspectiva estável. E iremos eventualmente revisar o rating do Brasil novamente nos próximos meses.

Nesse relatório de dezembro, vocês alertam que não estavam seguros de que o arcabouço fiscal iria garantir a volta ao superávit primário. E no último mês o governo reduziu as metas. Como essa informação se encaixa no cenário da Fitch?

Não foi uma grande surpresa para nós. Em dezembro, projetamos um balanço fiscal que estava fora das metas do novo arcabouço. Basicamente, porque nós víamos uma incerteza permanente nas medidas de arrecadação que o governo adotou, em relação ao que consegue entregar. De um lado, não é um evento muito negativo, sob essa perspectiva. Mas, por outro, vemos isso como sinal desfavorável em torno da credibilidade do arcabouço fiscal. Parece que ele não consegue de fato “ancorar” as expectativas, e as metas podem ser facilmente alteradas. Mesmo durante o ano corrente, é fácil mudar. O Congresso aprovou medidas para aumentar gastos este ano. E tudo isso torna mais difícil para nós enxergarmos o arcabouço fiscal como algo que seja uma âncora forte para a melhora fiscal nos próximos anos.

Quando a dívida será estabilizada?

Nossas projeções sugerem que a dívida pública não será estabilizada. Nós só temos uma visão mais clara para poucos anos à frente. Por agora, ainda não vemos essas medidas como suficientes. Acredito que existem três razões para o nosso cenário ser diferente do governo: primeiro, mesmo eles tendo relaxado a meta de primário, prevemos uma consolidação ainda mais lenta, em relação ao projetado. Segundo, temos uma taxa de crescimento do PIB próxima de 2%, ante um número perto de 3% do governo. Terceiro, o governo ainda prevê um deflator do PIB que é maior do que a inflação, enquanto projetamos que essas duas coisas estejam amplamente alinhadas uma com a outra.

Faltam medidas para cortes de gastos?

Existe um certo consenso de que a carga tributária já é elevada, e seria mais desejável para o equilíbrio fiscal que fossem incluídas alguns elementos pelo lado das despesas. Mas, em relação ao aumento de receitas, o Brasil e o ministro Fernando Haddad merecem muitos créditos, não só por buscarem a consolidação fiscal, mas por perseguir esse objetivo com medidas concretas, como os projetos do Carf, do ICMS, a cobrança dos fundos offshore. Mas existe uma incerteza de nossa parte sobre a efetividade. Pelo lado dos gastos, nossa suposição é que esse programa de revisão de despesas, que está sendo conduzido pela ministra Simone Tebet, poderia encontrar algumas áreas para redução, de forma eficiente. Mas nossa suposição é que qualquer espaço criado será usado para assimilar outras pressões por gastos. É pouco provável que a gente vá ver uma redução significativa do gasto em proporção do PIB no médio prazo.

Na última semana, a Moody's melhorou a perspectiva para a nota de crédito do Brasil. Há economistas que entendem que o Brasil deveria ser rebaixado.

Em relação à Moody's, não posso falar muito sobre a decisão, porque ela tem a metodologia própria, nós temos a nossa. Mas acredito que a possível boa notícia sobre o rating do Brasil é o fato de que o crescimento está surpreendendo positivamente já há alguns anos. E isso contribuiu para a nossa melhora na nota de crédito no ano passado. Talvez as reformas estruturais que o País fez nos últimos anos, trabalhista, independência do Banco Central, marco do saneamento, mudança da TJLP, tudo isso esteja aumentando o potencial de crescimento. Mas acho que o que nos mantém cautelosos são as finanças públicas. Isso continua sendo o ponto fraco. Ainda precisamos ter uma confiança maior de que as autoridades conseguirão estabilizar a dívida em relação ao PIB, que já é muito elevada. Para que a gente seja mais otimista para um upgrade, precisamos ter maior confiança sobre a consolidação fiscal, que seja suficiente para estabilizar a dívida.

Quando deve ser a próxima revisão?

A gente espera que ocorra nos próximos dois meses.

Se fosse hoje, qual a expectativa?

É uma decisão de um comitê, minha opinião pessoal não importa tanto. De um lado, o crescimento melhor do que o esperado é boa notícia. Mas o fato de o fiscal continuar sendo uma fonte de fraqueza compensa de certa forma esse momento positivo. Como a perspectiva estável sugere, não é provável que ocorra alguma mudança agora.

Leia também

'Do ponto de vista fiscal, acho que o Brasil deveria ter sido rebaixado', diz Armínio Fraga

Decisão da Moody's mostra que PT e Lula não têm do que reclamar da política econômica

Podemos reavaliar direção para o Brasil se não houver melhora fiscal, diz vice-presidente da Moody's

O cenário internacional está mais complicado, pelo risco de os juros nos EUA continuarem elevados. Quais os impactos disso para o Brasil e outros países emergentes?

Acho que a política monetária nos EUA tem muita consequência para todos os emergentes. O Banco Central já deixou claro que essa mudança internacional e também a incerteza interna fiscal poderiam levar a um ritmo de cortes mais lento no Brasil. E isso de certa forma pode significar uma recuperação econômica mais lenta. Se os juros não caírem no ritmo que a gente esperava, isso



impacta também as finanças públicas. O governo terá de tomar empréstimos em uma taxa mais elevada.

Existe um debate no Brasil para alterar as indexações do salário mínimo e dos pisos de educação e saúde. Esses pontos são cruciais para o Brasil melhorar as suas finanças?

Nunca recomendamos ações específicas, mas entendemos que as indexações para os pisos da saúde e da educação, além das pensões atreladas ao salário mínimo, são uma grande fonte de rigidez orçamentária no Brasil. Esses pontos podem tornar muito difícil para o Brasil atingir até mesmo as novas metas fiscais no médio prazo. Uma coisa que poderia ajudar é uma reforma administrativa, para reduzir custos em salários de funcionários públicos, e reduzir custos operacionais de forma mais ampla no setor público, algo que já vem sendo falado há muito tempo, mas não está claro sobre se isso vai acontecer neste governo.

O presidente Lula tem citado que muitos países pioraram as suas contas públicas, como os Estados Unidos. Isso faz sentido, existe alguma visão comparativa entre os países?

De um lado, ele está certo, especialmente durante a pandemia, muitos países aumentaram despesas, e muitos não reverteram essas políticas depois. Em muitos lugares, os gastos estão mais altos do que eram antes. O Brasil agora talvez não pareça tão ruim, porque muitos outros pioraram. Talvez isso ajude a entender o apetite pelo Brasil por investidores externos. Mas para o nosso rating não fazemos comparações, olhamos apenas para valores absolutos. Mesmo que o Brasil não esteja mais sozinho em ter desafios fiscais, queremos ver progresso para pensar em um aumento da nota.

O que mais tem te surpreendido no País?

Diria que o crescimento é o que está sendo mais positivo no Brasil. Não há muitos países na América Latina que tenham entregue tantas reformas como o Brasil. Vemos isso como algo que coloca um viés de alta no potencial de crescimento. E agora nós temos a reforma tributária. Estamos monitorando de perto a implementação da reforma. Se for algo que consiga aumentar a confiança antes mesmo do período de transição, pode colocar um viés de alta no crescimento. Mas, por ora, mantemos uma visão mais cautelosa do crescimento em torno de 2%.

Por que só 2% de alta depois de todas essas reformas?

O Brasil melhorou algumas de suas fraquezas, mas permanece com outras. O Custo Brasil ainda é alto, não tem muita integração global, os juros reais continuam elevados, a demografia não ajuda. E há as incertezas no campo fiscal. Por ora, acho que isso explica porque a taxa de investimento como proporção do PIB está tão baixa, em 16%. O Brasil teve melhoras, mas algumas fraquezas não foram superadas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/05/2024

PETROBRAS APROXIMA ESTALEIROS BRASILEIROS E ESTRANGEIROS NOS EUA PARA TRAZER PRODUÇÃO AO BRASIL

Iniciativa de produzir barcos e módulos no País lembra a política de parceiros tecnológicos lançada no segundo governo Lula; estatal diz que formato será diferente, com papel mais limitado da Petrobras

Por Gabriel Vasconcelos (Broadcast)

HOUSTON - A Petrobras organizou na noite de terça-feira, 7, uma primeira rodada de conversas entre executivos de estaleiros nacionais e estrangeiros para viabilizar parcerias e aumentar a construção de partes dos navios-plataforma (FPSO) e outras embarcações inteiras no Brasil. A ideia é que essas empresas sigam se frequentando e organizem visitas técnicas que terminem em negócios efetivos no Brasil.

O encontro aconteceu em Houston, nos Estados Unidos, paralelamente à Conferência de Tecnologia Offshore (OTC, na sigla em inglês). Executivos da estatal, como o diretor de Engenharia, tecnologia e inovação, Carlos Travassos, apresentaram a demanda futura da Petrobras e ciceronearam

representantes das empresas nacionais e estrangeiras de Coreia do Sul, Cingapura, China, Índia, Japão, Noruega e Emirados Árabes.

Do lado brasileiro, apurou o Estadão/Broadcast, estavam Andrade Gutierrez, Bravante, CBO, EBR, ECB, Ecovix, Enseada, EAS, Mauá, Edson Chouest, Mac Laren, Ocean Pact, OSX, Porto do Açu, São Jacinto e Triunfo. Entre os estrangeiros, estavam Samsung, CIMC Raffles, Saipem, Dubai Drydocks, Cosco, Shapoorji, SBM, Modec, BW Offshore, Yinson, CNOOC, Hanwha, Ocyan e Seatrium.

Ao todo, participaram do encontro 16 empresas nacionais e outras 14 estrangeiras. A iniciativa integra a segunda fase de um trabalho de mapeamento encabeçado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), que encontrou 48 estaleiros no País, dos quais 15 estão desativados.



Petrobras busca parceria para produzir navios-plataforma no Brasil Foto: Pedro Kirilos/Estadão

Por trás do movimento, está o que o presidente da estatal, Jean Paul Prates, define como necessidade de aumentar o “localization level” da indústria naval, mas que pode ser lido como incrementar o bom e velho conteúdo local.

“Essa é uma experiência inédita para a indústria brasileira em termos de localização, que é trazer para seu território atividades de serviço ou construção, montando ambiente saudável de investimento no Brasil. Não é coisa do passado, muitos países estão fazendo isso neste momento, como os países árabes e o extremo Oriente, que faz isso direto”, defendeu Prates a jornalistas.

“Se ficássemos dando murro em ponta de faca, no ‘nós aqui e eles lá’, não iríamos a lugar nenhum. Criamos uma metodologia com o IBP, que começou com um mapeamento dos estaleiros e a segunda coisa era a criação de uma oportunidade para provocar ‘matches’ entre estaleiros brasileiros e investidores de fora”, continuou.

Mercado cético

Investidores são céticos quanto ao aumento do conteúdo local no fornecimento da Petrobras porque temem aumento de custos. Eles têm aversão, por exemplo, aos percentuais mínimos impostos pelo governo a contratos de óleo e gás.

Mas Prates argumenta que, para além de emprego, renda e tecnologia, tão perseguidos por governos desenvolvimentistas como os do PT, é necessário trazer a cadeia de fornecimento para perto da estatal por uma questão estratégica patente após a pandemia de covid-19 e, depois, guerra da Ucrânia, que levaram a um choque de oferta nas cadeias globais.

A Petrobras já divulgou ao mercado que vai lançar entre este ano e 2025 editais para contratação de 38 barcos de apoio offshore a serem construídos no País e que um plano para contratar cerca de 200 embarcações. O pacote vai demandar investimentos da ordem de US\$ 2,5 bilhões até 2030.

No encontro, disse Travassos, foi apresentada não só essa demanda futura de barcos de apoio, que custam entre US\$ 60 milhões e US\$ 70 milhões cada, como também a demanda por módulos de plataformas.

Equilíbrio

Por isso, Travassos promete equilíbrio na empreitada de estimular a indústria brasileira que fornece para a Petrobras. Ele mesmo têm dito não haver necessidade de aumentar a exigência de conteúdo local em contratos e que, naturalmente, seu percentual nos projetos navais vai variar entre 40% e 70%.



“Tem uma diferença com o que acontecia antes. Estamos tomando cuidado muito grande em apresentar de forma muito cuidadosa a demanda e percebo uma maturidade maior dos estaleiros brasileiros. No passado todo mundo se pautava (se fiava) na questão de conteúdo local. Hoje todo mundo tem consciência de que é preciso infraestrutura, desenvolvimento de mão de obra e demanda equilibrada para ter uma rampa de desenvolvimento”, disse o diretor.

Ele destacou, por exemplo, o fato de a Petrobras ser a maior demandante de tubos flexíveis do mundo, comprando 66% da produção mundial, e lembrou que a indústria brasileira está totalmente ocupada nessa frente.

“Isso mostra a relevância de ter as cadeias perto da gente. Não estamos falando em construir um FPSO (Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência) inteiro no Brasil. Nenhum país do mundo faz isso, mas quando a gente desenvolve a indústria, a gente traz essa indústria de peças navais para o nosso quintal. Essa é uma visão de negócios estratégica para a Petrobras”, concluiu.

Papel mais limitado

A iniciativa de trazer a produção de barcos e módulos para o Brasil lembra a política de parceiros tecnológicos lançada no segundo governo Lula, mas terá formato completamente diferente, com papel mais limitado da estatal, sugeriu seu diretor de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Carlos Travassos.

Durante a OTC, Travassos disse a jornalistas que a Petrobras vai manter os atuais percentuais de conteúdo local dos contratos e vai usá-los como ponto de partida para a atração das empresas estrangeiras com a comunicação clara de uma demanda “robusta e perene”, que ele define como a maior carteira de projetos de navios-plataformas do mundo. São 14 novas unidades a serem incorporadas até 2028, além de outros sete navios que estão em estudo para o período entre 2029 e 2032.

No passado, para participar das licitações, as empresas brasileiras eram obrigadas a ter um parceiro tecnológico estrangeiro como sócio para transferir tecnologia e levantar estaleiros do zero. Passados alguns anos, se multiplicaram os “divórcios” entre empresas forçadas a casar e casos de corrupção. Agora, nessa remontada do intercâmbio para reativar o setor, o formato da relação comercial é livre, desde que o projeto cumpra as exigências de conteúdo local.

“O movimento é completamente diferente da iniciativa feita no passado, quando havia parceria tecnológica e os estrangeiros trariam a tecnologia para os estaleiros brasileiros. Isso funciona bem para você desenvolver a infraestrutura. Naturalmente, o ressurgimento de uma indústria complexa, demandante de mão de obra e de capital, como é a indústria naval, pede muito mais do que isso. A recuperação da indústria passa por um processo de construir competitividade e por uma demanda perene”, diz Travassos.

“Apresentamos a demanda garantida da Petrobras e deixamos os estaleiros conversarem. A Petrobras tem uma demanda e vai fazer encomendas navais conforme a sua necessidade. Não cabe ir além nesse papel de indutora”, continuou.

Segundo o diretor, a iniciativa da Petrobras é a construção de uma estratégia de negócio, que reúne um portfólio “enorme”, desafios tecnológicos de projetos mais complexos, regras de conteúdo local, além de restrições de financiamento e estresse da cadeia de fornecedores a serem resolvidos. “A gente tem que achar caminhos para endereçar tudo isso”, afirma o diretor.

Travassos garantiu que a Petrobras não vai abrir mão do nível de conteúdo local, porcentual que varia de projeto para projeto, mas destacou que a complexidade dos reservatórios cresceu, obrigando a construção de FPSOs maiores.

“No passado, você falava de 50% de conteúdo local. Mas a gente tinha topsides (parte que vai acima do casco) de 17 mil toneladas no início dos anos 2000. Vamos imaginar que nós estivéssemos

falando ali em 50% de conteúdo local. Agora um topside chega a 60 mil toneladas, que é o que a P84 e P85 têm cada uma. Então, se eu falar de 40%, 30% disso feito no País, eu estou falando de muito mais componentes (em números absolutos) do que no passado, aço a ser processado”, disse.

Ao passo que contribui com a atividade econômica, a atração de fornecedores para fabricar no Brasil em parceria atenderia a uma necessidade estratégica da Petrobras, que experimenta dificuldades para contratar equipamentos, por exemplo, para os projetos de Sergipe-Águas Profundas (dois FPSOs) e Albacora (um FPSO).

O repórter viajou a convite Petrobras

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/05/2024

COTEMINAS TEM DÍVIDA COM SHEIN, GESTORAS E MAIS DE 15 BANCOS, INCLUINDO BB, FIBRA E PINE

Empresa do setor têxtil é do empresário Josué Gomes da Silva, atual presidente da Fiesp
Por Altamiro Silva Junior (Broadcast)

Parceira da Shein no Brasil, a Coteminas, do empresário Josué Gomes da Silva, tem uma dívida líquida de R\$ 1,1 bilhão e, agora em recuperação judicial, as conversas vão envolver mais de 15 bancos credores, incluindo grandes instituições, como Banco do Brasil, Bradesco e BTG, e menores, como Sofisa, Pine e ABC Brasil. A lista de credores consta do último balanço público da empresa, do primeiro trimestre de 2023, divulgado com meses de atraso.

Além dos bancos, em meio às tentativas de resolver os problemas financeiros do grupo, agravado pelo ambiente de juros altos e baixo consumo, a Coteminas buscou uma série de iniciativas nos últimos anos.

Em 2023, levantou um empréstimo de R\$ 100 milhões com a Shein — US\$ 20 milhões. Em 2022, conseguiu R\$ 180 milhões da gestora Odernes por meio de uma colocação privada de debêntures, e que agora quer reaver estes recursos, após o não pagamento de obrigações pelo grupo.

Entre os bancos credores, o BB aparecia no balanço do primeiro trimestre de 2023 como a maior dívida, de R\$ 410 milhões ao final de março. O Bradesco tinha R\$ 43 milhões e o ABC Brasil, R\$ 36 milhões. Entre os bancos menores, uma das dívidas mais altas era com o Banco Industrial do Brasil, de R\$ 49 milhões naquele mês, segundo o balanço.

Havia ainda dívidas em dólar e outras moedas estrangeiras, como a com o Banco Patagonia, que pertence ao BB, com o próprio BB e com o Banco Luso Brasileiro.



Coteminas atua no setor têxtil Foto: Divulgação / Coteminas

Na Shein, além do financiamento, a Coteminas fechou um memorando de entendimento, em abril de 2023, para que seus 2 mil fornecedores também fornecessem para o grupo chinês. Naquele momento, pressionada pelo governo, a Shein se comprometeu que 85% de suas vendas seriam de produtos fabricados no Brasil.

Em maio do ano passado, a Coteminas conseguiu renegociar dívidas com bancos, com redução de R\$ 464,2 milhões da parcela a pagar em 2023. Pela negociação, R\$ 324,7 milhões passaram a ter vencimento a partir de 2026.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/05/2024

BRASIL TEM SUPERÁVIT COMERCIAL DE US\$ 9 BILHÕES EM ABRIL

No ano, saldo da balança comercial brasileira é positivo em US\$ 27,7 bilhões, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Por Amanda Pupo (Broadcast)

BRASÍLIA - A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 9,041 bilhões em abril. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados nesta quarta-feira, 8, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 30,92 bilhões e importações de US\$ 21,879 bilhões.

No ano, o saldo é positivo em US\$ 27,736 bilhões.

Na última semana de abril (29 a 30), o superávit foi de US\$ 469,4 milhões, com vendas de US\$ 2,745 bilhões e compras de US\$ 2,275 bilhões.

O resultado do último mês veio pouco abaixo da mediana apontada no Projeções Broadcast, de US\$ 9,3 bilhões. O intervalo ia de superávit de US\$ 7,5 bilhões a US\$ 10,0 bilhões.



Em abril, as exportações registraram aumento de 14,1% na comparação com o mesmo período em 2023, mas houve queda de US\$ 700 milhões (-7,9%) em Agropecuária Foto: Anderson Coelho/Estadão

Em abril, as exportações registraram aumento de 14,1% na comparação com o mesmo período em 2023, devido à queda de US\$ 700 milhões (-7,9%) em Agropecuária; crescimento de US\$ 2,47 bilhões (48,6%) em Indústria Extrativa e alta de US\$ 2,15 bilhões (16,6%) em produtos da Indústria de

Transformação.

As importações também tiveram aumento, de 14,3%, em abril ante o mesmo mês do ano passado, com crescimento de US\$ 200 milhões (58,1%) em Agropecuária; queda de US\$ 50 milhões (-3,1%) em Indústria Extrativa e avanço de US\$ 2,59 bilhões (15,3%) em produtos da Indústria de Transformação.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 08/05/2024*

REONERAÇÃO DA FOLHA VAI ELEVAR FRETE E INFLAÇÃO OU DEMITIR PESSOAS, DIZ ASSOCIAÇÃO DE TRANSPORTES

Presidente da NTC&Logística, Eduardo RebuZZi, diz que se decisão do STF não for revertida, o impacto recairá sobre o preço final do produtos para os consumidores, além de aumentar o desemprego num setor que emprega diretamente 2 milhões de trabalhadores

Por Márcia De Chiara



Eduardo RebuZZi
Presidente da NTC&Logística
Foto: Johnny NASTRI/GMI. Foto: Foto: Johnny NASTRI/GMI

Entrevista com
Eduardo RebuZZi - Presidente da NTC&Logística

As empresas de transporte rodoviário de carga, que empregam diretamente 2 milhões de trabalhadores e desempenham papel estratégico no País, não estão preparadas para a mudança repentina da desoneração

da folha de pagamento, que vigora desde 2011, segundo Eduardo Rebuzzi, presidente da NTC&Logística, associação que representa as 160 mil companhias do setor.

O executivo está em Brasília desde terça-feira, 7, para acompanhar as negociações do Congresso com o Executivo e tentar reverter a decisão vigente desde 25 de abril quando o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin decidiu atender o pedido do presidente Lula e reonerar a folha de pagamento de 17 setores. Juntos, eles representam milhares de empresas que empregam cerca de 9 milhões de pessoas.

Segundo Rebuzzi, se a decisão for mantida, o impacto vai recair sobre a população, com aumento do custo do frete e do preço final do produtos. As transportadoras que não conseguirem repassar integralmente custos terão de demitir, diz ele.

“A mudança de regra cria uma insegurança jurídica muito grande para as empresas que investem e geram emprego”, afirma o presidente da NTC. O executivo acredita que a situação será revertida e defende uma saída negociada com prazos dilatados para algum tipo de mudança, não algo repentino. “Temos de negociar com equilíbrio.”

A decisão de Zanin veio depois que a Câmara e o Senado decidiram manter a desoneração da folha de pagamento dos setores. As duas Casas aprovaram a prorrogação do benefício por ampla maioria: na Câmara, foram 430 votos favoráveis e 17 contrários; enquanto que no Senado o tema foi aprovado em 10 minutos, por meio de votação simbólica.

Na sequência, a lei foi vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas o veto foi derrubado por placares igualmente folgados. No Senado, 60 senadores votaram pela derrubada, e 13 pela manutenção. Já na Câmara, foram 378 votos pela derrubada e 78 para sustentar o veto.

As negociações então recomeçaram com a proposta de um novo projeto de lei. Parlamentares avaliaram, então, que, se quisesse votos, o governo teria de ceder e se aproximar mais da proposta do Congresso. O projeto não avançou e o governo passou por cima da decisão do Congresso e recorreu ao STF.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

As empresas do setor de transportes estão preparadas para a reoneração da folha de pagamento?

A lei da desoneração da folha de pagamento existe desde 2011. Ou seja, estamos falando de 13 anos. E o transporte rodoviário de carga foi contemplado com a possibilidade de a empresa pagar sobre a folha de pagamento a Previdência, ou sobre faturamento, exatamente porque é grande empregador. Nós utilizamos muita mão de obra. Assim como os demais 16 setores que fazem parte (desse grupo) também utilizam muita mão de obra. O nosso setor emprega mais de 2 milhões de pessoas. Como esses setores reconhecidamente empregam muita mão de obra, identificou-se a possibilidade de incentivo de manutenção de emprego ou mesmo de nova geração de emprego se desonerasse a folha de pagamento. Isso é inteligente porque se você joga sobre a mão de obra um custo elevado, evidentemente que você cria um desincentivo: tira o interesse das empresas em contratar funcionários. Por isso, foi criada essa regra e ela vem se renovando. A última renovação foi feita ano passado. Depois de grande debate no Congresso Nacional, a lei foi aprovada. O Presidente da República vetou a lei, o veto foi cassado. A lei prevalecia desde janeiro de 2024 não só para o transporte de cargas, como para 17 setores que são grandes empregadores (até ser suspensa por liminar do STF). De pronto, há uma anomalia muito grande: uma lei vigente é derrubada, trazendo um pesado custo para as empresas dos 17 setores.



Eduardo Rebuzzi, presidente da NTC&Logística, defende uma saída negociada Foto: Johnny Nastri/GMI



Qual será o impacto da reoneração da folha para o setor de transporte de carga?

O transporte rodoviário de carga é um setor altamente competitivo. Ele trabalha em cima de leis de mercado de oferta e procura. O setor participa de licitações, de concorrência de preço, não tem concessão. Há no País cerca de 160 mil empresas. O valor que se deixou de pagar sobre a folha de pagamento nesse período e passou-se a recolher 1,5% sobre a receita não ficou disponível no caixa da empresas. Ele foi para o mercado porque as empresas disputam um mercado altamente competitivo. Os embarcadores, que são os contratantes do serviço, acabam recebendo esse benefício de forma indireta. As empresas de transporte hoje não estão em condições de uma hora para a outra, como está sendo feito agora, de uma forma totalmente anormal, com a decisão judicial (de voltar a pagar a alíquota cheia). É lógico que a Justiça está aí e a gente respeita a regra. Esperamos que a decisão seja revertida.

Qual vai ser o impacto direto dessa mudança se a desoneração cair efetivamente?

Se ela cair, efetivamente, nós esperamos que não e estamos agindo com muita cautela ainda. Eu estou em Brasília hoje (ontem). Amanhã (hoje) teremos uma grande reunião aqui na Câmara dos Deputados. Tem duas situações que podem acontecer cumulativamente. A primeira coisa, as empresas vão procurar repassar para o mercado, para a cadeia produtiva, para os seus contratantes, o aumento de custo. O primeiro impacto é aumentar o preço do frete e não tem como ser diferente.

Em quanto?

Não dá pra falar em quanto, porque cada empresa tem uma característica própria. Quem contrata, o setor de carga fracionada, por exemplo, que usa muita mão de obra, vai ter um impacto maior. Setores que usam menos mão de obra vão ter um impacto menor. Se você for ao mercado e conseguir repassar seu custo integral, vai aumentar o frete. Aumentando o frete, quem contrata o frete vai aumentar o preço do produto. Vamos dizer que no melhor dos mundos, as empresas conseguem repassar plenamente o aumento de custo, que será repassado para a cadeia produtiva, chega ao preço final, aumenta a inflação e cai na conta do consumidor. Essa é uma opção. Outro impacto é as empresas não conseguirem repassar o custo integral e demitirem, gerando desemprego, obviamente. As empresas vão ter de reduzir o custo para poder continuar com suas operações.

Qual o provável tamanho das demissões?

Alguns falam em 10% (do total de empregados). Eu não posso precisar exatamente, mas com certeza vai ter demissão no setor. Ou você aumenta o custo e vai bater na inflação e no consumidor final. Ou você vai ter de mandar gente embora para reduzir seu custo e continuar funcionando. Existe, sim, risco de demissão. E me assusta muito porque a gente vive hoje num mercado em que você está incentivando a contratação de mão de obra de melhoria de vida das pessoas. E de repente, você vai ser obrigado a começar a demitir.

Esses 2 milhões de trabalhadores são diretos ou indiretos?

Diretos.

As empresas não estão preparadas para o fim da desoneração da Folha neste momento?

O que a gente sabe é que a desoneração da folha é uma lei que tem 13 anos de vigência, não é de ontem, O governo derrubar essa lei, como está querendo, de uma hora para a outra. Se você quer mudar uma situação, precisa ser feito algo negociado, como foi feito ano passado dentro do Congresso. Se negocia, se propõe uma lei, se propõe uma redução, se encontra uma alternativa. Eu canso de ouvir parlamentares falando que onerar a mão de obra é uma decisão errada, porque gera desemprego. Setores que têm pouco emprego e têm grande receita não estão nem preocupados com isso. Mas nós estamos preocupados porque temos muita mão de obra e ela pesa muito para a gente, representa 40% do custo.

O sr. está em Brasília neste momento. Há alguma sinalização de uma saída negociada?

Estamos tentando reverter a situação e temos a expectativa de que algo seja feito nesse sentido. O governo está percebendo que esses setores contemplam milhões de trabalhadores e que ele não pode tratar sobre isso sem fazer uma negociação e uma decisão bastante assertiva. A mudança de

regra cria uma insegurança jurídica muito grande para as empresas que investem e geram emprego. Acreditamos e esperamos que essa situação seja revertida. E que se algo for feito, seja feito mediante negociação e com prazo, não é algo repentino. Temos de negociar com equilíbrio.

Como as empresas vão resolver, do ponto de vista prático, essa questão de ter de recolher até o dia 20 de maio a tributação sobre a folha de pagamento de abril sem a desoneração?

Isso é um absurdo. A gente não pode entender isso como uma coisa equilibrada e correta. Muitas empresas, com certeza, não vão conseguir recolher. Porque essa cifra não está na sua planilha de custos. Elas não têm caixa pra cumprir essa despesa extra.

O sr. acha que será possível chegar a um acordo, uma negociação, antes do dia 20 para resolver esse problema ou não?

Acho factível sim, mas depende de quem tem o poder da caneta. Pessoalmente, espero que se consiga (chegar a um acordo). Porque eu acho que o bom senso tem de prevalecer. Temos expectativa de que vamos conseguir reverter. Estamos falando para as nossas empresas que aguardem para ver o que mais vai acontecer. Caso contrário, vamos ter de judicializar. Alguma medida vamos tomar na defesa das empresas. Pode até caber ir para Justiça para tentar recolher sobre o faturamento e adiar o depósito do recolhimento sobre a folha.

Quantos empregos foram gerados desde o início da desoneração no setor de transportes?

Ao longo desse período, o nosso setor cresceu mais 10% a mão de obra. E nos últimos quatro anos, uns 35%. Nos últimos quatro anos aumentou muito a quantidade de empregados.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/05/2024

CHINA ANUNCIA TER LANÇADO O MAIOR NAVIO PORTA-CONTÊNERES ELÉTRICO DO MUNDO

Segundo a estatal CCTV, o Cosco Shipping Greenwater 01 concluiu sua viagem inaugural na segunda-feira, 6, e tem capacidade para transportar 10 mil toneladas

Por Clayton Freitas

A chinesa Cosco Shipping, uma das principais empresas de transporte marítimo do mundo, lançou o porta-contêineres Cosco Shipping Greenwater 01. Segundo reportagem da agência estatal chinesa de notícias CCTV, o navio tem 119,8 metros de comprimento e 23,6 metros de largura, equivalente ao tamanho de 10 quadras de futebol. A embarcação é movida por 24 caixas de baterias, o que lhe confere, segundo a empresa, o título de maior porta-contêineres movido a energia elétrica do planeta.

Segundo a CCTV, o navio concluiu a sua viagem inaugural na segunda-feira, 6, e atracou no porto de Yangshan, em Xangai, no leste da China. Ele fará viagens regulares toda semana e percorrerá as principais cidades da região costeira oriental do país.



Cosco Shipping Green Water 01 é o maior navio porta-contêineres puramente elétrico do mundo, segundo estatal chinesa. Foto: CCTV/Reprodução

A embarcação poderá acomodar baterias reserva. Elas serão colocadas em contêineres que podem ser embarcados junto às demais cargas, o que pode ser a solução para longas permanências e demoras em operações de carga ou descarga.

Wang Jun, capitão do Cosco Shipping Greenwater 01, disse em entrevista à CCTV que a energia fornecida pelas 24 caixas de bateria pode atender às necessidades de uma viagem de ida e volta do navio, que muitas vezes consome cerca de 80 mil kWh de eletricidade, o equivalente a cerca de 15



toneladas de custo de petróleo para um navio movido a combustível. Não foi informada qual é a autonomia da embarcação.

Ainda segundo a reportagem, a cada 100 milhas náuticas navegadas, o navio-contêiner economiza 3,9 mil quilos de combustível, reduzindo as emissões de dióxido de carbono em 12,4 toneladas.

Ao atracar no porto de Yangshan, o navio passou por inspeção da segurança marítima. Eles verificaram os sistemas de detecção de incêndio e de alarme do compartimento de baterias do navio. Além disso, segundo a CCTV, forneceram treinamento à tripulação para lidar com eventuais emergências.

“A maior diferença na resposta a um acidente de incêndio entre uma bateria de fosfato de ferro-lítio e uma bateria convencional reside no fato de que a primeira não pode ser extinta pelo dióxido de carbono ou pela água normalmente usados pelos navios comuns”, afirmou Zhang Lifu, um dos policiais do porto, à CCTV.

“Para este método de extinção de incêndio, a parte mais desafiadora é treinar os membros da tripulação para que possam detectar o acidente de incêndio nas caixas de bateria com antecedência e tomar as respostas de emergência conforme necessário”, complementou.

Gigantes

Apesar de a Cosco afirmar que o Greenwater 01 tem o título de maior porta-contêineres elétrico do mundo, ele não é o maior porta-contêineres no geral. Por ora, quem detém o título é o MSC Michel Cappellini, com seus 400 metros de comprimento e 61,5 metros de largura - ele comporta 24.346 contêineres. Em média, um contêiner possui 6 metros de comprimento por 2 metros de altura e largura.

Quem corre para conseguir o título de maior embarcação movida a energia limpa do mundo é a sueca Oceabird, que está projetando um cargueiro para transportar veículos movido a energia eólica. O projeto indica que a embarcação terá 220 metros de comprimento e 40 metros de largura e deve ficar pronto em 2027, segundo a empresa. Ele será capaz de transportar 7 mil veículos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/05/2024

COTEMINAS, DE JOSUÉ GOMES DA SILVA, PEDE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Justiça aprovou o pedido feito pela empresa do atual presidente da Fiesp; grupo havia havia fechado, no ano passado, um acordo com a Shein para fornecimento de produtos

Por Carolina Maingué Pires (Broadcast), Altamiro Silva Junior (Broadcast) e Jorge Barbosa (Broadcast)

A empresa do setor têxtil Coteminas, que pertence ao empresário Josué Gomes da Silva, atual presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), entrou em recuperação judicial. Segundo a empresa informou nesta quarta-feira, 8, a Justiça deferiu, em tutela de urgência, a suspensão das cobranças de dívidas do grupo em função do pedido de recuperação.

O pedido foi motivado por um vencimento antecipado de debêntures (títulos de dívida) cobrado pelo fundo FIP Odernes, que solicitou acesso a ações da Ammo Varejo, controlada do grupo, como garantia pelo não pagamento dos débitos.

Segundo a Coteminas, a empresa vem tendo seus negócios “negativamente impactados pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras desde o fim da pandemia”. Neste sentido, o pedido de recuperação judicial foi solicitado como forma de garantir a preservação das atividades da companhia e suas subsidiárias “que ficariam sujeitas a dano irreparável”, conforme o fato relevante.

No ano passado, a companhia havia fechado um acordo com a varejista chinesa Shein para fornecimento de produtos, para atender os mercados doméstico e da América Latina.



Foto de divulgação da empresa mostra fábrica da Coteminas
Foto: Divulgação/Coteminas

A recuperação judicial envolve a Coteminas e suas controladas, Ammo Varejo e Springs Global. O grupo vem nos últimos anos tentando resolver problemas financeiros.

A Ammo, que é dona de marcas como MMartan, Artex e Santista, tentou abrir o capital em 2021, mas com o fechamento do mercado, que não se reabriu até hoje, o plano foi engavetado.

Em junho de 2022, para levantar recursos no mercado, a Ammo tentou levantar R\$ 300 milhões em uma emissão de debêntures privada. Os papéis eram conversíveis em ações, com prazo de 5 anos, portanto vencendo em 2027.

Desse total, conseguiu colocar R\$ 180 milhões, que ficaram com a Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em março de 2023, a Coteminas não conseguiu cumprir obrigações financeiras (covenants) referentes a estes papéis, conforme explica em notas em seu balanço do primeiro trimestre de 2023, o último divulgado desde então. Nas notas explicativas, a Coteminas ressalta que as obrigações não pagas viraram passivo no balanço da Ammo.

Pelo contrato das debêntures, a quebra dos covenants pode desencadear o vencimento antecipado dos papéis. E foi isso que a Odernes fez agora, após rodadas de conversas com os controladores.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/05/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

ALVO DE CRÍTICAS, PADILHA RETOMA OFENSIVA PARA APROXIMAR MINISTROS DA ESPLANADA DE LÍDERES DA BASE ALIADA

Encontros com parlamentares começaram em abril e a intenção da equipe de articulação política é intensificá-los agora no mês de maio

Por Renan Truffi e Fabio Murakawa, Valor — Brasília



Ministro Alexandre Padilha — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo - 12/9/2023

Alvo de constantes críticas da cúpula do Congresso Nacional, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha (PT-SP), retomou nesta semana uma ofensiva para aproximar ministros da Esplanada de líderes e vice-líderes da base aliada governista no Parlamento. Na prática, tratam-se de reuniões ampliadas entre alguns dos principais ministros da gestão petista e representantes do

governo tanto na Câmara como no Senado.

Esses encontros começaram em abril e a intenção da equipe de articulação política é intensificá-los agora no mês de maio. Nesta quarta-feira (8), por exemplo, Padilha capitaneou uma reunião, no

Palácio do Planalto, entre a ministra da Saúde, Nísia Trindade, e um grupo de parlamentares próximos ao Executivo.

Do lado da Câmara, por exemplo, participaram deputados como Lídice da Mata (PSB-BA), Laura Carneiro (PSD-RJ), José Nelto (PP-GO), Alencar Santana (PT-SP), Ana Paula Lima (PT-SC), Daniel Almeida (PCdoB-BA) e Netto Carletto (PP-BA), entre outros. Do lado do Senado, por sua vez, estava presente a senadora Leila Barros (PDT-DF).

Há alguns meses, a ministra da Saúde entrou na mira do Centrão por "supostamente" dificultar o direcionamento de emendas para ações ligadas aos Estados controlados pelo bloco político. Diante da recorrência nas críticas, entrou em campo o habilidoso secretário-executivo de Nísia. Trata-se de Swedenberger Barbosa, homem de confiança do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, que tem auxiliado a ministra na distribuição dessas emendas.

O Valor apurou que a intenção de Padilha é realizar mais uma série de reuniões deste tipo ainda em maio. Estão previstos, por exemplo, encontros com os ministros do Esporte, André Fufuca (PP-MA), da Cultura, Margareth Menezes, e da Educação, Camilo Santana (PT-CE).

Em abril, Padilha também reuniu integrantes do União Brasil com os respectivos ministros do partido no governo, como o titular da Comunicação, Juscelino Filho, e do Turismo, Celso Sabino, além do líder da bancada na Câmara, Elmar Nascimento (BA). Na sequência, foram realizadas reuniões entre parlamentares do Republicanos e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), que também integra as fileiras.

Além disso, Padilha também marcou um encontro entre o ministro do Esporte, André Fufuca, e líder do partido, Dr. Luizinho (PP-RJ). O MDB, por sua vez, teve as presenças dos ministros Jader Filho (Cidades) e Renan Filho (Transportes), que também se reuniram com Padilha e alguns parlamentares da base.

O objetivo dos encontros é aproximar líderes e vice-líderes das principais ações do governo, como, por exemplo, o Novo PAC, como está sendo chamada a nova versão do "Programa de Aceleração do Crescimento". Na avaliação da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), esses programas têm realizado entregas importantes e é fundamental aproximar os parlamentares delas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/05/2024

TOCHA OLÍMPICA CHEGA A MARSELHA COM SEGURANÇA MÁXIMA

Veleiro Belém transportou a tocha de Atenas, na Grécia, para a cidade francesa

Por Valor — São Paulo



Tocha Jogos de Paris — Foto: Associated Press (AP)

Milhares de pessoas reuniram-se nesta quarta-feira (8) em Marselha, a principal cidade portuária francesa na costa do Mediterrâneo, para receber a tocha olímpica e assinalar mais um marco antes dos Jogos Olímpicos de Verão em Paris.

O Belém, um veleiro de três mastros batizado em homenagem a Belém do Pará, transportou a tocha olímpica para uma cerimônia de boas-vindas. Ao som de La Marseille, hino nacional da França, o veleiro entrou no porto. Aviões da Força Aérea Francesa sobrevoaram e desenharam no céu os cinco anéis olímpicos e depois as cores vermelha, azul e branca da bandeira nacional.

A tocha foi acesa na Grécia antiga no mês passado, antes de ser oficialmente entregue à França. Saiu de Atenas no Belém, veleiro que zarpu pela primeira vez em 1896, exatamente ano em que foram realizados os primeiros Jogos Olímpicos modernos. Em sua viagem inaugural, se dirigiu ao

entreposto comercial de Belém do Pará, cidade brasileira que lhe deu o nome e de onde transportava cacau, rum e açúcar para França.

A segurança dos visitantes e residentes era uma prioridade máxima para as autoridades de Marselha, a segunda maior cidade de França, com quase um milhão de habitantes. Mais de 8.000 agentes foram mobilizados em torno do porto.

O presidente Emmanuel Macron reuniu-se com atletas olímpicos franceses que navegaram no Belém ao chegar a Marselha. O nadador olímpico francês Florent Manaudou, campeão olímpico dos 50 metros livres em Londres em 2012, se tornou o primeiro portador da tocha na França. Ele a recebeu dentro do veleiro Belém e a levou para terra firme, em Marselha.

“O retorno dos Jogos ao nosso país será uma celebração fantástica”, disse Tony Estanguet, campeão olímpico de canoagem e presidente dos Jogos Paris 2024.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/05/2024

MÚCIO PRORROGA EFEITOS DA PORTARIA SOBRE USO DAS FORÇAS ARMADAS PARA GLO EM ALGUNS PORTOS DO PAÍS

Por Valor, Valor — Brasília



— Foto: *Silvia Zamboni/ Valor*

O ministro da Defesa, José Múcio, prorrogou até 4 de junho de 2024 os efeitos de portaria, editada em novembro de 2023, que estabeleceu a diretriz ministerial para orientar o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Porto do Rio de Janeiro (RJ); no Porto de Itaguaí (RJ); no Porto de Santos (SP); no Aeroporto Internacional Tom Jobim (Aeroporto do Galeão) - Rio de Janeiro (RJ); e no Aeroporto Internacional de São

Paulo – Guarulhos (SP).

Segundo portaria publicada nesta quarta-feira no Diário oficial da União, ficam mantidas as diretrizes ministeriais e as instruções para o Emprego das Forças Armadas oriundas das Diretrizes Ministeriais.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/05/2024

A DISPUTA JUDICIAL DE RUBENS OMETTO, DONO DA COSAN, CONTRA A ANP PARA LIBERAR O GASODUTO DA COMPASS

Além do órgão regulador, companhia enfrenta questionamentos de rivais do setor

Por Taís Hirata e Robson Rodrigues, Valor — São Paulo



Terminal de Regaseificação de São Paulo — Foto: Divulgação

A Compass, empresa de gás natural do grupo Cosan, enfrenta uma disputa judicial e administrativa para obter a liberação definitiva de seu Terminal de Regaseificação de São Paulo (TRSP), no Porto de Santos, um empreendimento que já consumiu mais de R\$ 1 bilhão de investimentos.

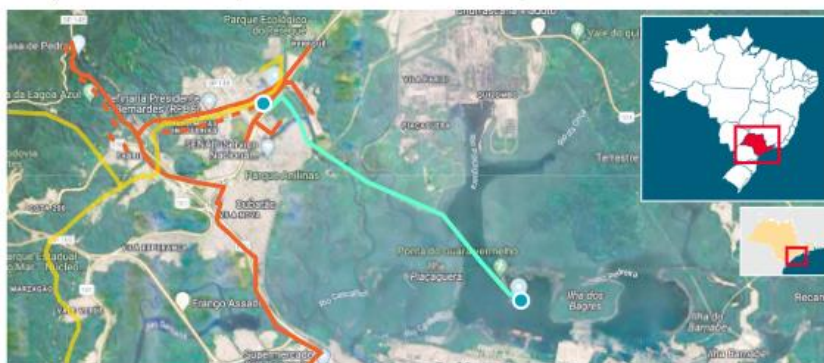
O terminal está pronto desde o início deste ano, mas a autorização final da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) segue pendente e já virou uma briga judicial entre a empresa e órgão regulador. Além disso, há questionamentos de outras companhias do setor de gás natural, que também acionam a Justiça

contra a operação, sob a alegação de que está em curso a formação de um monopólio regional do gás em São Paulo pela Cosan.

O TRSP deverá fornecer gás à Comgás, distribuidora paulista também controlada pela Cosan. Na prática, o terminal tem o potencial de substituir a Petrobras, que hoje é a principal provedora de gás da concessionária.

Terminal de gás

Compass enfrenta disputa em torno de novo empreendimento



14 milhões de m³
por dia é a capacidade de regaseificação do terminal

3,1 milhões de m³
por dia é o volume do terminal já contratado pela Comgás, com possibilidade de adicional de 1,5 milhões de m³ por dia

16 milhões de m³
por dia é a capacidade de movimentação do Novo Gasoduto Subida da Serra

Fontes: FGV-Ceri, com informações do TRSP (2020), ANP

Por enquanto, a Compass garantiu um contrato para vender 3 mil m³ de gás por dia à Comgás, em um processo competitivo realizado em 2020. Esse volume representa cerca de um terço do total distribuído pela Comgás, e o restante ainda vem da Petrobras. Porém, o peso da TRSP, que tem capacidade de 14 milhões de m³ por dia, tende a avançar.

A disputa em torno do projeto de gás natural da Cosan se arrasta há anos, mas nas últimas semanas a briga subiu de patamar e chegou à Justiça.

O pontapé do conflito judicial se deu em 7 de abril, quando a Compass decidiu começar a operação do TRSP, mesmo sem o aval definitivo da ANP. Para isso, a empresa evocou a Lei da Liberdade Econômica: o argumento é que, como o regulador não se manifestou sobre a liberação no prazo de 60 dias após a apresentação de todos os documentos requeridos, há uma aprovação tácita.

Em reação, a ANP determinou a suspensão do funcionamento do TRSP, com a aplicação de multa diária em caso de descumprimento. Na sequência, a Compass acionou a Justiça Federal e conseguiu reverter a determinação e manter o terminal operando.

O próprio processo administrativo da ANP se tornou alvo de uma segunda ação judicial da Compass, que pede acesso a documentos e as notas técnicas da agência reguladora classificados como sigilosos. Uma fonte próxima ao grupo diz que não está claro qual o argumento técnico do órgão para barrar a operação.



Na disputa, o governo de São Paulo e a Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo) estão do lado da Compass. Os órgãos paulistas também pediram à ANP acesso aos documentos do TRSP, sem sucesso, diz outra fonte.

Em outra frente de disputa, está uma briga com os transportadores de gás. O início da operação do TRSP gerou uma outra ação judicial, movida pela ATGás (Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto). A Justiça negou a liminar para barrar o terminal, mas ainda analisa o mérito do caso.

A ATGás reúne empresas como a NTS (Nova Transportadora do Sudeste), que tem como acionistas a Brookfield e Itaúsa, e a TBG (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil), controlada pela Petrobras. O presidente-executivo, Rogério Manso, afirma que a entidade não é a única opositora do projeto e que atua no imbróglio com o apoio das associações de grandes produtores, como o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), e de grandes consumidores.

Para a ATGás, a crítica não é ao TRSP em si, mas à forma de escoamento do gás do terminal. Mais especificamente, a briga das transportadoras é em torno do novo gasoduto da Subida da Serra, construído pela Comgás para interligar a Baixada Santista ao restante do Estado — e que, portanto, é parte da rede que levará o gás do TRSP às demais cidades atendidas pela Comgás.

Esse gasoduto está no centro de um impasse federativo entre ANP e Arsesp. A agência estadual classificou o gasoduto como de distribuição, compondo parte da base de ativos da concessionária Comgás. Já o órgão federal considerou o ativo como de transporte. Trata-se de uma definição técnica, mas que na prática representa uma diferença de custo no preço final, porque o gás que passa pela rede de transporte precisa pagar uma tarifa específica, o que não acontece na rede de distribuição. A discussão se arrasta há anos, sem definição.

A ATGás aponta uma série de riscos trazidos pelo novo gasoduto, e considera que o TRSP é apenas parte do projeto de gás da Cosan, que inclui o terminal, o gasoduto e a distribuição do gás.

A primeira crítica se refere justamente à verticalização da infraestrutura de gás em São Paulo, dado que a Compass (dona do terminal) e a Comgás (dona do gasoduto e distribuidora) são controladas pela Cosan.

Além disso, a entidade afirma que caso o gasoduto seja considerado de distribuição, haverá um impacto de aumento de tarifas aos usuários da rede de transporte, que em última instância pode colapsar todo o sistema nacional de transporte de gás, que é custeado em um modelo de “condomínio”, em que o custo é fixo e é rateado entre usuários. “Se o custo é dividido por menos usuários, os demais vão pagar mais. Isso pode criar, no longo prazo, a chamada ‘espiral da morte’, em que a tarifa vai subindo. Aí outro não vai conseguir pagar, até que aquilo colapsa”, diz Manso.

Um estudo da FGV-Ceri (Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura) contratado pela ATGás apontou que o novo gasoduto pode provocar um aumento tarifário médio de 6% até 14%. O estudo também critica o TRSP, afirmando que o menor custo do gás fornecido pelo terminal à Comgás “é ilusório e artificial”, porque “não decorre de ambiente competitivo” e favorece a “formação de monopólio regional”, além de ser baseado na “supressão indevida da parcela de transporte”.

Do outro lado, a Compass e a Arsesp defendem que a nova Subida da Serra é apenas um reforço de outro gasoduto de distribuição já existente, com traçado semelhante, e refutam os argumentos de que o ativo é de transporte.

Diante da controvérsia, a ANP buscou costurar um acordo entre as partes. A solução, colocada em consulta pública em 2023, trazia um meio-termo: previa que a Subida da Serra seguiria como gasoduto de distribuição, mas com algumas restrições, por exemplo, para impedir a interligação com outros Estados e com controle do volume transportado.

A proposta obteve aval da Compass e do governo paulista, mas não agradou a ATGás, que também acionou a Justiça contra o acordo, segundo Manso. Novamente a liminar foi negada, mas a ação ainda será julgada.

Além disso, o acordo tampouco foi formalizado pela ANP. Em meio ao imbróglio, a nova Subida da Serra ficou pronta e passou a operar em 2023, como parte da rede de distribuição da Comgás.

Procurada, a ANP afirmou que o processo de autorização do TRSP “está em análise e seguindo os trâmites internos necessários à outorga”. A agência diz que foi “obrigada a agir diante de fato que configura violação às normas aplicáveis”, dado que o TRSP começou a operar sem autorização da ANP. Sobre o sigilo aos documentos do processo, o órgão diz que “segue o regramento legal no que se refere à classificação de documentos”. Sobre o gasoduto, a ANP afirma que “está aprofundando a análise” sobre o acordo e que não há decisão final.

A Compass informa, em nota, que “detém todas as 33 licenças e autorizações dos órgãos federais, estaduais e municipais competentes, entre eles, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a Autoridade Portuária de Santos (APS), a Marinha do Brasil e os municípios de Santos e Cubatão, além de quatro autorizações da própria Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)”.

Em relação ao gasoduto da Subida da Serra, a Arsesp afirmou que “mantém sua posição técnica quanto à classificação realizada como duto de distribuição”, mas “sem prejuízo de ter colaborado com a consulta pública realizada pela ANP com proposta de harmonização regulatória, cujo procedimento não teve ainda novo andamento pela agência federal”.

O IBP reiterou sua oposição à classificação do gasoduto como ativo de distribuição e disse que, sobre o TRSP, preferia não comentar.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/05/2024

RIO GRANDE DO SUL AINDA TEM 41 RODOVIAS COM BLOQUEIOS; GOVERNO FEDERAL ESTUDA AMPLIAR MALHA AÉREA

O governo federal também afirma que irá disponibilizar funcionários da estatal Infraero para ajudar o aeroporto e buscará uma estratégia para viabilizar a chegada de insumos essenciais

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo



Canoas, RS — Foto: Ricardo Stuckert / PR

Rio Grande do Sul tem lentamente liberado bloqueios em rodovias, causados pelas enchentes que atingem o Estado, mas na manhã desta terça-feira (7) ainda havia 95 pontos de bloqueio parcial ou total, em 41 estradas, segundo boletim da secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado.

Diante do fechamento do aeroporto de Porto Alegre, sem prazo para retomada das operações, o Ministério de Portos e Aeroportos também tem buscado alternativas para apoiar a logística da região. Na noite de ontem, a pasta informou que em 24h seria apresentado um “plano de ampliação da malha aérea no Rio Grande do Sul”. O governo federal também afirma que irá disponibilizar funcionários da estatal Infraero para ajudar o aeroporto e buscará uma estratégia para viabilizar a chegada de insumos essenciais, como combustível, água, medicamentos, alimentos, entre outros.

Na manhã desta terça, a autoridade portuária Portos RS também atualizou a situação nos portos públicos. O terminal de Porto Alegre segue fechado devido à inundação que atinge a área. A estatal

também informou que a operação do Porto de Pelotas está parcialmente suspensa, com a paralisação das operações de embarque da fabricante de celulose chilena CMPC. Já o Porto do Rio Grande está operando normalmente, segundo a estatal. Houve a suspensão apenas da travessia de passageiros para a cidade de São José do Norte, mas a balsa para os veículos está em funcionamento.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/05/2024



AGÊNCIA BRASIL - DF

MINERADORAS REGISTRAM ALTA NO 1º TRIMESTRE E CRITICAM IMPOSTO SELETIVO

Por Léo Rodrigues - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro



O balanço do primeiro trimestre de 2024 do setor minerário revela um melhor desempenho na comparação com o mesmo período de 2023. Houve alta de 25% no faturamento e de 18,3% nas exportações.

Os dados foram apresentados na última quinta-feira (2) pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que representa as maiores mineradoras do país. Além de detalhar os resultados, diretores da entidade fizeram críticas à implantação do Imposto Seletivo, tal como previsto na reforma tributária.

O faturamento do setor no primeiro trimestre de 2024 foi de R\$ 68 bilhões. A alta de 25% foi impulsionada principalmente pelos dois estados mais mineradores do país, que registraram expansão acima da média nacional. Minas Gerais, com alta de 29% na comparação com o mesmo período do ano passado, alcançou faturamento de R\$ 28,2 bilhões. Já o Pará subiu 34% chegando a R\$ 25,1 bilhões.

O minério de ferro respondeu por 64,2% de todo o faturamento do setor e ocupa com folga o topo da lista dos produtos de maior impacto no desempenho. Em seguida, aparecem cobre, com 7% de participação, e ouro, com 6,8%.

"As chuvas desse ano não tiveram um impacto tão negativo como no passado. O primeiro trimestre é um período onde geralmente há o impacto de chuvas fortes. E nesse ano, felizmente, elas foram mais bem distribuídas. Isso afetou menos a produção. Por isso, também tivemos esses resultados melhores", disse Julio Nery, diretor de sustentabilidade do Ibram.

Ele acrescentou que as projeções são otimistas também para o restante do ano, o que vem se reforçando por relatórios parciais produzidos pelas mineradoras.

Imposto Seletivo

O Ibram manifestou preocupação com a adoção do Imposto Seletivo e considerou que, da forma como está sendo proposto, o tributo assume viés arrecadatório. "A gente segue trabalhando na linha de levar uma informação qualificada, de apresentar estudos sobre competitividade e sobre tributação", disse Rinaldo Mancin, diretor de relações institucionais do Ibram.

O Imposto Seletivo tem por princípio a seletividade, isto é, usa a tributação para desencorajar o consumo de bens selecionados. Ele foi adotado por outras nações e ganhou o apelido em inglês por Sin Tax (imposto do pecado, em tradução literal).

No Brasil, ele é um dos novos tributos previstos na reforma tributária aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional. O artigo 153 da Constituição Federal foi alterado para incluir um novo inciso. Ele estabelece um imposto sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A reforma tributária, no entanto, fixou a necessidade de uma Lei Complementar para regulamentar o tributo. Nela, deverão ficar definidos quais os produtos serão taxados, bem como as alíquotas e as regras. Dessa forma, a discussão envolve o Projeto de Lei Complementar 68/2024, apresentado pelo governo federal recentemente. Ele prevê a incidência do Imposto Seletivo para veículos, embarcações e aeronaves, produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas e bens minerais extraídos.

"Não tenha dúvida que reduz a atratividade do Brasil como destino porque eu estou mexendo em algo que possui um planejamento sofisticado, de longo prazo. Mercado de minério de ferro é um mercado extremamente sofisticado, os contratos são negociados com muita antecedência", disse Mancin.

Além de criar o Imposto Seletivo, a reforma tributária estabeleceu que - a partir de 2033 - o ICMS e o IPI serão unificados a outros três tributos (ISS, PIS e Cofins), de forma a simplificar o sistema. Haveria, assim, uma única cobrança, com a arrecadação sendo repartida entre a esfera federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e as esferas estadual e municipal (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS). De acordo com Mancin, o Ibram tem visão convergente com a reforma tributária, porém, não concorda com a cobrança do Imposto Seletivo.

Mapa da mineração

O diretor-presidente do Ibram, Raul Jungmann, comentou o levantamento das áreas de mineração industrial e garimpo realizado pelo MapBiomias, uma rede colaborativa formada por organizações não governamentais, universidades e empresas de tecnologia. Produzido a partir de imagens de satélites, ele mostra a evolução ocorrida no país entre 1985 e 2020.



O diretor do IBRAM, Raul Jungmann, discursa durante celebração dos 46 anos do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram),

Raul Jungmann mostra-se preocupado com projetos tramitando no Congresso sem a necessária discussão - Foto - Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Os dados revelam que, desde 2018, as áreas de garimpo - incluindo as atividades legais e as ilegais - superam as áreas de mineração industrial. Também indica que a mineração como um todo avançou mais de

600% no Brasil entre 1985 e 2020.

Em 2020, último ano que aparece no levantamento divulgado, o garimpo respondeu por 107,8 mil hectares. Já a mineração industrial explorou 98,3 mil hectares. No recorte por biomas, 72,50% de toda a área minerada do Brasil ficam na Floresta Amazônica. Outros 14,7% situam-se na Mata Atlântica e 9,9% no Cerrado.

No período entre 1985 e 2020, a área garimpada dentro de unidades de conservação subiu cerca de 300%. Nessas áreas, é proibida a mineração e, portanto, todas as atividades que ocorrem nelas são ilegais. "Isso é inadmissível. É um caso de polícia", lamenta Jungmann. Pelos dados do MapBiomias,

atualmente 50% do garimpo ocorrem em unidades de conservação ou em terras indígenas, onde a atividade também é vedada.

Jungmann manifestou preocupação com projetos de lei tramitando em ritmo acelerado na Câmara e no Senado, sem a necessária discussão. Segundo ele, há propostas que facilitam a expansão do garimpo e que abrem margem para acabar beneficiando inclusive a prática ilegal. Além disso, ele critica a possibilidade de que o garimpo possa avançar sobre áreas já concedidas a mineradoras.

Garimpo ilegal

O Ibram tem nos últimos tempos cobrado maior fiscalização do garimpo ilegal e discussão do marco regulatório. Enquanto as empresas mineradoras podem refinar, fundir e exportar os minerais extraídos, o garimpeiro recebe apenas autorização para extração local e venda às chamadas Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs). São instituições autorizadas pelo Banco Central e funcionam como a porta de entrada do ouro e de outros minerais para o sistema financeiro, para o mercado internacional ou joalherias.

Ocorre que o ouro extraído de áreas ilegais geralmente é levado para regiões em que há atuação do garimpo legal, onde intermediários locais realizam a venda às DTVMs. "Já pedimos investigação de algumas DTVMs e estamos sendo processados por elas, com muito gosto porque nosso posicionamento é verticalmente contrário ao que elas representam", finalizou Jungmann.

Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 08/05/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CBC RECONDUZ SILVIO VASCO CAMPOS JORGE PARA MAIS UM BIÊNIO

Da Redação NAVEGAÇÃO 08/05/2024 - 17:28



A Câmara Brasileira de Contêineres, Transporte Ferroviário e Multimodal (CBC) realizou em 25 de abril a sua 42ª Assembleia Geral Ordinária, quando reconduziu para presidente Silvio Vasco Campos Jorge, para mais um biênio.

Os membros da diretoria da CBC para o Biênio 2024/2026 são os seguintes:

Diretoria-geral - presidente: Silvio Vasco Campos Jorge; Vice-presidente de contêiner: Carlos Oswaldo Bezerra de Miranda; vice-presidente de transporte multimodal: Aluisio de Souza Sobreira; diretor executivo: Cláudio Luiz de Viveiros; diretor de planejamento: Jorge Antonio de Almeida; diretor de desenvolvimento: Ian Gordon Petersen; diretor institucional: José Nicola Benedetti.

Conselho fiscal - presidente: Jorge Luiz Vieira Coelho; membro efetivo: Carlos Monteiro Oliveira; membro efetivo: Raphael Galvão Flores Júnior; membro suplente: Rodrigo Rebouças Pereira; membro suplente: Eduardo Gomes Soares; membro suplente: Antonio Fabrício Santana.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 08/05/2024

CLASSNK LANÇA NOVO RELATÓRIO DE INSIGHTS SOBRE COMBUSTÍVEIS ALTERNATIVOS

Da Redação NAVEGAÇÃO 08/05/2024 - 17:21

A ClassNK lançou nesta quarta-feira (8) um novo relatório analisando as últimas tendências para combustíveis alternativos.

O relatório de 67 páginas de acesso gratuito, "ClassNK Alternative Fuels Insight", compreende quatro capítulos: Compreendendo as regulamentações, Compreendendo as tendências, Compreendendo os combustíveis alternativos e Compreendendo os custos.

A ClassNK afirma que planeja atualizar a documentação periodicamente de acordo com os desenvolvimentos da indústria.

“Em meio à necessidade premente de redução das emissões de GEE em toda a sociedade, estão sendo introduzidas regulamentações destinadas a promover ainda mais a redução das emissões de GEE no transporte marítimo internacional. Isto anuncia a chegada de uma era em que as emissões de GEE dos navios incorrerão em custos”, afirmou a ClassNK num comunicado de imprensa juntamente com o lançamento do relatório.

“Nesta situação, para reduzir as emissões de GEE dos navios, juntamente com melhorias na eficiência energética, a adoção de combustíveis alternativos com menores impactos ambientais tornar-se-á essencial no futuro. No entanto, dada a vasta gama de combustíveis alternativos disponíveis para os navios, é necessário compreender não apenas os aspectos técnicos, mas também as tendências, incluindo a disponibilidade de combustível e as previsões de custos, para fazer seleções adequadas de combustível.”

A versão do ClassNK Alternative Fuels Insight pode ser encontrada aqui: <https://bit.ly/4aalFvI>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/05/2024

FROTA DE CONTÊINERES ATINGE CAPACIDADE RECORDE

Da Redação NAVEGAÇÃO 08/05/2024 - 17:18



A frota global de navios porta-contêineres atinge crescimento recorde na capacidade em TEUs adicionados em 2023 — e novamente neste ano. Embora os executivos da indústria continuem a expressar preocupação com o excesso de capacidade a médio prazo, o grande número ajudou a compensar o impacto dos desvios do Mar Vermelho e o menor número de trânsitos diários no Canal do Panamá como consequência de seca.

O grupo comercial industrial BIMCO calcula que navios capacitados a transportar um total de 2,3 milhões de TEUs foram entregues em 2023, batendo um recorde anterior em 37%. A Alphaliner calcula a frota global de porta-contêineres em pouco mais de 6.900 navios, com uma capacidade total superior a 29,6 milhões de TEUs.

O ritmo de novas entregas não diminuiu em 2024. A BIMCO relata que outro novo recorde foi estabelecido até agora este ano. Calcula-se que mais de 1 milhão de TEUs de capacidade foram entregues nos primeiros quatro meses de 2024, um aumento de 80% em comparação com o recorde anterior.

A BIMCO observa que, apesar das entregas, o volume da carteira de pedidos permanece muito elevado. Mesmo após a capacidade de 1 milhão de TEUs entregue em 2024, destaca-se que a carteira de encomendas é de 6,1 milhões de TEUs.

Espera-se que o ritmo de entregas continue até 2025. A BIMCO calcula que mais 2 milhões de TEUs serão entregues no restante de 2024, elevando o total anual para mais de 3 milhões de TEUs de capacidade.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 08/05/2024

MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024 ATINGE 302,9 MILHÕES DE TONELADAS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 08/05/2024 - 17:08



Crescimento de 5,2% nos primeiros três meses do ano foi puxado pela movimentação de granéis sólidos e de cargas containerizadas

O setor portuário apresentou um crescimento de 5,2% no primeiro trimestre do ano, segundo os dados do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Esse aumento foi puxado principalmente por cargas containerizadas e granéis sólidos.

Durante os três primeiros meses de 2024, foram movimentados 302,9 milhões de toneladas de cargas. No mesmo período de 2023 a movimentação havia atingido 287,9 milhões de toneladas. Entre os destaques estão o minério de ferro (+13,95%) e o açúcar (+83,08%).

Em março, a movimentação atingiu 104,1 milhões de toneladas, uma queda de 3,68% frente ao mesmo período de 2023.

Em relação às cargas containerizadas, a movimentação do trimestre atingiu 34,1 milhões de toneladas, um aumento de 20,3% em comparação com o mesmo período do ano passado, representando 3,1 milhões TEUs. Desse total, 23,2 milhões de toneladas foram movimentadas em longo curso e 10,5 milhões por cabotagem.

Os granéis sólidos, que representam 57,7% do total de tudo que é movimentado, apresentaram crescimento de 6,43% frente aos primeiros três meses de 2023. Foram 174,6 milhões de toneladas registradas entre janeiro e março deste ano.

Por sua vez, granéis líquidos e cargas gerais movimentaram 79,9 milhões de toneladas (- 0,46%) e 14,3 milhões de toneladas (- 6,4%) durante o trimestre, respectivamente.

Navegação

A movimentação de cargas de longo curso foi de 210,1 milhões de toneladas nos três primeiros meses de 2024, apresentando crescimento de 7,32% em comparação com o mesmo período do ano passado.

A cabotagem apresentou uma alta de 2,98% em comparação com o mesmo período do ano passado, atingindo uma movimentação de 72,7 milhões de toneladas. Já a cabotagem de contêineres cresceu 25,06% em comparação com o primeiro trimestre de 2023.

As operações de carga de apoio portuário e marítimo apresentaram crescimento de 9,74% no trimestre, totalizando 0,4 milhão de toneladas movimentadas. Enquanto a navegação interior decresceu 7,47% nos três primeiros meses do ano, atingindo uma movimentação de 19,2 milhões de toneladas.

Portos Públicos

Os portos públicos movimentaram 104,4 milhões de toneladas nos três primeiros meses de 2024. O número representa aumento de 6,62% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O porto com maior movimentação nos meses foi o de Santos, com 32,5 milhões de toneladas, registrando um aumento de 14,56% frente ao mesmo período de 2023. Por sua vez, o Porto de

Itaguaí (RJ) apresentou a maior evolução percentual para o trimestre com 24,44%, movimentando 13 milhões de toneladas.

Terminais Privados

Os Terminais de Uso Privado (TUPs) registraram 198,5 milhões de toneladas entre janeiro e março de 2024. O número representa um aumento de 4,47% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Entre os principais 20 TUPs do país, o terminal que mais cresceu entre janeiro e março deste ano, em comparação com 2023, foi o Terminal da Ilha Guaíba, localizado no Rio de Janeiro, com 33,47% de aumento. Ao todo, foram movimentados 6,4 milhões de toneladas no terminal no trimestre.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/05/2024

RIO MAGUARI CONCLUI SÉRIE DE 6 REBOCADORES AZIMUTAIS PARA SVITZER

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 08/05/2024 - 17:22



'Svitzer Atanásio', 'Svitzer Monte KT' e 'Svitzer Rocha Pedro' integram a série (Divulgação Svitzer)

Unidades construídas no estaleiro localizado no Pará têm 23,2m de comprimento e 70 toneladas de tração estática. Estaleiro mira exportação dessas embarcações, principalmente para operadores da América Latina e África Ocidental

O Estaleiro Rio Maguari (PA) entregou o sexto e último rebocador da série de seis embarcações encomendadas pela Svitzer. O Svitzer Babbitonga é uma unidade de propulsão azimutal — Azimuth Stern Drive (ASD) da série 2300 Rampart. Cada uma dessas embarcações irmãs têm comprimento total de 23,2 metros e 70 toneladas de tração estática (bollard pull), podendo alcançar velocidade máxima de 13 nós. O Svitzer Babbitonga também é equipado com recursos de combate a incêndios Fifi-1.

A embarcação foi batizada em homenagem à Baía de Babbitonga, em São Francisco do Sul (SC), onde a Svitzer iniciou suas operações no Brasil em 2015. A Svitzer opera atualmente 22 rebocadores, incluindo as duas embarcações adicionadas à frota em 2024, em oito portos do Brasil – Salvador (BA), Suape (PE), Pecém (CE), Santos (SP), Vitória (ES), Rio Grande (RS), São Francisco do Sul (SC) e Paranaguá (PR).

Para a Svitzer, a conclusão dessa série ressalta o compromisso da empresa em fornecer serviços de reboque seguros e sustentáveis ao longo da costa brasileira. “Esta série de rebocadores foi construída especificamente para apoiar operações locais vitais, onde irá desempenhar um papel crucial na assistência ao reboque portuário ao longo da costa brasileira e no apoio às operações de GNL”, disse o presidente da Svitzer Américas, Arjen Van Dijk.

A capacidade Fifi-1 de dois dos seis rebocadores garante que eles estejam bem equipados para apoiar operações de FSRU. O presidente da Svitzer Brasil, Daniel Reedtz Cohen, acrescentou que a entrega do Svitzer Babbitonga é um marco importante e representa um apoio à jornada de crescimento contínuo da empresa no Brasil. “Com a entrega desses rebocadores, a Svitzer conclui um programa abrangente de rebocadores com o objetivo de apoiar a infraestrutura portuária e o reboque na região”, disse Cohen.

Entregas e planos de exportação

O diretor comercial do Estaleiro Rio Maguari, Fabio Vasconcellos, destacou que o Svitzer Babbitonga faz parte de uma série de embarcações de grande porte e alta potência fornecidas à Svitzer. Ele considera que essa encomenda representa um marco na consolidação do estaleiro de Belém (PA) no

setor de apoio portuário, um dos segmentos de navegação mais exigentes em termos de embarcações.

"A entrega dos seis rebocadores para a Svitzer fortalece a posição do Estaleiro Rio Maguari no mercado de rebocadores de grande porte no Brasil, e nosso próximo objetivo é iniciar a exportação dessas embarcações, principalmente para operadores da América Latina e África Ocidental", projetou Vasconcellos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/05/2024

ABIARROZ CONSIDERA CEDO PARA DIMENSIONAR PERDAS E IMPACTOS LOGÍSTICOS NO RS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 08/05/2024 - 17:22



Terminal de Arroz em Rio Grande (Arquivo/Divulgação)

Associação informou que 80% da safra foi colhida antes das inundações. Estado concentra aproximadamente 70% de toda produção nacional do alimento, que é transportado por cabotagem até a região Norte

A Associação Brasileira da Indústria do Arroz (Abiarroz) considera que ainda é cedo para dimensionar as perdas, bem como o impacto na logística, em razão das chuvas e inundações que, desde o final de abril,

atingem o Rio Grande do Sul. O estado concentra aproximadamente 70% de toda a produção de arroz nacional e é importante para a cabotagem, que transporta o produto para a região Norte. A associação informou que 80% da safra de arroz já havia sido colhida no estado, restando 20%, que equivale a cerca de 1.600 mil toneladas.

"Nem todo esse volume está perdido, mas há relatos de silos com armazenagem de arroz que foram inundados. Quanto à logística, há rodovias interrompidas e trechos comprometidos, especialmente no interior dos municípios. Mas, aparentemente, ainda há acesso pela BR 101 para as áreas consumidoras", destacou a Abiarroz à Portos e Navios.

Antes das inundações no Rio Grande do Sul, a estimativa de produção de arroz para essa safra 2023/2024 era de cerca de 10,5 milhões de toneladas. Em 2023, o volume de produção foi de 10 milhões de toneladas, em razão da redução de área e de eventos climáticos. Em 2022, cerca de 10,8 milhões de toneladas; 2021, cerca de 11,8 milhões de toneladas; em 2020, cerca de 11,2 milhões de toneladas.

De acordo com a associação, existe a produção de arroz de sequeiro no centro e no norte do país. Além de Santa Catarina, que responde por cerca de 10% do arroz produzido no país. Também são estados produtores: Tocantins (4,71%), Mato Grosso (2,91%), Goiás (0,57%), Roraima (0,72%), Maranhão (0,58%), Rondônia (0,62%) e Paraná (1,7%). Na última terça-feira (7), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) falou que o governo está atento à possibilidade de aumento dos preços do arroz e do feijão e que estuda formas de estimular a produção do arroz em outros estados, como na Bahia.

"(...) Estou numa briga para baixar os preços do feijão e do arroz porque está caro e, com essa chuva do Rio Grande do Sul, possivelmente encareça mais. A Bahia precisa plantar arroz, precisamos financiar a plantação de arroz de outros estados. Se tem uma coisa que não pode ficar caro é o arroz e o feijão (...)", afirmou Lula no programa "Bom dia, presidente", produção da Secretaria de Comunicação Social da presidência da República, em parceria EBC.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/05/2024

CANAL EXTERNO DE SUAPE AGUARDA HOMOLOGAÇÃO PARA 20 METROS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 07/05/2024 - 18:24



Com profundidade de 20 metros, o sexto porto público brasileiro em movimentação de carga eleva eficiência portuária do Nordeste

Com a conclusão da dragagem do canal externo, que resultou no aprofundamento para 20 metros, o Porto de Suape completa fase importante na busca de maior eficiência operacional. Inicia-se agora nova fase que consiste no balizamento do canal e homologação da nova profundidade pela Marinha do Brasil. Suape é o sexto porto público em movimentação de carga, contabilizando, em 2023, 23.982.451 toneladas.

Uma vez concluída essa etapa, estimada em três meses, o atracadouro estará apto a receber embarcações de grande porte, a exemplo do petroleiro Suezmax, em sua capacidade máxima. A intervenção foi concluída após quatro meses de serviço com o uso de dragas de última geração.

“De fundamental importância para garantir a infraestrutura e eficiência necessária, a dragagem do canal externo, no curto prazo, vai potencializar a operação dos terminais de grãos líquidos e, conseqüentemente, da Refinaria Abreu e Lima, que anunciou, recentemente, obras de ampliação com a conclusão do primeiro trem e construção do segundo, o que praticamente dobrará a capacidade de refino, atraindo mais operações para nosso atracadouro.”, pontua o diretor-presidente de Suape, Marcio Guiot.

De acordo com o gestor da estatal portuária, a intervenção incrementará a movimentação de outros tipos de mercadoria, como contêineres, veículos, carga geral, grãos minerais e vegetais. “Junto com a dragagem do canal interno, que deverá estar pronta até o primeiro trimestre de 2025, o porto reunirá as condições necessárias para que as embarcações possam atracar com a carga máxima também nos berços internos. Isso trará mais competitividade para Suape e benefícios para os operadores de cais público”, sublinha.

Iniciada em 1º de dezembro de 2023, a complementação da dragagem do canal externo teve custo de R\$ 140 milhões e resultou na remoção de 1,7 milhão de metros cúbicos de sedimentos. A obra foi entregue um mês antes do prazo estipulado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/05/2024

PORTO ITAPOÁ BATE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO EM ABRIL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 07/05/2024 - 18:24



Último recorde de movimentação mensal do Terminal ocorreu em outubro de 2023

Em abril de 2024, o Porto Itapoá bateu vários recordes em sua operação. A movimentação geral atingiu 107.475 TEUs, ultrapassando o recorde anterior do Terminal, de 106.565 TEUs, atingido em outubro de 2023.

Para o diretor de Desenvolvimento de Negócios e Experiência do Cliente do Porto Itapoá, Felipe Fioravanti Kaufmann, os números confirmam a crescente importância do terminal como opção logística para o mercado. “Fomos

o terminal privado que mais cresceu em todo o país por dois anos seguidos e hoje correspondemos a um share de mercado de cerca de 8,5%”, analisa.

“Em 2023, atingimos diversos números importantes, como a superação do marco de 1 milhão de TEUs movimentados em um único ano. Entretanto, é importante lembrar que foi um ano muito desafiador para todo o segmento e o Porto Itapoá consolidou sua posição como referência portuária regional, tendo se preparado para tal através de pesados investimentos em sua infraestrutura”, ressalta Kaufmann.

Abril também teve números importantes na importação de carga geral — 35.692 TEUs, atrás apenas de janeiro deste ano, quando foram movimentados 36.951 TEUs. A exportação de carga geral foi de 17.317 TEUs, menor somente do que dezembro do ano passado, quando o terminal movimentou mais de 18.891 TEUs.

Cargas congeladas e refrigeradas

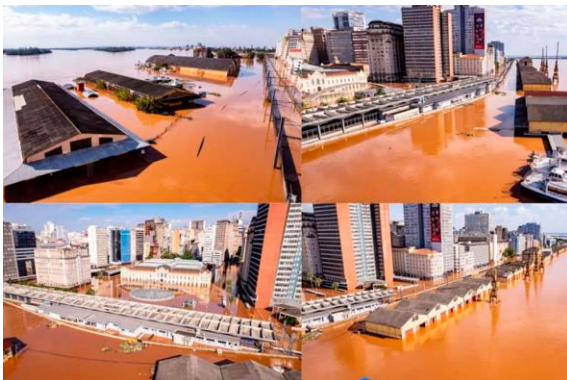
O Porto Itapoá também registrou um recorde de 12.460 TEUs na exportação de cargas congeladas e refrigeradas, superando os 10.839 TEUs de dezembro de 2023. O número é um importante indicador para a economia regional.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/05/2024

ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL - PORTOS RS INFORMA SOBRE FUNCIONAMENTO DE SUAS UNIDADES

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 07/05/2024 - 18:23



A Portos RS informa que o Porto de Porto Alegre segue com as operações paralisadas em razão da manutenção do nível do Lago Guaíba acima da chamada cota de inundação.

O Porto do Rio Grande está operando normalmente, pois não foi afetado pela elevação do nível da Laguna dos Patos.

Por volta das 8h da manhã desta terça-feira 7, a correnteza no Canal de Acesso ao Porto do Rio Grande era de vazante, ou seja, permitindo o escoamento da

água com uma velocidade de aproximadamente três nós, o equivalente a 5,55 km/h. A tábua de maré indicava o nível de 90cm acima do normal.

Com relação a travessia para São José do Norte, o transporte de passageiros encontra-se suspenso, sendo mantido apenas a balsa para os veículos.

Já o Porto de Pelotas está com as operações de embarque de toras para a CMPC paralisadas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/05/2024

PORTOS AMAZÔNICOS FORAM OS MAIORES EXPORTADORES DE MILHO NO PRIMEIRO TRIMESTRE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 07/05/2024 - 18:23

Os números mostram aumento nessa movimentação em relação ao mesmo período do ano passado

A exportação brasileira de milho via portos da Amazônia alcançou, no primeiro trimestre de 2024, um índice 7% maior em relação ao mesmo período de 2023, segundo dados da Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (Amport).

De acordo com relatório da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do total das exportações no país durante o primeiro trimestre deste ano, 43,3% das exportações de milho saíram pelos portos do Arco Amazônico. O número indica movimento ascendente, já que, no mesmo período de 2023, o percentual de exportação de milho via portos amazônicos foi de 36,2%.

Segundo Flávio Acatauassú, diretor presidente da Amport, os portos da região estão preparados para atender as previsões de crescimento nas exportações de grãos. “Hoje nós temos uma capacidade instalada de 52 milhões de toneladas e já há investimentos em andamento para mais 48 milhões de toneladas. Ou seja, teremos uma capacidade de embarque de cerca de 100 milhões de toneladas de grãos nos próximos cinco anos”, afirma o executivo.

Os dados da associação sobre a movimentação no Arco Amazônico reforçam o potencial de expansão da atividade na região nos próximos anos, que também deve ser foco de investimentos por parte do Governo Federal. O Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Ministério de Portos e Aeroportos prevê R\$ 14,5 bilhões em novos arrendamentos de complexos portuários entre 2023 e 2026, além de R\$ 639 milhões apenas em 2024 para portos e hidrovias evoluírem o escoamento da safra brasileira de grãos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/05/2024

ARTIGO - EQUIDADE NO MERCADO MARÍTIMO PRECISA AVANÇAR

Por Raquel Guedes NOTÍCIAS



Diante da insuficiência crítica de mão de obra no segmento marítimo, a falta de equidade de gênero no setor ganha um peso relativo maior. Enfrentar as desigualdades é também propor o crescimento e a produtividade deste segmento. Levantamento feito em 2023 pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) indica que somente 17,5% do total de vagas no setor aquaviário brasileiro é, atualmente, ocupado por mulheres.

Nas últimas décadas, avanços graduais foram observados, mas, na maioria das companhias averiguadas na pesquisa da Antaq, observa-se que há um número muito inferior de mulheres. Apenas 2,7% das empresas informaram que mais da metade de seus empregados são mulheres. Somente as autoridades portuárias têm participação feminina acima da média geral dos setores, ainda assim não há representatividade no quadro de direção.

O Brasil não está isolado neste terreno e segue a tendência mundial de ocupações femininas de cargos no setor. De acordo com dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), as mulheres ocupam 18% das vagas no setor portuário global e nos nichos de movimentação de cargas e operações portuárias há uma queda acentuada na taxa de participação feminina.

Ao menos três fatores carregam, de modo isolado, o potencial de dificultar o caminho rumo à igualdade de gênero no setor marítimo: regras de processo seletivo claramente direcionadas a profissionais masculinos, violência e assédio no ambiente de trabalho e desigualdade salarial. Destaque-se que em mais de 30% das empresas pesquisadas pela Antaq foi verificada a desigualdade salarial entre gêneros. Juntos, todos esses fatores são uma força centrífuga que joga as mulheres para fora deste mercado específico.

É inegável que não se pode continuar assim. Portanto, é alentador constatar as recentes iniciativas para corrigir a baixa participação feminina no mercado de trabalho como um todo, atingindo todos os setores da economia, inclusive o segmento marítimo. A implementação do Decreto 11.795/23,

regulamentando a lei de igualdade salarial 14.611/23, tornou obrigatório que empresas com mais de 100 empregados forneçam dados sobre remuneração, segregados por gênero e raça, por meio do Relatório de Transparência Salarial.

É fato conhecido que, embora a igualdade salarial entre mulheres e homens esteja prevista desde 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na prática ela não vinha sendo cumprida sob referida ótica. Temos, agora, um fato novo e relevante: as novas regras de transparência conferem uma força aos órgãos fiscalizadores com consequências antes inexistentes. Ressalte-se que as novas regras geram, inclusive, possibilidades de condenações de danos morais coletivos passíveis de serem questionados pelos sindicatos, quando verificada a discriminação entre homens e mulheres. Há também reflexos na esfera administrativa, impondo multas devidas ao Estado como consequência da inobservância da lei.

A lei, de fato, ainda precisa de algumas regulamentações, mas já traz regras claras do que é preciso fazer. E o que traz de novo são obrigações internas que exigirão um compliance trabalhista específico para zelar pela equiparação salarial. As lideranças empresariais foram tiradas, enfim, da zona de conforto.

Mas apesar destes sinais indelévels rumo à construção de um mundo do trabalho mais igualitário e produtivo, o país ainda precisa avançar na formulação de novas e outras políticas públicas e proposições legislativas para que se possa acelerar a igualdade de gênero no mercado de trabalho. Enfrentar as desigualdades significa investir no crescimento econômico. Vale lembrar que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que, se as brechas de gênero no mercado de trabalho fossem reduzidas em 25%, o PIB mundial aumentaria em US\$ 5,3 trilhões até 2025.



Uma lição emerge desta constatação da OIT para o setor marítimo: a formulação de políticas estratégicas para melhorar a participação feminina representa não somente acelerar a igualdade de gênero, mas enfrentar o déficit da mão de obra e contribuir para a retomada do crescimento da indústria naval brasileira.

Raquel Guedes é advogada trabalhista, sócia do escritório Lopes Pinto Advogados- LPLaw

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 07/05/2024

ARTIGO - COMO PREVENIR CIBERATAQUES E CONSTRUIR RESILIÊNCIA DIGITAL PARA SETOR DE LOGÍSTICA

Por Alejandro Palacios OPINIÃO 07/05/2024 - 18:19



Em meio a um aumento na proliferação de tecnologias, as vulnerabilidades e ameaças acontecem a todo momento. Nos processos logísticos, por exemplo, em que a inovação é vital para responder às exigências de agilidade e visibilidade do mercado global, a ameaça é persistente. Estamos diante de um cenário em que as infraestruturas digitais e as cadeias de suprimentos estão sendo expostas a mais ciberataques.

Na América Latina, a Cepal revela em seu relatório "Ciberataques à logística e à infraestrutura crítica na América Latina e no Caribe" que 82 incidentes afetaram

10 países da região entre 2020 e 2022. Além disso, é mencionado que 52 ocorrências afetaram a disponibilidade, 74 a confidencialidade e 25 a integridade das instituições (na maioria dos casos por ransomware).



A segurança digital é, sem dúvida, um tema crítico. Na indústria logística, não se fala apenas da relevância de preservar a continuidade operacional, mas também da obrigação de proteger as informações dos clientes, utilizadas para movimentar carga. É necessário adotar estratégias em conjunto com o embarcador, pois as vulnerabilidades podem ser ativadas rapidamente em qualquer parte do processo, já que a cadeia logística se alimenta de muitos dados de transações, valores, componentes e informações pessoais sensíveis, claramente objetos de interesse para os cibercriminosos.

A informação está em toda a cadeia de suprimentos

A cibersegurança deve ser planejada integralmente para identificar a origem dos dados, onde estão armazenados e como são transmitidos. Isso implica em acessos e interações entre múltiplos sistemas, comunicação pela rede e armazenamento na nuvem.

As aduanas, por exemplo, representam um ponto crítico para as empresas logísticas. Um ataque aos seus sistemas pode dar aos cibercriminosos acesso a dados sensíveis, obrigando-as a paralisar a operação, gerando atrasos ou interrupções nas entregas e impactando o consumidor final.

Na Costa Rica em abril de 2023, a Aduana teve que paralisar serviços de importação e exportação por um mês e meio. O ataque também afetou sites de pagamento de impostos, o que causou perdas milionárias ao setor produtivo, assim como à arrecadação de impostos nacionais. Situação parecida aconteceu com o Chile em outubro de 2023, o que obrigou a instituição a adotar medidas de segurança estabelecidas pelo CSIRT.

Estes ataques são dois exemplos importantes de como as vulnerabilidades em sistemas digitais impactam os processos logísticos. Diante disso, as empresas devem contar com seus próprios procedimentos de prevenção de riscos, mitigação de ataques e planos de resposta a incidentes (IRP - Incident Response Plan), que devem ser ativados imediatamente após potenciais ameaças de segurança da informação.

Segurança digital: um elo chave na indústria

A cibersegurança no mundo logístico é cada vez mais crítica e de grande valor, dado o alto risco que um ciberataque tem de paralisar organizações, colocar em risco informações confidenciais e gerar altas perdas financeiras/reputacionais.

Hoje, a indústria avança para a educação e conscientização em cibersegurança proativa para os usuários, com o objetivo de mantê-los informados e atentos aos riscos.

Entre as recomendações para proteger arquiteturas cada vez mais digitais, está estabelecer uma estratégia estruturada, que responda às necessidades internas da organização. Este framework deve incluir, no mínimo, processos de prevenção, monitoramento e resposta a incidentes de segurança:

Prevenção: É necessário compreender os riscos que a organização apresenta em todos os fronts, incluindo pessoas, processos e tecnologia. A partir disso, estabelecer estratégias preventivas que sejam constantemente revisadas, para assim desenvolver políticas e programas de conscientização. Além disso, compartilhar informações com agências, fornecedores e clientes é uma medida que gera proteção em massa na indústria.

Monitoramento: É imperativo contar com sistemas próprios de revisão de vulnerabilidades. Isso proporciona à empresa a capacidade de detectar tentativas de ciberataques e identificar quais ativos (sistemas de aplicações, infraestrutura ou recursos humanos) são vulneráveis. Deve-se ter os meios necessários e adequados para realizar os controles, como firewalls, proxy, dispositivos de proteção contra invasões na infraestrutura de tecnologia, especialmente a de alta criticidade, pois permitem identificar e controlar oportunamente o possível ataque.

Plano de resposta: A chave para responder a um iminente incidente de segurança é agir rapidamente diante de qualquer alerta ou irregularidade. Por exemplo, no caso das aduanas, os e-mails suspeitos recebidos são enviados para quarentena para evitar o acesso a links estranhos. Contar com sistemas de backups é um passo muito importante ao formatar os sistemas para evitar a perda de informações relevantes e minimizar o impacto no negócio.



É importante levar em consideração que todos esses passos, preventivos e corretivos, requerem investimento econômico e de tempo. No entanto, é imprescindível que as empresas quantifiquem o custo de não ter planos de cibersegurança, da mesma forma que o fazem com qualquer outro tipo de risco pessoal ou financeiro.

Alejandro Palacios Alejandro Palacios é Chief Information Officer (CIO) da DHL Global Forwarding das Américas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 07/05/2024

AMRJ LANÇOU LICITAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA 'NPA MANGARATIBA'

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 07/05/2024 - 17:59



Arquivo/Divulgação

Processo prevê fornecimento de material, fabricação, montagem, instalação, testes e comissionamento de sistemas

O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) lançou uma licitação para o fornecimento de material, de fabricação, montagem, instalação, testes e comissionamento dos sistemas mecânicos auxiliares do navio patrulha de 500 toneladas Mangaratiba, incluindo a elaboração e aplicação de formulários de testes

desses sistemas. A entrega da embarcação está prevista para o ano que vem.

Os formulários abrangem sistemas: de água salgada de resfriamento, incêndio e borrifio; de recebimento e transferência de óleo combustível e óleo lubrificante; de distribuição de água doce; de controle de poluição - tratamento de águas servidas; de controle de poluição - tratamento de água e óleo; de esgoto; de drenos, embornais e esgoto sanitário; de suspiro, sondagem e enchimento; de ar comprimido de serviço; de combate a incêndio por espuma; e sistema de fechamento rápido de óleo combustível.

Em agosto de 2019, as diretorias de Engenharia Naval (DEN), Industrial (DIM), de Sistemas de Armas (DSAM) e de Comunicações e Tecnologia da Informação (DCTIM) da Marinha celebraram um termo de compromisso para a conclusão da construção dos navios-patrulha Maracanã e Mangaratiba, ambas de 500 toneladas, no AMRJ. As embarcações, em diferentes estágios de construção à época, foram transferidas ao arsenal depois que o estaleiro Eisa (RJ) entrou em recuperação judicial sem concluir os projetos. O NPa Maracanã chegou a ser lançado ao mar e estava mais adiantado.

Em dezembro de 2022, o AMRJ entregou o navio-patrulha (NPa) Maracanã ao setor operativo da Marinha. O NPa Maracanã é o terceiro da classe "Macaé", que já possui outras duas unidades em operação na Marinha do Brasil (Macaé e Macau). O navio-patrulha faz parte da atual fase do Programa de Obtenção de Navios-Patrulha (Pronapa), que prevê a continuidade da construção, no AMRJ, do NPa Mangaratiba, cuja entrega está prevista para 2025.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 07/05/2024

DESCARBONIZAÇÃO TAMBÉM PASSA POR EMBARCAÇÕES EXISTENTES, APONTA ABIMAQ

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 07/05/2024 - 17:03



Arquivo/Divulgação

Bruno Galhardo, VP da associação, acredita que indústria de máquinas e equipamentos tem grande potencial de contribuir com processo. Entidade mapeou mais de 510 embarcações em operação em AJB

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) estima que existem mais de 510 embarcações em operação no Brasil que precisam ter atenção especial para atendimento das metas de descarbonização. O mapeamento da associação

levantou um universo de aproximadamente 46 FPSOs, 32 sondas de perfuração e 431 barcos de apoio marítimo operando em águas jurisdicionais brasileiras (AJB).

A Abimaq enxerga uma forte demanda no setor de petróleo e gás e grandes empresas, gradativamente, migrando fortemente para eletrificação, além da utilização de biocombustíveis, reforçando que a transição precisará de equipamentos e de maquinário.

"Se quisermos ser Net zero em 2050, é preciso descarbonizar o que já existe hoje, caso contrário não vamos atingir esse resultado", disse o vice-presidente da Abimaq, Bruno Galhardo, na última semana, durante painel do seminário 'Transição Energética no Mar: Desafios e Oportunidades para o Brasil', promovido pelo BNDES, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Marinha do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ).

Para Galhardo, a indústria de máquinas e equipamentos pode olhar plataformas e módulos e ser um indutor, fazendo proposições para descarbonizar os ativos em operação. Ele destacou que muitas dessas contribuições que a descarbonização do equipamento se reflete para o ativo como um todo.

Galhardo observa que a Petrobras vem investindo muito na eletrificação da nova geração de plataformas nas partes de poços, FPSOs e no subsea. "Quanto mais dispositivos de uma plataforma se conseguir transformar e realizar essas operações subsea você tem, além de um ganho de custo do processo, ganho na redução de emissões de carbono nessas atividades", comentou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/05/2024

EMPRESAS DA CABOTAGEM DISPONIBILIZAM NAVIOS PARA TRANSPORTE DE DOAÇÕES AO RS

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 07/05/2024 - 15:00



Arquivo/Divulgação

A Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) ofereceu ao governo federal a disponibilidade de navios para transportar mantimentos e itens de necessidade básica para o Rio Grande do Sul. As embarcações, caso demandadas, sairão de Santos (SP) e dos demais portos em que as empresas brasileiras de navegação (EBNs) associadas fazem escala com direção ao sul, podendo ser desembarcadas em Imbituba (SC) ou Rio Grande (RS).

O diretor executivo da Abac, Luis Fernando Resano, disse que os navios transportarão as doações coletadas e fará a entrega conforme a necessidade e no local que for indicado pelo governo. "As doações estão sendo coletadas por diversos órgãos e entidades. Estamos oferecendo para o governo organizar essa logística para ser efetivo o transporte de grandes volumes para essa região tão afetada pela chuva", afirmou Resano. A Abac atualmente conta com nove empresas entre suas associadas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/05/2024

MARINHA PREPARA ENVIO DO 'NAM ATLÂNTICO' PARA APOIAR POPULAÇÃO DO RS

Da Redação NAVEGAÇÃO 07/05/2024 - 14:28



Divulgação MB

Operação mobiliza quatro navios, 20 embarcações, 12 aeronaves, centenas de militares e estação móvel para tratamento de água potável

O navio-aeródromo multipropósito (NAM) Atlântico, maior da esquadra brasileira e maior navio de guerra da América Latina, sairá da base naval do Rio de Janeiro, nesta quarta-feira (8), com destino a cidade de Rio Grande (RS), no litoral do Rio Grande do Sul. A missão é aumentar a capacidade de apoio às populações atingidas pelas enchentes e fortes temporais que assolam o estado. Para auxiliar no resgate às vítimas ilhadas e no transporte de suprimentos pelas vias alagadas, o NAM Atlântico levará oito embarcações de médio e pequeno porte, que, somadas às oito lanchas em uso no estado desde o dia 30 de abril, ampliarão o contingente de meios aquáticos disponibilizados pela Marinha do Brasil (MB).

O capitânia da esquadra transportará, ainda, duas estações móveis para tratamento de água, capazes de produzir um total de 20.000 litros de água potável por hora, com o intuito de suprir parte da demanda das cidades que sofrem com a escassez desde o rompimento das barragens. A MB envia também 40 viaturas e 200 militares fuzileiros navais para atuar na desobstrução das vias de acesso, além de equipes de apoio à saúde, formadas por médicos e enfermeiros.

Nesta terça-feira (7), a Marinha também disponibilizará três aeronaves, o navio de Apoio Oceânico Mearim e o Navio-Patrolha Oceânico Amazonas, que seguirão para o Rio Grande do Sul. Na quarta-feira (8), será a vez da fragata Defensora partir para a região sul com um carregamento de doações e suprimentos. O trabalho das equipes de resgate aéreo da Marinha, que salvaram mais de 150 pessoas desde o início da operação, receberá, com a chegada dos navios, reforço de mais oito aeronaves, além das quatro que permanecem de prontidão no estado. "Serão 12 helicópteros no total no esforço contínuo de resgate aos moradores ilhados em áreas de difícil acesso", informou em nota a força naval.

A MB destacou que, em apoio ao comando conjunto operação Taquari II, mobiliza meios, militares e suprimentos, desde 30 de abril, para levar o máximo de apoio possível aos moradores atingidos pelas enchentes e temporais no Rio Grande do Sul. Integram a operação equipes da Capitania dos Portos de Santa Catarina, das Delegacias das Capitânicas dos Portos de Laguna, Itajaí e São Francisco do Sul, além de quatro Esquadrões de Helicópteros e Grupamentos de Fuzileiros Navais do Rio Grande e do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/05/2024

RIO GRANDE SEGUE COM OPERAÇÕES NORMAIS, INFORMA PORTOS RS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 07/05/2024 - 14:03



Divulgação Portos RS

A Portos RS informou, nesta terça-feira (7), que o Porto de Rio Grande segue operando normalmente. De acordo com a autoridade portuária dos portos do Rio Grande do Sul, Por volta das 8h, a correnteza no canal de acesso ao Porto do Rio Grande era de vazante, permitindo o escoamento da água com uma velocidade de aproximadamente três nós, o equivalente a 5,55 km por hora. Já a tábua de maré indicava o nível de 90 centímetros acima do normal. A autoridade portuária

acrescentou que o transporte de passageiros encontra-se suspenso na travessia para São José do Norte, sendo mantido apenas a balsa para veículos.

A Portos RS adotou medidas para mitigar os efeitos das inundações em suas operações e comunidades locais. “No Porto do Rio Grande e Pelotas, as operações continuam normais, no entanto, no Porto de Porto Alegre, diante do crescente nível das águas do Lago Guaíba, todas as atividades foram suspensas na quarta-feira (1)”, informou em nota. De acordo com a autoridade portuária, a área foi evacuada preventivamente, e equipamentos essenciais foram elevados para minimizar danos e perdas. As comportas localizadas nas divisas da área portuária com o centro da cidade foram fechadas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Em razão dos efeitos imediatos, a Portos RS, os terminais e os operadores portuários participaram na última quinta-feira (2) de uma reunião convocada pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pela Secretaria Nacional de Portos, com o objetivo de traçar um panorama da situação e identificar as necessidades para que seja estruturado um plano de ação.

A Portos RS apresentou a estruturação de plano para enfrentamento dos efeitos das chuvas, que atingem o Rio Grande do Sul têm causado vítimas, deixado pessoas desabrigadas e uma série de prejuízos materiais. “Apresentamos à Secretaria e ao Ministério os atuais impactos, aquilo que a gente já vem sentindo, e o que já vem sendo estruturado na linha de uma ação de solidariedade às famílias, aos trabalhadores e todos aqueles que foram atingidos por toda essa situação”, disse o presidente da Portos RS, Cristiano Klinger.

A Portos RS destacou que segue se solidarizando com o povo gaúcho neste momento tão difícil enfrentado pela população e que a segurança dos funcionários, suas famílias e a comunidade em geral permanece sendo a maior preocupação da autoridade portuária. “Agradecemos a compreensão e cooperação de todos durante este período desafiador e nos solidarizamos com todos os afetados pelas enchentes em nosso estado. Estamos comprometidos em manter a comunidade informada e apoiada em cada etapa do caminho”, finalizou Klinger.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 07/05/2024

BALANÇO DO FMM TEM R\$ 1,3 BILHÃO CONTRATADOS E LISTA 23 OBRAS EM ANDAMENTO

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 06/05/2024 - 20:20



Arquivo/Divulgação

Levantamento mais recente do MPor contabiliza quase 180 projetos, em diferentes etapas, e que representam um total de R\$ 5 bilhões em priorizados pelo fundo setorial

O balanço parcial do Fundo da Marinha Mercante (FMM) registra 177 obras, em diferentes etapas e que somam R\$ 5,05 bilhões priorizados pelo fundo setorial

para 59 projetos prioritários (9%). Do total, 41% estão em construção (23 obras), com R\$ 1,3 bilhão contratados, dos quais R\$ 499 milhões foram liberados. De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), outras 95 obras (8%) estão na etapa 'aguardando eficácia'.

As obras estão localizadas, principalmente, nos estados de: São Paulo (60), Rio de Janeiro (57), Amazonas (24), Santa Catarina (17) e Pará (10). Os mais de R\$ 5 bilhões priorizados estão previstos para estaleiros catarinenses (R\$ 2,4 bilhões), fluminenses (R\$ 923 milhões), paraenses (R\$ 471,8 milhões), paulistas (R\$ 435,4 milhões) e pernambucanos (R\$ 393,3 milhões).

Desembolsos

O levantamento aponta R\$ 110 milhões em desembolsos de projetos financiados com recursos do fundo setorial em 2024. De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), o valor foi desembolsado em janeiro e representa um aumento de 255% em relação ao mesmo período do ano passado, quando haviam sido liberados R\$ 31 milhões. Em 2023, as liberações totalizaram R\$ 797 milhões, ante R\$ 659 milhões, em 2022, e R\$ 214 milhões, em 2021.

Em 2024 foram celebrados dois contratos cuja soma gera um montante de R\$ 169 milhões, referente a projetos de embarcações de apoio marítimo. Também em 2024 foram concluídas quatro obras, que somam R\$ 98 milhões de investimento. O valor é referente à construção de um rebocador, à modernização de um SDSV (mergulho em águas rasas), além da docagem e reparo de um PSV (transporte de suprimentos) e de um ROV (embarcações equipadas com robô).

A 55ª reunião ordinária do CDFMM, prevista inicialmente para 4 de abril, foi adiada para a próxima quinta-feira (9).02

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/05/2024

BNDES PROMETE DIALOGAR SOBRE DESCONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS PARA FORMAÇÃO DE OFICIAIS MERCANTE

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 06/05/2024 - 18:22



Divulgação

Levantamento da Conttmaf mostrou que, nos últimos quatro anos, formação de praticantes de oficiais nas escolas de formação (Ciaga e Ciaba) totalizou uma média de 201 novos profissionais, com uma queda brusca percebida nos últimos dois anos

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, assumiu, na última semana, o compromisso de conversar com o governo e com o Ministério de Portos

e Aeroportos (MPor) sobre formas de descontingenciar os recursos para formar oficiais da marinha mercante. O diagnóstico vem sendo discutido por armadores, sindicatos e agentes setoriais diante de um aquecimento das atividades de petróleo e gás e da entrada recente de seis novos navios na frota de cabotagem, o que aumentou a necessidade de disponibilidade de tripulantes.

“Esse ponto não pode continuar como está. Estão faltando tripulantes no mundo e temos que formar técnicos e disputar. Os Estados Unidos, há mais de um século, só contratam navios para cabotagem produzidos nos EUA e com tripulação e engenharia americana”, disse Mercadante durante o seminário ‘Transição Energética no Mar: Desafios e Oportunidades para o Brasil’, promovido pelo BNDES, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Marinha do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ).

O Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo é ligado ao Fundo da Marinha Mercante (FMM). Os valores relativos à destinação do FDEPM ficaram totalmente contingenciados



em 2022, o que representou montante de R\$ 82,9 milhões. Em 2021, a reserva de contingência foi de 20%: R\$ 27,3 milhões de R\$ 137,3 milhões. O relatório de 2023 não foi divulgado até o fechamento desse levantamento, apresentado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos (Conttmaf), no evento.

"Esses recursos têm sido contingenciados, nos últimos cinco anos, de forma pesada e os valores empenhados não são condizentes com a necessidade que a autoridade marítima têm de investimento na formação de oficiais", apontou o presidente da Conttmaf, Carlos Müller.

Outro levantamento da Conttmaf mostrou que, nos últimos quatro anos, a formação de praticantes de oficiais nas escolas de formação (Ciaga e Ciaba) totalizou uma média de 201 novos profissionais, com uma queda brusca percebida nos últimos dois anos. O total de formandos oscilou de 243 (2019), 233 (2020) e 246 (2021) para 183 (2022) e 102 (2023).

A formação de mão de obra para navios da mercante brasileira é um dos principais desafios enfrentados pelas empresas de navegação atualmente. "Já temos dificuldades hoje de fazer a composição das nossas tripulações e estamos aumentando a capacidade. O maior gargalo que a Log-In enfrentou para lançar os serviços novos dela foi tripular o navio", afirmou o presidente da Log-In Logística, Márcio Arany.

Somente em 2024, foram afretados e incorporados seis navios brasileiros na cabotagem: quatro da Norcoast, um da Mercosul Line e outro da Log-in, totalizando seis embarcações no mercado e uma demanda de, pelo menos, 120 oficiais, considerando que cada um desses navios necessite de 20 oficiais. Os estudos de mercado em curso devem elucidar, nos próximos meses, o cenário atual e trazer para o debate as medidas necessárias. Eles são importantes para dimensionar o balanço entre oferta e demanda, bem como o tempo de formação dos oficiais, considerando que um oficial que entrar em 2025 só vai se formar em 2029.

Em outro painel do evento, o diretor executivo da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), Luis Fernando Resano, lembrou que existe uma parcela do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) vai para o FDEPM e outra que vai para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT). "Tem dinheiro lá para fazer e não estamos usando ele exatamente nessa transição", comentou Resano.

A proposta da Conttmaf incluída no plano nacional de transição energética no mar prevê aprimorar o ensino profissional marítimo (EPM) no país, a fim de que os marítimos e demais profissionais do setor aquaviário se posicionem em padrão de excelência mundial para operar as tecnologias verdes a bordo, com segurança e eficiência.

A ideia é que o descontingenciamento se reflita em investimento nos centros de instrução, modernização das instalações, laboratórios para a manutenção do padrão de excelência na formação de oficiais no Brasil. "O resultado da falta de recursos é um decréscimo na formação de oficiais num momento em que há sinais, principalmente no apoio marítimo, de que haverá necessidade de mais oficiais", alertou Müller.

Outra proposta sindical é garantir uma transição justa para os marítimos e outros profissionais do setor aquaviário, considerando o papel central do elemento humano para apoiar a estratégia nacional de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) na atividade marítima. "Esperamos que [as propostas] possam efetivamente ser contempladas porque, sem o elemento humano e sem marítimos a bordo, o Brasil não terá sucesso na sua transição energética", avaliou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 06/05/2024

ARTIGO - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM AÇÃO: TRANSFORMANDO O SHIPPING HOJE

Por Thiago Lopes OPINIÃO 06/05/2024 - 16:27



Em 2018, durante uma apresentação para analistas de uma renomada empresa de navegação, revelei uma tecnologia emergente que eu havia desenvolvido: um sistema de atendimento ao cliente movido a inteligência artificial. Naquela época, a discussão sobre IA ainda não era comum nas empresas, o que tornou a revelação ainda mais impactante. Similar à Alexa, esse assistente virtual era capaz de monitorar cada etapa da jornada de um contêiner, desde a localização atual do navio até a previsão precisa de sua chegada, apenas falando o número de um booking. A reação foi de surpresa e curiosidade, mas também levantou

preocupações sobre como seus empregos seriam afetados num futuro todo automatizado.

Expliquei que aquilo era apenas uma demonstração ensaiada do que a tecnologia poderia nos oferecer. O foco não estava somente nos avanços técnicos, mas na forma como poderíamos nos beneficiar dessas mudanças. Agora, em 2024, as possibilidades que eu havia esboçado tornaram-se realidade. A inteligência artificial evoluiu de uma promessa futura para uma presença ativa, reestruturando as operações do nosso setor com uma eficiência e velocidade surpreendentes.

Como as empresas do setor estão utilizando a Inteligência Artificial?

De acordo com um estudo da McKinsey, a implementação da inteligência artificial mostrou resultados notáveis: redução dos custos logísticos em 15%, diminuição dos níveis de estoque em até 35% e melhoria de 65% nos níveis de serviço. Estima-se também que a IA possa gerar até 2 trilhões de dólares anuais em valor econômico para o setor de logística nas próximas duas décadas. Esses números sinalizam uma revolução operacional e uma promessa de crescimento e prosperidade sustentáveis.

Em entrevista ao Shipping Watch, a Maersk revelou que possui soluções de IA que sugerem a rota mais curta e otimizam o trabalho nos terminais. Nos próximos cinco a sete anos, o grupo planeja reduzir a intervenção humana nas cadeias de suprimentos, substituindo-as por inteligência artificial. A empresa estima que a IA atualmente ajuda em 15-20% de suas tarefas logísticas, mas esse número poderá chegar a 70-80% nos próximos anos.

No Brasil, a Asia Shipping, que recém adquiriu uma startup de tecnologia, vem utilizando soluções de IA para otimizar a verificação dos dados do Bill of Lading (BL), processo que ainda requer significativa mão de obra humana em muitas empresas. Segundo Rafael Dantas – diretor comercial da empresa, essa inovação promete oferecer transparência e agilidade sem precedentes.

Desafios humanos na era da automação

A introdução da inteligência artificial (IA) no trabalho traz desafios como segurança cibernética e disrupção de empregos, mas também novas oportunidades. Embora a IA automatize certas funções, ela cria papéis que exigem habilidades avançadas, como a interpretação de insights gerados pela tecnologia e o desenvolvimento de estratégias inovadoras.

Especificamente no setor de shipping, a capacidade de analisar complexas variáveis do mercado continua essencial. Profissionais capacitados para entender tendências de frete, gerenciar os impactos de conflitos geopolíticos e resolver gargalos logísticos serão ainda mais valiosos, dada a necessidade de respostas rápidas e eficazes que a automação sozinha não pode fornecer!

Empresas líderes estão investindo em programas robustos de desenvolvimento profissional para equipar trabalhadores com essas habilidades críticas, assegurando que a transição para a automação seja tanto segura quanto enriquecedora. Ao preparar profissionais para essas demandas, não só mitigamos riscos, mas também abrimos portas para novas possibilidades de crescimento no futuro do shipping.

Uma nova visão para o shipping



Como podemos navegar neste novo ambiente, mantendo nossa humanidade enquanto abraçamos as máquinas que criamos? A resposta reside na nossa capacidade de inovar e cooperar com a tecnologia. A IA deve ser vista não como substituta, mas como parceira na resolução criativa de desafios antigos e novos.

O setor de shipping está experimentando uma transformação sem precedentes, onde a inteligência artificial não apenas aumenta a eficiência, mas também redefine nossas estratégias e abordagens. Desde minha apresentação em 2018, a IA provou ser mais do que uma atualização tecnológica; ela é um salto para uma nova era na indústria. Hoje, a tecnologia está redefinindo a eficiência e a segurança em nossas operações e desafiando-nos a pensar de maneira diferente. À medida que evoluímos, também devem evoluir nossas estratégias para aproveitar plenamente as oportunidades que a IA oferece.

A inovação já não é apenas uma vantagem; é uma necessidade para prosperar em um mercado competitivo. O presente do shipping é aqui e agora, impulsionado pela inovação contínua e pela adaptação necessária para avançar.

Thiago Lopes Thiago Lopes atua como Head of Business Development na Solve Shipping, possui mais de 25 anos de experiência em Marketing e Desenvolvimento de Negócios. Sua especialização se destaca no setor de Shipping e Logística, onde sua abordagem estratégica e visão de futuro o levam a integrar soluções inovadoras na interseção da Inteligência Artificial com Marketing e Shipping

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/05/2024

PRÊMIO PORTOS E NAVIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL TEM INSCRIÇÕES ABERTAS ATÉ 5 DE JUNHO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 06/05/2024 - 15:44

Estão abertas as inscrições para o Prêmio Portos e Navios de Responsabilidade Socioambiental. Podem participar empresas e instituições que atuam na indústria marítima. O objetivo da premiação é incentivar iniciativas que atendam umas das condições: mitiguem impactos ambientais da atividade portuária ou industrial; contribuam para a preservação/desenvolvimento ambiental na área de abrangência; contribuam positivamente para o desenvolvimento social da coletividade em sua área de influência.

Os finalistas e o vencedor serão conhecidos durante o Ecobrasil - Seminário Nacional sobre Indústria Marítima e Meio Ambiente, nos dias 19 e 20 de junho, no hotel Mirador, no Rio de Janeiro.

Dentre os projetos enviados à Portos e Navios, três serão selecionados pela comissão organizadora e serão apresentados durante o primeiro dia do seminário. A comissão organizadora é constituída pela equipe editorial de Portos e Navios e a coordenação técnica do Ecobrasil.

A avaliação para indicação do vencedor é feita entre os participantes do evento, constituído majoritariamente por gestores ambientais, autoridades ambientais, autoridades governamentais, consultores, advogados e representantes da Marinha do Brasil. A votação é secreta por formulário distribuído aos participantes. A entrega da placa alusiva será feita no encerramento do Ecobrasil, no dia 20 de junho.

A edição de 2023 foi vencida pela SCPAR Porto de Imbituba. A empresa apresentou o programa de educação ambiental 'Costa Butiá', executado pela empresa Acquaplan. A iniciativa resgatou a arte ancestral de artesanato local a partir da palmeira do butiá-da-praia, espécie encontrada em poucas regiões, como litoral catarinense e no norte gaúcho. O projeto realizou capacitações e ofereceu oficinas de plantio de mudas dos butiazeiros e exposições de artesanato, além de doações de mudas para 17 cidades de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. As chamadas 'trançadeiras' de Imbituba conseguiram incremento de renda de até 80%.

As inscrições são gratuitas e devem ser feitas neste link até o dia 5 de junho.

Mais informações no site <https://www.portosenavios.com.br/ecobrasil-2024>

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 06/05/2024

ATUALIZAÇÃO DO IDA, DESCARBONIZAÇÃO E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS SÃO TEMAS DO ECOBRASIL 2024, NOS DIAS 19 E 20 DE JUNHO

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 06/05/2024 - 14:47



O Ecobrasil - Seminário Nacional sobre Indústria Marítima e Meio Ambiente terá três painéis em sua 17ª edição, com os temas "Estudos para atualização do índice de desempenho ambiental – IDA", "Desafios para a descarbonização da indústria da navegação - Normatização da IMO" e "Inovações tecnológicas em apoio às atividades marítimas".

O evento organizado pela Portos e Navios desde 2002 será realizado nos dias 19 e 20 de junho, no hotel Mirador, em Copacabana, Rio de Janeiro.

O primeiro painel, dedicado à atualização do IDA, tem como palestrantes Uirá Cavalcante Oliveira, gerente de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); e o professor Sérgio Cutrim, professor da Universidade Federal do Maranhão e Coordenador do Grupo de Pesquisa LabPortos e da Especialização em Logística Portuária.

ecobrasil

O painel sobre a descarbonização no setor marítimo tem as participações do comandante Fernando Alberto Gomes da Costa, Coordenador do MEPC, da Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil; e de Luciana Suman, CEO da MarMec Engineering, Consulting & Training.

O terceiro painel, dedicado às inovações tecnológicas, tem como participantes o professor Newton Pereira, professor adjunto A da Universidade Federal Fluminense - Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica; do engenheiro Wanderson Correa, diretor da Innomaker Serviços de Engenharia; e do engenheiro Rodrigo Barrera, diretor da Navigandi Pesquisas e Desenvolvimento de Equipamentos Marítimos.

Além dos painéis, o Ecobrasil 2024 contará com palestras de representantes do Porto do Itaquí, Cattalini Terminais Marítimos, Marinha do Brasil, DTA Engenharia, Wilson Sons, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Associação Brasileira de Terminais Portuários, Consulado Geral dos Países Baixos, Oceanpact e Hidroclean.

No segundo dia, será conhecido e premiado o vencedor do Prêmio Portos e Navios de Responsabilidade Socioambiental.

Realizado pela Portos e Navios e com coordenação técnica da Cisporto Consultoria, o Ecobrasil é um evento net zero com parceria do Enform. São patrocinadores do Ecobrasil 2024: Diamante — Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Consulado Geral dos Países Baixos, Oceanpact, Hidroclean; Ouro — Associação de Terminais Portuários Privados (ATP); Coffee Break — Praticagem do Brasil.

SERVIÇO

Os gestores ambientais de empresas e instituições da indústria marítima têm desconto especial na inscrição. Para obter o cupom de desconto, envie email para ecobrasil@portosenavios.com.br

As inscrições para o Ecobrasil estão abertas, neste link.

As inscrições para o Prêmio Portos e Navios de Responsabilidade Socioambiental também estão abertas, neste link.

Mais informações sobre o Ecobrasil: <https://www.portosenavios.com.br/ecobrasil-2024>

Mais informações sobre o Prêmio Portos e Navios de Responsabilidade Socioambiental: <https://www.portosenavios.com.br/premio-portos-e-navios>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/05/2024

ABS APROVA TECNOLOGIAS AUTÔNOMAS PARA PLATAFORMAS OFFSHORE

Da Redação OFFSHORE 06/05/2024 - 13:52



A sociedade classificadora ABS anunciou nesta segunda-feira (6) que concedeu aprovação de princípio (AIP) a duas funções autônomas críticas em uma plataforma offshore proposta na última fase de sua colaboração com o Grupo HD Hyundai.

A Função de Gerenciamento de Saúde de Máquinas Autônomas (HiCBM) baseada em inteligência artificial e a Função de Gerenciamento de Segurança Autônoma (HiCAMS) receberam AIP da ABS na Offshore Technology Conference (OTC) em Houston.

HiCBM e HiCAMS receberam avaliações de design de produtos ABS para navios ao longo de 2022 e 2023. Agora, a ABS está apoiando sua aplicação na indústria offshore.

“As tecnologias autônomas representam uma promessa significativa de avanço na segurança e na eficiência no mar para toda a indústria. Juntos, a ABS e o Grupo HD Hyundai fizeram grandes avanços na concretização desse potencial e no desenvolvimento de componentes que levam a um futuro com funções autônomas. Nossa parceria continua a dar frutos em benefício de toda a indústria de energia oceânica e é um exemplo do valor que a ABS pode trazer para avançar na adoção de novas tecnologias”, disse Christopher Wiernicki, presidente e CEO da ABS.

“Esta cooperação com a ABS é de grande importância, pois iniciamos seriamente o desenvolvimento de soluções de IA para plataformas offshore com base em nossa experiência anterior no desenvolvimento de soluções de IA para navios juntamente com a ABS. O Grupo HD Hyundai liderará o mercado em tecnologias e melhorias de segurança para plataformas offshore não tripuladas baseadas em tecnologias de IA de ponta”, disse Kwang-Pil Chang, CTO da HD KSOE.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/05/2024

OTC PREMIA PETROBRAS POR REVITALIZAÇÃO DE CAMPOS MADUROS

Da Redação OFFSHORE 06/05/2024 - 13:48



A Offshore Technology Conference (OTC) concedeu à Petrobras sua maior premiação técnica, o Distinguished Achievement Award, na categoria “Companhias, Organizações e Instituições”. A premiação reconhece as inovações implementadas pela companhia para a revitalização de campos maduros em águas profundas. O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, recebeu a distinção em cerimônia realizada neste domingo (5), em Houston (EUA).

“Com o uso intenso de inovação e de tecnologia conseguimos aumentar em 230 mil barris por dia a produção da Bacia de Campos, que já era considerada por muitos uma área sem relevância no

nosso portfólio. O prêmio da OTC comprova que vemos futuro na Bacia de Campos e é uma evidência que a Petrobras é referência também nas atividades de recuperação de campos maduros” declarou Jean Paul Prates. “Recebo essa premiação com enorme satisfação e dedico essa conquista ao nosso corpo técnico extremamente competente”, acrescentou o presidente.

Para o programa de revitalização de Marlim, na Bacia de Campos, a Petrobras colocou em produção, no ano passado, os FPSOs (unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência) Anna Nery e Anita Garibaldi. As novas unidades substituíram nove plataformas de produção que operavam no campo. Com as duas unidades, a Petrobras estima adicionar, ainda, ao menos 115 mil bpd, nos próximos anos.

As duas novas plataformas usadas em Marlim permitiram a redução de 55% das emissões de gases de efeito estufa.

Bacia de Campos

O Programa de Revitalização da Bacia de Campos, do qual faz parte o projeto premiado, é o maior programa de recuperação de ativos maduros em águas profundas no mundo. A marca de 230 mil barris de óleo por dia (bpd) adicionais foi alcançada em dezembro de 2023. Nos próximos anos, a Petrobras pretende instalar três novos FPSOs na Bacia de Campos, nos campos de Jubarte, Barracuda & Caratinga e Albacora.

Histórico de premiações na OTC

Essa é a segunda vez que a Petrobras é premiada por inovações implantadas no campo de Marlim. Em 1992, a OTC premiou os avanços tecnológicos alcançados pela companhia que viabilizaram para a indústria de óleo e gás mundial o uso de sistemas de produção em águas profundas.

Em sua busca por inovações, a Petrobras foi premiada cinco vezes pela OTC e outras duas vezes na edição brasileira da conferência.

Veja abaixo quais foram os prêmios concedidos pela OTC à Petrobras:

2024 – Inovações tecnológicas em campos maduros em águas profundas, em Marlim e na Bacia de Campos

2023 – Tecnologia inédita dedicada à construção e intervenção em poços (OTC Brasil)

2020 – Inovações tecnológicas no campo de Búzios

2019 - Tecnologias desenvolvidas para desenvolver a produção do bloco de Libra (OTC Brasil)

2015 – Tecnologias para o Pré-Sal

2001 – Tecnologias de produção de óleo e gás em águas ultra-profundas, no campo de Roncador

1992 – Viabilização da produção de óleo e gás em águas profundas, com o campo de Marlim

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/05/2024

A ULTRACARGO, ANUNCIA A CHEGADA DE MARLOS TAVARES PARA O CARGO DE DIRETOR COMERCIAL DA EMPRESA.

EXECUTIVOS 06/05/2024 - 12:11



A Ultracargo, provedora de soluções logísticas integradas e empresa independente de armazenagem de grãos líquidos, anuncia a chegada de Marlos Tavares para o cargo de diretor comercial da empresa. O executivo atuará em parceria com Fernando Chamma Dihel, que agora segue como diretor de Novos Negócios, responsável por impulsionar os planos de crescimento e interiorização da empresa.

Com mais de 20 anos de experiência nos mercados de logística, operações, comercial e supply chain, Marlos Tavares tem MBA em Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e é especializado em Valuation e M&A pela ISE

Business School. Ao longo de sua trajetória profissional, o executivo já atuou em grandes empresas do mercado, como G2L, Santos Brasil, Tegma, Maersk e outras.

O novo diretor Comercial iniciou na Ultracargo em abril deste ano com a missão de reforçar a presença da Ultracargo nas localidades em que atua e focar na excelência do atendimento ao cliente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 06/05/2024

PPSA CONTRATA A B3 PARA REALIZAR LEILÕES DE ÓLEO E GÁS NATURAL DA UNIÃO

Da Redação OFFSHORE 06/05/2024 - 12:10



A Pré-Sal Petróleo (PPSA) contratou a B3 – Brasil, Bolsa e Balcão –, em São Paulo, para a realização de leilões, ao longo dos próximos três anos, para comercializar as parcelas de petróleo e gás natural da União nos contratos de partilha de produção e na Jazida Unitizada de Tupi.

A empresa está definindo junto com o Ministério de Minas e Energia (MME) um calendário de leilões de petróleo para dar melhor previsibilidade para o mercado. Os dois primeiros leilões para a venda do óleo da União estão previstos para julho de 2024 e abril

de 2025. Os demais leilões de petróleo estão programados a partir do quarto trimestre de 2025, enquanto um leilão exclusivo de gás está sendo avaliado, sem previsão de data.

Para o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, os recursos do óleo e gás da União são fundamentais para assegurar investimentos em saúde, educação e na transição energética por meio do Fundo Social.

Segundo Tabita Loureiro, diretora técnica e presidente interina da PPSA, o leilão de julho comercializará as cargas de Mero e Búzios de 2025, cujos contratos de compra e venda de petróleo vencem em dezembro deste ano. O edital com todas as informações do leilão será lançado em maio.

"Quanto ao cronograma de leilões, estamos definindo os volumes de óleo que iremos disponibilizar em cada um dos certames. Sabemos que a curva da União é crescente e por isso decidimos estabelecer um calendário para oferecer previsibilidade aos compradores. Entendemos que essa estratégia poderá resultar em maior competitividade e melhores resultados para a União", disse ela, que está em Houston, na Offshore Technology Conference, onde falará na quarta-feira sobre as perspectivas do setor offshore no Brasil.

Samir Awad, diretor de Administração, Finanças e Comercialização, ressaltou também que a definição das datas ajudará os compradores a planejar a logística para o offloading. "Considerando o aumento expressivo da produção da União esperado para os próximos anos, as empresas potencialmente interessadas em comprar o petróleo da União precisam se planejar para, no curto e médio prazo, disporem de navios aliviadores de posicionamento dinâmico para os alívios da PPSA. Estamos falando de uma produção diária da União com potencial de atingir mais de 500 mil barris por dia em 2029."

A curva de produção de petróleo e gás natural da União dará um salto nos próximos anos. Segundo as estimativas, a produção de petróleo passará dos atuais 50 mil barris por dia (bpd) para 103 mil bpd em 2025, 234 mil bpd em 2026, 327 mil bpd em 2027, 417 mil bpd em 2028 e chegando ao pico de 564 mil bpd em 2029. A curva do gás natural também é ascendente a partir de 2027, quando chega a 1,7 milhão de m³. Em 2028, chega a 2,9 milhões de m³ e, em 2029, alcança 3,5 milhões de m³.

A PPSA já realizou, anteriormente, três leilões de petróleo na B3. No último, em novembro de 2021, foram comercializadas as produções da União de longo prazo de Mero, Búzios, Sapinhoá e Tupi, sendo que Mero e Búzios foram vendidos com contratos de três anos e os demais, de cinco anos. Desde então, a União passou a contar também com produção de petróleo em Sépia e Atapu, que estão sendo comercializadas por meio de consulta direta ao mercado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/05/2024

PORTOSRIO E MPOR INAUGURAM AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE TRECHO DO CAIS MAIS ANTIGO DO PORTO DO RIO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 06/05/2024 - 11:19



Cais da Gamboa - Porto do Rio

A PortosRio e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) inauguraram a ampliação e modernização de trecho de 600 metros do Cais da Gamboa, no Porto do Rio de Janeiro, nesta segunda-feira (6). A cerimônia contou com a presença do ministro Silvio Costa Filho. Os investimentos da Autoridade Portuária são na ordem de aproximadamente R\$ 150 milhões.

O trecho do Cais da Gamboa é o mais antigo do Porto do Rio de Janeiro, inaugurado em 1910. Sua estrutura consistia em um muro com base de chapas metálicas e constituído de pedras de cantaria argamassadas, construído com as técnicas disponíveis na época. Sem a modernização, a estrutura antiga não suportaria a execução de uma dragagem no local. Com a conclusão das obras, será possível aumentar a profundidade dos berços de atracação de 8,5 metros para 13,5 metros. Isso possibilitará a operação de navios de maior porte, como os do tipo Panamax, aumentando a atratividade do porto e melhorando sua eficiência operacional.

As obras contribuirão para um melhor desempenho na utilização da retroárea, no transporte interno e na segurança das operações, impulsionando um maior fluxo de cargas. O Cais da Gamboa tem potencial para movimentar diversos tipos de carga geral e granéis, como trigo, ferro gusa, concentrado de zinco e cargas de apoio às atividades offshore, entre outros.

Para o presidente da PortosRio, Francisco Martins, este marco representa um compromisso histórico da PortosRio com o desenvolvimento do Porto do Rio de Janeiro: “Há mais de duas décadas, não se via investimentos tão significativos em nossa infraestrutura portuária, desde a dragagem até a expansão e modernização do cais. Estamos empenhados em preparar nosso porto para os desafios e oportunidades do século XXI, garantindo sua competitividade e relevância no cenário nacional e internacional”. Segundo Martins, este é apenas o começo de uma nova era para o Porto do Rio de Janeiro: “Continuaremos investindo em infraestrutura, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico da região com visão, compromisso e trabalho árduo”.

Na ocasião, a PortosRio e o MPor anunciarão parcerias estratégicas para impulsionar a modernização e eficiência operacional. Será assinado um Termo de Intenções para formalização de uma cooperação técnica com o Parque Tecnológico do Iguaçu (PTI), visando à implementação de soluções tecnológicas para reforçar a segurança e modernizar as operações portuárias, especialmente no combate a ilícitos, nos projetos de infraestrutura e na descarbonização. Além disso, será assinado outro Termo de Intenções para formalização de uma cooperação técnica com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o desenvolvimento de estudos e análises de mercado, de forma a orientar o crescimento do complexo portuário e fundamentar futuros projetos de expansão e zoneamentos das áreas a serem exploradas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/05/2024

DNV INFORMA AUMENTO CONSTANTE CONSTRUÇÃO NAVAL COM COMBÚSTIVEIS ALTERNATIVOS

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 05/05/2024 - 20:17

Os números da plataforma Alternative Fuels Insight (AFI) DNV mostram que um total de 23 novas encomendas de navios movidos a combustível alternativo foram registrados em abril. O maior número deles (12) foi para navios movidos a metanol, continuando a superar os pedidos de navios movidos a GNL.

Curiosamente, todos os pedidos de metanol vêm do segmento de navios-tanque, onde a utilização de combustíveis alternativos tem sido baixa até agora, observa a DNV.

O impulso para a amônia continua, com quatro encomendas de navios movidos ao combustível confirmadas.

Os números confirmam a tendência geral de um aumento constante de novas encomendas de navios impulsionados por combustíveis alternativos. Um total de 93 novos pedidos foram adicionados ao banco de dados AFI nos primeiros quatro meses de 2024, representando um crescimento de 48% em relação aos primeiros quatro meses de 2023.

O metanol continua a ter o maior número de encomendas até agora em 2024, totalizando 47 navios, um aumento de 42% em comparação com o mesmo período de 2023.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/05/2024

CHINA COMPLETA PRIMEIRA RECICLAGEM DE CO2 EMITIDO POR UM NAVIO PORTA-CONTÊINERES

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 05/05/2024 - 14:37



No dia 1º de maio, o navio porta-contêineres panamenho “Ever Top” deixou a fase I do Porto de Águas Profundas de Shanghai Yangshan após concluir sua operação. Desta vez, além da descarga dos contêineres, também foi descarregado um tanque de CO2 líquido.

Esse tanque de CO2 líquido é proveniente do sistema de captura de carbono instalado a bordo, que recicla e liquefaz o CO2 emitido pelos motores do navio. A descarga do primeiro tanque de CO2 líquido da China marca a formação de um ciclo fechado desde o

consumo de combustível até a reciclagem de CO2 para navios oceânicos.

O Sistema de Captura de Carbono instalado no navio porta-contêineres “Ever Top”, construído há 10 anos, foi desenvolvido, projetado e construído na China, utilizando sistema denominado Tecnologia de Adsorção do Ciclo de Amina Orgânica para separar o CO2 da mistura de gases emitida pelo motor principal.

Atualmente, a frota global ainda é dominada por combustíveis tradicionais e este sistema tem uma perspectiva de mercado promissora.

Em comparação com a construção de novos navios porta-contêineres e a reconstrução dos sistemas de energia dos navios, a instalação de sistemas de captura de carbono é econômico. Segundo informado pelas autoridades chinesas, a taxa de captura de CO2 pode atingir mais de 80%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/05/2024

ANTAQ INICIA CONSULTA PÚBLICA PARA REGULAMENTAR REVISÃO DE CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 05/05/2024 - 14:23



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) abre nesta segunda-feira (6) Consulta Pública para aperfeiçoar proposta normativa de alteração da Resolução ANTAQ nº 85, de 2022. Em foco, a regulamentação da revisão extraordinária de contratos de concessão nos portos públicos.

A consulta pública também colherá subsídios para aperfeiçoar o item que regulamenta o mecanismo de Proposta Apoiada da Resolução Antaq nº 61, de 2021. Esse dispositivo permite que sejam alterados alguns pontos dos contratos de concessão, como

investimentos previstos, desde que acordado com os usuários.

O período para a realização das contribuições escritas se estende até o dia 19 de junho, exclusivamente por meio de formulário eletrônico disponível no site da Antaq.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/05/2024

VAST E WILSON SONS INAUGURAM NOVO ATRACADOURO DE REBOCADORES NO PORTO DO AÇU

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 04/05/2024 - 12:02



Estrutura permite atracação simultânea de até quatro rebocadores e contará com pontos de fornecimento de energia elétrica para as embarcações

A Vast Infraestrutura e a Wilson Sons inauguraram na sexta-feira (3) um atracadouro eletrificado no Terminal da Vast (T-Oil), no Porto do Açu, no Rio de Janeiro. A estrutura permite a atracação simultânea de até quatro rebocadores, com fornecimento de energia de terra (Onshore Power Supply).

Com a instalação do novo atracadouro, os rebocadores consumirão menos combustível quando estiverem em stand-by, já que estarão conectados à fonte de suprimento de energia. Com a medida, a Vast estima reduzir cerca de 7,6% das emissões de carbono do escopo 3.

Além disso, será possível realizar as trocas de tripulação no atracadouro, que está localizado em área totalmente abrigada, o que aumenta a segurança da operação. A iniciativa é parte de uma das trilhas de descarbonização da Vast, que desenhou um roadmap de longo prazo para o suprimento de energia de terra no terminal, com previsão de estudos para extensão futura do fornecimento para os sistemas auxiliares de embarcações maiores, como barcos de apoio e navios petroleiros.

“O projeto faz parte da nossa jornada para consolidar o T-Oil como um terminal de menor intensidade de emissões de carbono. O fato de realizarmos esse projeto em parceria com a Wilson Sons demonstra nosso empenho em sermos parceiros estratégicos para a descarbonização da cadeia logística de nossos clientes e fornecedores”, diz Victor Snabaitis Bomfim, CEO da Vast.

A estrutura vai aumentar também a disponibilidade dos rebocadores e a eficiência operacional por permitir a permanência dos barcos no Terminal 1 (T1) do Porto do Açu, onde fica o T-Oil.

“O uso de energia de terra por nossos rebocadores, nos períodos em que aguardamos pela próxima manobra a ser realizada, garante, em média, 20% de redução das emissões totais de gases de efeito estufa de escopo 1 das nossas operações, podendo chegar a 60% em algumas localidades com menor volume operacional. Trata-se da principal medida de eficiência da nossa agenda de descarbonização, em 2024, que conseguimos promover com uma simples instalação de infraestrutura para fornecimento de energia elétrica, em pontos de atracação nos locais onde operamos. A parceria com a Vast reforça nosso compromisso estratégico voltado para a sustentabilidade”, destaca Márcio Castro, diretor-executivo da divisão Rebocadores da Wilson Sons.

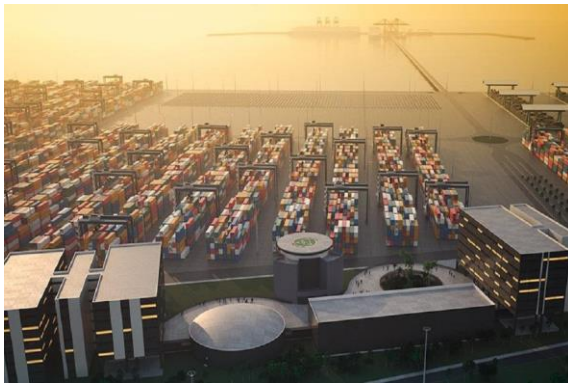
Além da infraestrutura para suprimento de eletricidade, o atracadouro no Porto do Açú conta com quatro cabeços (25T SWL - Safe Working Load ou Carga Máxima de Trabalho) com reforço estrutural nos caixões, defensas pneumáticas (tipo Yokohama; Ø2,5m) e escada de acesso ao píer com infra adequada para atendimento ISPS CODE (Código Internacional para Segurança de Navios e Instalações Portuárias) e RFB (Receita Federal do Brasil).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/05/2024

PETROCITY RECEBE PRIORIDADE PARA EMISSÃO DE DEBÊNTURES INCENTIVADAS PARA TUP NO ES

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 03/05/2024 - 22:54



Arquivo/Divulgação

Projeto prevê terminal movimentação de contêineres, carga geral, grãos e roll-on/roll-off. Portaria do MPor tem vigência de dois anos

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) aprovou como prioritário para emissão de debêntures incentivadas, no setor de logística e transporte, o projeto do terminal de uso privado de Urussuquara, proposto pela Petrocity Portos S.A. O escopo prevê um TUP, a ser implantado no Espírito Santo, dedicado à

movimentação de contêineres, carga geral, grãos e roll-on/roll-off. A portaria, publicada no Diário Oficial da União da última segunda-feira (29/04) possui vigência de dois anos.

De acordo com a portaria do ministério, o empreendimento, localizado em Urussuquara, município de São Mateus, no litoral norte capixaba, contará com 2.650 metros lineares de estruturas de atracação no modelo offshore, com profundidade de 17 metros na parte norte e 14 metros na parte sul, em leito natural. O terminal contará também com 840.370 metros quadrados de área destinada ao armazenamento de cargas, em sua retroárea. O projeto foi elaborado e desenvolvido para atender prioritariamente a demanda das áreas do norte e noroeste do Espírito Santo,

O MPor determinou que a Petrocity deverá manter atualizadas informações relacionadas às pessoas jurídicas que a integram e à identificação da sociedade controladora, na hipótese de ser constituída sob a forma de companhia aberta com valores mobiliários admitidos à negociação no mercado acionário. A empresa é voltada para a operação de portos e terminais; rebocagem de estuários e portos; limpeza de cascos e manutenção de navios no porto; e outras atividades auxiliares dos transportes aquaviários.

As debêntures incentivadas permitem às empresas captarem recursos no mercado para financiar projetos de infraestrutura. Em 2022, as emissões de debêntures incentivadas no segmento de transporte e logística (portos, ferrovias, aeroportos e rodovias) alcançaram R\$ 6,8 bilhões, queda de 54% em relação a 2021, quando foi apurado o valor de R\$ 14,8 bilhões.

Desse montante, R\$ 1,6 bilhão correspondem ao setor portuário, R\$ 1,9 bilhão ao setor aeroportuário e a maior parte (R\$ 3,4 bilhões) ao setor rodoviário. De acordo com o levantamento do Ministério de

Portos e Aeroportos (MPor), as emissões realizadas representam 29,5% do funding total desses projetos, no período entre 2012 e 2022.

Em janeiro de 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou sem vetos a lei 14.801/2024, que cria debêntures de infraestrutura emitidas por concessionárias de serviços públicos. Os recursos captados no mercado são destinados à implementação de projetos de investimentos na área de infraestrutura, produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/05/2024

AGENTES DEFENDEM POLÍTICAS CLARAS PARA COMBUSTÍVEIS E AMBIÇÃO NO PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 03/05/2024 - 21:00



Arquivo/Divulgação

Empresas do setor acreditam que Brasil ainda desperdiça oportunidades de resolver gargalos logísticos e avançar na transição energética

Grandes empresas de navegação e de logística portuária apontaram a necessidade de definições de políticas para o uso de combustíveis marítimos e de ambição no planejamento da infraestrutura para que o país reduza o atraso de investimentos e avance na transição energética, se posicionando como ator

importante nesse processo globalmente. Os agentes consideram que o Brasil tem os olhares de outros países e oportunidades de desenvolvimento, mas que ainda esbarram em obstáculos regulatórios e na falta de clareza sobre os rumos que serão tomados.

O vice-presidente de assuntos regulatórios da Maersk, Danilo Veras, considera que o planejamento do setor portuário no Brasil é, até hoje, de um país agroexportador. Ele vê que ainda existem discussões que já poderiam estar superadas, por exemplo, quanto ao tamanho de um novo terminal de contêineres (Tecon) em Santos (SP), se será de grande ou de menor porte.

"Ainda não estamos planejando nossa infraestrutura com a audácia que precisamos para disputar efetivamente o protagonismo nessa transição energética que queremos (...) A depender de qual é o interesse do Brasil, vamos nos adaptar. É importante para o país pensar grande", comentou Veras, esta semana, durante painel do seminário 'Transição Energética no Mar: Desafios e Oportunidades para o Brasil', promovido pelo BNDES, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Marinha do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ).

Veras também citou que existem poucas iniciativas para investimentos como 'one power shore', que poderiam começar a vir em forma de premissas para novos terminais, como o do novo Tecon do grupo a ser instalado em Suape (PE) nos próximos anos. Ele disse que todos os navios mais novos da empresa de cabotagem do grupo Maersk, Aliança, estão preparados para esse tipo de abastecimento desses navios em terra.

"Hoje falta infraestrutura. Se temos a carga migrando do caminhão para a cabotagem e se espera 44 horas na barra para atracar o navio, isso 'mata' a cabotagem. Não importa o quanto [a empresa de navegação] será eficiente", acrescentou. O executivo disse que a Maersk e outras empresas estrangeiras, como as do norte europeu, enxergam o Brasil como um grande mercado e abrem oportunidades.

Veras destacou que existem parcerias para desenvolvimento de energia eólica, etanol de segunda geração e biocombustíveis para embarcações. Ele acredita em soluções regionais para combustíveis



marítimos para a cabotagem brasileira, pensando em etanol e biodiesel, mas chama atenção para a necessidade de haver clareza sobre quais serão as diretrizes do país.

Para o diretor de administração portuária do Porto do Açu (RJ), Vinícius Patel, é preciso pensar de forma disruptiva e olhar para a integração da cadeia, com a infraestrutura vindo antes da demanda. Ele destacou que a decisão do porto conceder descontos nas tarifas para embarcações com menor intensidade de emissões, por meio do environmental ship index (ESI), foi adotado em 2020, quando o mercado brasileiro ainda não estava olhando para essa possibilidade.

“Buscamos um caminho de eficiência, porém precisamos fazer mais e trabalhar elementos de inovação e capacidade de deixar o meio privado interagir com meio público”, defendeu durante o painel. Patel considera que a melhor oportunidade de se produzir com menor intensidade de carbono é em conceitos integrados de portos, indústria e energia. “Estamos mudando o perfil ou propósito dos portos, fazendo com que criação de valor aconteça em nosso território, com pessoas e tecnologias nossas descarbonizando o mundo”, disse.

O Açu entende que, além de poder ser usada futuramente como combustível para embarcações, a amônia pode ser mais competitiva integrada à indústria de fertilizantes nitrogenados, produto importado em grande escala pelo Brasil. “Tem oportunidade enorme de sermos elemento de industrialização, agregando valor e com geração de escala produtiva para que tenhamos no Atlântico Sul uma das grandes fontes de abastecimento para esses corredores verdes que ainda não vimos estabelecidos nas grandes rotas”, projetou Patel.

A Log-In calcula que, de todo volume transportado pela empresa na cabotagem em 2023 — sem considerar o feeder, 770 mil toneladas de CO2 deixaram de ser emitidas, imaginando se a carga fosse transportada no modal rodoviário. A empresa estima que todos os armadores de cabotagem juntos elevem esse número para uma redução de aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de CO2. “A maior contribuição da cabotagem em todo esse desenho do Brasil mais verde está na migração cada vez maior das cargas de rodovias para o navio”, afirmou o presidente da Log-In Logística, Márcio Arany.

A Log-In identifica uma dificuldade relacionada ao indicador de intensidade de carbono, por entender que, por ser desenvolvido para o longo curso, ele fica distorcido para a realidade da cabotagem. A empresa também espera que o Brasil apresente em breve uma definição mais clara dos combustíveis marítimos a serem adotados na descarbonização. “Só abastecemos a cabotagem no Brasil. O que ela definir vai dar o drive do nosso investimento no futuro e do que temos para fazer para ajustar nossa frota atual”, apontou Arany.

A diretora de infraestrutura, transição energética e mudanças climáticas do BNDES, Luciana Costa, reconheceu que um dos desafios é aumentar o diálogo entre setor público e privado para construção de políticas públicas. Ela salientou que, até 2022, o Brasil ainda não havia acordado para a janela de oportunidades através da transição energética. Luciana disse que o país ainda está atrasado na regulação verde, inclusive em relação a combustíveis de baixo carbono e em questões de armazenamento.

Para Luciana, a transição energética representa uma grande oportunidade de reindustrialização e desenvolvimento social para o país. Ele ponderou que, apesar do consenso em relação à redução de combustíveis fósseis, o entendimento do governo e do BNDES é que os países produtores continuarão a abrir novos poços e a procurar novas fronteiras de petróleo por mais alguns anos.

Entre as desvantagens para alavancar projetos, ela mencionou o custo de capital no Brasil para investimentos com payback de longo prazo, por ser mais caro do que a oferta na Europa e em países como Estados Unidos e China. No setor portuário, o BNDES financia com prazos de até 35 anos. Na mesma linha, o banco de fomento entende que o financiamento de navios também carece de prazos de, pelo menos, 30 anos para tornar esse tipo de construção viável.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 038/2024
Página 112 de 112
Data: 08/05/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Luciana destacou que o Brasil possui vantagens competitivas em relação aos países do G20 e que, para cumprir as metas do Acordo de Paris, também é preciso controlar o desmatamento ilegal, o que vem sendo alcançado na Amazônia. "Por mais que pressionem a indústria e a logística para reduzir a emissão, se não controlarmos o desmatamento, não vamos cumprir o Acordo de Paris", ponderou.

A diretora do BNDES reforçou a visão de que não existe uma solução única para a descarbonização e que todas as rotas tecnológicas são necessárias para que a transição seja mais rápida. "Os países e agentes podem administrar o tempo da transição, mas temos que nos esforçar para que a administração do prazo seja pelo bem do planeta e para que a transição seja justa e os países de 3º mundo não fiquem para trás", complementou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/05/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 08/05/2024